



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL

JOÃO PAULO PEREIRA RIBEIRO

**FORTALECIMENTO DE ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA:
UM ESTUDO NA CIDADE DE SALVADOR, BAHIA**

Salvador 2024

JOÃO PAULO PEREIRA RIBEIRO

**FORTALECIMENTO DE ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA:
UM ESTUDO NA CIDADE DE SALVADOR, BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social, na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador(a): Prof. Dr. Rodrigo Müller

Salvador 2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ribeiro, João Paulo Pereira
Fortalecimento de Ecossistemas de Inovação
Socioambiental para a promoção da justiça climática: um
estudo na cidade de Salvador, Bahia / João Paulo
Pereira Ribeiro. -- Salvador, 2024.
116 f.

Orientador: Rodrigo Müller.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós- Graduação em
Desenvolvimento e Gestão Social) -- Universidade
Federal da Bahia, Escola de Administração, 2024.

1. Ecossistemas de Inovação Social. 2. Justiça
Climática. 3. Inclusão social. 4. Ecossistemas de
Inovação Social na cidade de Salvador. I. Müller,
Rodrigo. II. Título.



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS), realizada em 07/11/2024 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL no. 60, área de concentração Desenvolvimento e Gestão Social, do(a) candidato(a) JOÃO PAULO PEREIRA RIBEIRO, de matrícula 2022119071, intitulada FORTALECIMENTO DE ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA: UM ESTUDO NA CIDADE DE SALVADOR, BAHIA. Às 14:00 do citado dia, Escola de Administração (Híbrido), foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. RODRIGO MULLER, que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. FLORIANO BARBOZA SILVA, Prof.ª Dra. KATIANNY GOMES SANTANA ESTIVAL e Prof. VIRGÍLIO TEIXEIRA MACHADO. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente
gov.br KATIANNY GOMES SANTANA ESTIVAL
Data: 13/11/2024 12:34:31-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. KATIANNY GOMES SANTANA ESTIVAL, UESC-BA

Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente
gov.br VIRGÍLIO TEIXEIRA MACHADO
Data: 15/11/2024 15:32:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

VIRGÍLIO TEIXEIRA MACHADO

Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente
gov.br FLORIANO BARBOZA SILVA
Data: 22/11/2024 11:10:35-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador Interno

Documento assinado digitalmente
gov.br RODRIGO MULLER
Data: 08/11/2024 17:55:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. RODRIGO MULLER, UFBA

Examinador Interno

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO PAULO PEREIRA RIBEIRO
Data: 25/11/2024 14:38:30-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

JOÃO PAULO PEREIRA RIBEIRO

Mestrando(a)

AGRADECIMENTOS

Estou muito feliz por finalizar mais uma etapa da minha vida acadêmica e profissional. Esta dissertação foi inspirada nas minhas experiências e caminhada em defesa do meio ambiente, das comunidades periféricas e tradicionais de Salvador-Bahia.

Nessa jornada estonteante, foi possível conhecer ainda mais os problemas socioambientais da cidade, pois foi por meio dessa pesquisa e da minha militância e atividade profissional, que tive contatos com lideranças comunitárias, gestores, políticos, professores, militantes, pessoas em situação de rua e vulnerabilidade. E, nesse contexto, foi importante conhecer a situação dessas comunidades que vivem com injustiças sociais e ambientais, mas detém potência e dignidade.

Gostaria de expressar minha gratidão às várias pessoas e instituições que colaboraram de alguma forma com esse trabalho. Agradeço, imensamente, aos meus colegas e professores do PDGS/ UFBA, em especial, ao meu Orientador e Professor, Rodrigo Müller, pela sua competência, atenção e dedicação na orientação. A sua participação foi relevante no resultado dessa investigação. Aos atores entrevistados e aos respondentes dos questionários que participaram efetivamente; aos colegas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e aos companheiros de militância e todos que de alguma forma fizeram parte dessa história.

Também agradeço demais a minha família, ao meu pai, Gide (em memória), e minha mãe, Sonia, pela sua influência na minha vida política e cidadã, ademais da sua contribuição nessa trajetória. As minhas amadas, Roberta e Marina, pelo apoio, amor e carinho nas horas mais difíceis. Aos meus irmãos, familiares e amigos pelo apoio e vibração com as minhas atitudes e conquistas.

Agradeço, por fim, a Deus e aos Orixás, que me guiam e me protegem, e por viver em Salvador, essa cidade de todos os santos, encantos e axé que tanto me inspirou na realização deste trabalho. Valeu!

“O consumismo desenfreado, a falta de respeito com a ecologia e o desastre socioambiental da contemporaneidade podem levar o planeta a um fim”
(Ailton Krenak)

RIBEIRO, João Paulo Pereira. **Fortalecimento de ecossistemas de inovação socioambiental para a promoção da justiça climática: um estudo na cidade de Salvador, Bahia**. Orientador: Rodrigo Müller. 2024. 116 f. Dissertação - (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

RESUMO

No último século, as nações desenvolvidas, que representam o norte global, tiveram uma geração de riqueza sem precedentes, mostrando um forte progresso econômico, mas promovendo impacto ambiental. Tal desenvolvimento econômico não foi observado nos países do sul global nas mesmas proporções. A justiça climática, então, pode ser abordada como resposta às desigualdades sociais sobre os efeitos das mudanças climáticas que vem afetando várias localidades, incluindo as regiões do sul global e, neste trabalho, em específico, a cidade de Salvador, Bahia. Políticas de inclusão social, direitos humanos e geração de renda, principalmente para regiões mais vulneráveis, são importantes para promoção da justiça ambiental e climática. Nesse contexto, o estudo dos Ecossistemas de Inovação Socioambiental (EIS) e de seus efeitos nas cidades se coloca como temática relevante, considerando crises socioambientais e a diversidade e amplitude dos problemas urbanos. O objetivo desta pesquisa é compreender como o fortalecimento de EIS contribui para a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, promovendo resiliência e justiça climática na capital baiana. A metodologia utilizada para este trabalho é de uma pesquisa aplicada, com caráter exploratório e descritivo, com abordagem mista para coleta e tratamento dos dados. Como instrumentos de coleta, foram utilizados o questionário eletrônico, aplicado entre maio e agosto de 2024, contando com 58 respondentes, e as entrevistas semiestruturadas com atores do EIS de Salvador, totalizando 12 entrevistas, realizadas entre maio e setembro de 2024. Analisando os principais resultados dessa pesquisa, foi possível perceber que o EIS de Salvador ainda é incipiente, pois muitos atores não se reconhecem enquanto partícipes desse sistema. De outra parte, ações diversas como projetos de educação ambiental, inclusão social, coleta e tratamento de resíduos, bem como ações de promoção de equidade de gênero e direitos humanos são encontradas dentre os participantes da pesquisa que compõe o EIS local. Dessa forma, a partir de escutas e análises de dados empíricos, foi possível construir uma cartilha denominada “Salvador no Clima” contendo orientações, proposições e diretrizes para promoção da justiça climática e ambiental, a fim de empoderar os atores do EIS, em uma perspectiva de orientar e apontar rumos para a construção de políticas públicas direcionadas para populações minoritárias, marginalizadas e excluídas.

Palavras-chave: Ecossistemas de Inovação Social; Justiça Climática; Inclusão social; Ecossistemas de Inovação Social na cidade de Salvador.

RIBEIRO, João Paulo Pereira. **Strengthening socio-environmental innovation ecosystems to promote climate justice: a study in the city of Salvador, Bahia.** Orientador: Rodrigo Müller. 2024. 116 f. Dissertação - (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

ABSTRACT

In the last century, developed nations, which represent the global north, have had an unprecedented generation of wealth, showing strong economic progress, but generating a great environmental impact. Such economic development was not observed in the countries of the global south in the same proportions. Climate justice, then, can be approached as a response to social inequalities regarding the effects of climate change that has been affecting several locations, including regions of the global south and, in this work specifically, the city of Salvador, Bahia. Social inclusion, human rights and income generation policies, especially for more vulnerable regions, are important for promoting environmental and climate justice. In this context, the study of Socio-Environmental Innovation Ecosystems (EIS) and their effects on cities is a relevant topic, considering socio-environmental crises and the diversity and breadth of urban problems. The objective of this research is to understand how strengthening Socio-Environmental Innovation Ecosystems (EIS) contributes to mitigating and adapting to the effects of climate change, promoting resilience and climate justice in the city of Salvador. The methodology used for this work is applied research, with an exploratory and descriptive character, with a mixed approach to data collection and processing. As data collection instruments, the electronic questionnaire was used, applied between May and August 2024, with 58 respondents, and semi-structured interviews with EIS actors in Salvador, totaling 12 interviews carried out between the period from May to September 2024. Analyzing the main results of this research, it was possible to see that Salvador's EIS is still in its infancy, as many actors do not recognize themselves as participants in this system. On the other hand, diverse actions such as environmental education projects, social inclusion, waste collection and treatment, as well as actions to promote gender equality and human rights are found among the research participants that make up the Salvador EIS. In this way, based on listening and analysis of empirical data, it was possible to construct a booklet called 'Salvador no Clima', containing guidelines, propositions and guidelines for promoting climate and environmental justice in Salvador, in order to empower EIS actors in the city of Salvador, with a view to guiding and pointing out directions for the construction of public policies aimed at minority, marginalized and excluded populations.

Key-words: Social-Environmental Innovation Ecosystems; Climate Justice; Social inclusion; Social Innovation Ecosystems in the city of Salvador.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Técnicas de coleta e análise dos dados

Quadro 2 - Ações percebidas no campo da educação e educação ambiental

Quadro 3 - Ações percebidas no campo da gestão e políticas públicas

Quadro 4 - Ações percebidas no campo da captação de recursos

Quadro 5 - Ações percebidas no campo da conservação e preservação ambiental

Quadro 6 - Ações percebidas no campo dos direitos humanos, justiça e cidadania

Quadro 7 - Dados das pessoas entrevistadas

Quadro 8 - Entendimento sobre Justiça Climática

Quadro 9 - Entendimento sobre o Ecossistema de Inovação Socioambiental em Salvador

Quadro 10 - Entendimento sobre os principais desafios dos EIS em Salvador

Quadro 11 - Entendimento das Políticas e Ações para Fortalecimento dos EIS de Salvador

Quadro 12 - Instituições e empreendimentos pesquisados divididas por categorias, considerando os problemas públicos que os mesmos buscam resolver

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de atuação das instituições participantes da pesquisa

Gráfico 2 – Escala de atuação das instituições participantes da pesquisa

Gráfico 3 – Tipo de atuação das instituições participantes da pesquisa Gráfico

4 – Origem de atuação das instituições participantes da pesquisa

Gráfico 5 – Formas de financiamento das instituições participantes da pesquisa

Gráfico 6 - Causas socioambientais sobre as quais as instituições atuam

Gráfico 7 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EAUFBA - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia

OCDE - Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento

OBISF - Observatório de Inovação de Florianópolis

EIS - Ecossistema de Inovação Social IS

- Inovação Social

GEE - Gases de Efeito Estufa

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

ONU - Organização das Nações Unidas

MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima PAC

- Programa de Aceleração do Crescimento

NIS - Negócios de Impacto Socioambiental

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

PMAMC - Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima IBGE

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PMS - Prefeitura Municipal de Salvador

PPDGS - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Gestão Social

SECTI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado CMS

- Câmara Municipal de Salvador

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia SIDE

- Desenvolvimento de Ecossistemas Digitais de Inovação Social SECIS -

Secretaria de Sustentabilidade e Resiliência

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	17
1.2 JUSTIFICATIVA	17
1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	20
2.1 OS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO SOCIAL E GESTÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS	20
2.1.1 A cidade de Salvador e os impactos das mudanças climáticas	24
2.2 JUSTIÇA CLIMÁTICA E AMBIENTAL	27
2.3 CONTRIBUIÇÕES DOS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO SOCIAL PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA E AMBIENTAL NO BRASIL E NA CIDADE DE SALVADOR	31
3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	37
3.1 PÚBLICO A SER INVESTIGADO	37
3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	38
3.3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE COLETA E DE ANÁLISE DOS DADOS	39
3.4 A RESIDÊNCIA SOCIAL	41
4 DISCUSSÕES E ANÁLISES DOS RESULTADOS	43
4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO	43
4.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS PRINCIPAIS DAS ENTREVISTAS COM ATORES-CHAVE DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE SALVADOR	59
4.2.1 Entendimento sobre Justiça Climática	61
4.2.2 Entendimento sobre o Ecossistema de Inovação Socioambiental em Salvador	64
4.2.3 Entendimento sobre os principais desafios do EIS em Salvador	67
4.2.4 Entendimento das Políticas e Ações para Fortalecimento dos EIS de Salvador	69
4.3 PRINCIPAIS PERCEPÇÕES SOBRE O CAMPO	71
5 A TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	75
6 CONSIDERAÇÕES	77
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	85
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	90
APÊNDICE C – A TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	91

1 INTRODUÇÃO

No último século, as nações desenvolvidas, que representam o norte global, tiveram uma geração de riqueza sem precedentes, mostrando um forte progresso econômico, mas promovendo impacto ambiental. Infelizmente, tal desenvolvimento econômico não foi observado nos países do sul global nas mesmas proporções. A principal razão está nas limitações ideológicas do próprio capitalismo, que, muitas vezes, ignora as desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente e se concentra exclusivamente na maximização do lucro. O neoliberalismo foi uma das forças decisivas para provocar a crise socioambiental e climática, uma vez que esse modelo econômico admite que as corporações livres busquem o máximo de lucro, na lógica da economia de mercado. Nesse contexto de crise social, ambiental e climáticas, empresas petrolíferas acentuam cenários preocupantes, pois são responsáveis pela produção de combustíveis fósseis que emitem uma quantidade exorbitante de Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera, ainda recebendo grandes subsídios de governos (CHOMSKY; POLLIN; POLYCHRONIOU, 2020).

Em 2015, com o propósito de reduzir a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir dignidade humana, a Organização das Nações Unidas(ONU) institui os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, adotados pelos países-membros das Nações. Para esse fim, foram estabelecidos 17 objetivos e 169 metas globais para serem alcançadas até 2030 (Agenda 2030). Em nível global, os esforços de governança ambiental na atualidade têm como foco implementar os 17 ODS e suas 169 metas que compõem a Agenda 2030 da ONU. A construção desta agenda, que se iniciou durante a Rio +20, teve forte protagonismo do Brasil, e foi adotada por 193 países na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em 2015 na 21^a Conferência das Partes (COP 21), em Paris (SEIXAS; PRADO; JOLY; MAY; NEVES; TEIXEIRA,2020).

Nessa perspectiva, a implementação da Agenda 2030 é urgente e a integração dos ODS, é necessária, pois essa pauta é transversal e apresenta dimensões sociais, econômicas, ambientais e institucionais, que vem atuando prioritariamente para resolver questões sociais e ecológicas.

No contexto desta pesquisa, destacamos o objetivo 13: “A Ação Contra Mudança Global do Clima”, que tem como medidas prioritárias combater as mudanças do clima e seus impactos, através das seguintes metas: a) Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países; b) Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais; c) Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima; d) Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas (IPEA, 2019).

Nesse sentido, é possível entender que as mudanças climáticas representam uma ameaça existencial à humanidade e à vida no planeta Terra. Os riscos oriundos dessas transformações são exacerbados se não reduzirmos rapidamente as emissões de GEE, segundo a previsão do último relatório Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Para Margulis (2020, p. 6):

A gravidade do problema nos faz refletir que existem limites absolutos para nos adaptarmos às mudanças climáticas, ultrapassar alguns desses pontos de não retorno do complexo sistema climático nos levaria a um planeta praticamente inabitável no próximo século, onde a maior parte da superfície chegaria a condições climáticas de temperatura e umidade que ultrapassaria o limite fisiológico de sobrevivência do corpo humano. Igualmente a produção de alimentos seria altamente afetadas e a grande maioria das culturas agrícolas não sobreviveria na maior parte do planeta (MARGULIS, 2020, p. 6).

O Brasil é um dos países líderes e importante ator na agenda ambiental-climática internacional, devido sua biodiversidade em recursos naturais, com a maior reserva florestal do mundo, aspecto que coloca o país em posição de destaque nas discussões internacionais em pauta (VIOLA; FRANCHINI, 2022).

Contudo, é importante considerar as demandas dos movimentos sociais e, principalmente, aqueles que militam pela causa socioambiental e defendem a sustentabilidade, cultura e práticas sustentáveis dos Povos e Comunidades Tradicionais. A esse respeito, o indigenista Ailton Krenak (2020) faz uma reflexão sobre como se adiar o fim do mundo, essa é a grande questão que vai para além da economia capitalista, estamos falando da sobrevivência da vida humana e todas as outras formas de vida.

Destruir a floresta, o rio, destruir as paisagens, assim como ignorar a morte das pessoas, mostra que não há parâmetros de qualidade nenhum na humanidade, que isso não passa de uma construção histórica não confirmada pela realidade (KRENAK, 2020, p. 42-43).

Na última conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do clima (COP 27), que ocorreu no Egito, em novembro de 2022, foram apresentados resultados importantes e a principal conquista foi a criação de um fundo de perdas e danos. O fundo é uma vitória para os países mais vulneráveis, como o Brasil, sendo esses os mais impactados pelos desastres climáticos, mas também houve retrocessos pela não operacionalização das agendas emergenciais. No plano de implementação de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas proposto na conferência, ficou definido que os países que mais contribuíram com a emissão GEE devem se responsabilizar pela compensação e mitigação desses danos.

O Plano de Implementação de Sharm Al-Sheik, no Egito, proposto na COP 27, reconheceu a urgência em garantir a segurança alimentar e o combate à fome, uma vez que os sistemas agrícolas são fortemente impactados pelos efeitos das mudanças climáticas. A proposta é recuperar áreas degradadas, incluindo a implementação de uma política de pagamento por serviços ambientais, visando prover serviços ecossistêmicos, como a conservação de nascentes, matas ciliares e reciclagem de resíduos, em sintonia com as agendas de biodiversidade e clima. O plano ainda reforça a necessidade de incentivos à transição social, energética e ecológica, fomentando economias de baixo carbono, uso de energias renováveis e promovendo a justiça ambiental e climática (THE NATURE CONSERVANCY, 2022).

A justiça ambiental, por sua vez, propõe que as políticas públicas tenham como base a participação social, o empoderamento das comunidades, a cooperação intersetorial e interinstitucional, “entretanto, foi o movimento norte-americano contra o racismo ambiental que, efetivamente, popularizou e consagrou a expressão justiça ambiental” (RAMMÊ, 2012, p. 16). Além disso,

o racismo ambiental exprime o fenômeno pelo qual muitas das políticas públicas ambientais, práticas ou diretivas acabam afetando e prejudicando de modo desigual, intencionalmente ou não, indivíduos e comunidades de cor, geralmente negras e periféricas, portanto, uma forma de discriminação institucionalizada (RAMMÊ, 2012, p. 18).

A Justiça Climática é um conceito que surge a partir do desdobramento do paradigma da Justiça Ambiental, que é utilizado para se referir a disparidades em termos de impactos sofridos e responsabilidades no que tange aos efeitos e às causas das mudanças do clima, pois aqueles que são os menos responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa serão aqueles que mais sofrerão com os impactos das mudanças climáticas. Para tentar minimizar esses problemas, se propõem que sejam colocadas em prática iniciativas e políticas que busquem tratar das dimensões éticas de direitos humanos das mudanças climáticas de forma a reduzir a vulnerabilidade de grupos sociais desproporcionalmente afetados pelas mudanças do clima (MILANEZ; FONSECA, 2011).

No governo de Bolsonaro, no cenário brasileiro, entre 2019 e 2022, o enfraquecimento da política ambiental foi marcado pelo desmonte dos órgãos ambientais, enfraquecendo a fiscalização em todo o território nacional, ocasionando, dentre outros fatores, o aumento das emissões de GEE, devido ao crescimento do desmatamento na Amazônia e em outras regiões do país. Essa visão enviesada e negacionista da gestão federal questionava os dados científicos do aumento do desmatamento, que foram apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) naquele período e isso gerou um aumento dos riscos climáticos, principalmente para as populações mais vulnerabilizadas (VIOLA; FRANCHINI, 2022).

No contexto atual da agenda climática internacional, o Brasil defende que o desenvolvimento sustentável não deve ser visto como um obstáculo, mas como uma oportunidade de crescimento econômico que, em tempo, preserva os recursos naturais. A ideia central é que é possível conciliar crescimento econômico, geração de empregos e proteção ambiental. O governo brasileiro vem participando dos encontros internacionais, se comprometendo com a redução do desmatamento e ganhando visibilidade e credibilidade nas conferências mundiais até pela sua importância de ser o país com maior biodiversidade do planeta. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (2023):

O Brasil ocupa quase metade da América do Sul e é o país com a maior biodiversidade do mundo. São mais de 116.000 espécies animais e mais de 46.000 espécies vegetais conhecidas no País, espalhadas pelos seis biomas terrestres e três grandes ecossistemas marinhos. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, 2023, s.p/).

Na terceira edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, em 2023, o Plano de Transição Ecológica e o combate à crise do clima com justiça social se apresenta como um dos principais objetivos climáticos. Seguem alguns dos eixos de investimento: transporte eficiente e sustentável; cidades sustentáveis e resilientes; água para todos; educação, ciência e tecnologia; saúde; infraestrutura social inclusiva; transição e segurança energética; inclusão digital e conectividade; e inovação social.

O plano tem como objetivo apoiar o Brasil no cumprimento de seus compromissos de redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. Será embasado pelo eixo da Transição Energética e Adaptação à Mudança do Clima, pautado pelo incentivo às Finanças Sustentáveis, Economia Circular, Adensamento Tecnológico e Bioeconomia (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS DO CLIMA, 2023).

No contexto do debate em relação às mudanças climáticas, as grandes cidades merecem destaque por serem os territórios que concentram mais de dois terços das emissões globais de GEE, além disso, apresentam maior risco climático por apresentarem maior densidade populacional e alta concentração de pessoas em vulnerabilidade e atividades econômicas suscetíveis a sofrerem os impactos desses câmbios, conforme apontado pelo Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC), criado na cidade de Salvador, Bahia (PMAMC, 2020), foco e lócus deste estudo.

Com mais de 2,8 milhões de habitantes, Salvador é o município mais populoso do Nordeste e o quarto do Brasil. É núcleo de região metropolitana, com aproximadamente três milhões de habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020), o que a torna a segunda área metropolitana mais populosa do Nordeste, sétima do Brasil e uma das 120 maiores do mundo.

Segundo o PMAMC (2020), e considerando o levantamento do diagnóstico de risco das Mudanças Climáticas na cidade, nos próximos anos existe uma previsão de aumento da temperatura, ondas de calor, deslizamento de encostas e inundações. Esses fenômenos serão agravados pela falta de esgotamento sanitário, destinação incorreta dos resíduos, associado a uma cidade com alta desigualdade, em que as famílias mais ricas possuem renda 61 vezes maior do que as famílias mais pobres (IBGE, 2018).

Nesse contexto, pensar estratégias e atores que possam interpor ações para minimizar os danos e impactos do clima se torna ação primordial para pensar a sociedade contemporânea e as mudanças no clima. A esse respeito, organizações governamentais, da sociedade civil e privadas podem atuar em diversas frentes. Dentre esses atores, organizações que se enquadram nas categorias de atuação com foco em desenvolvimento socioambiental e Inovação Social (IS), por exemplo, podem trazer grandes contribuições.

A IS pode se expressar como uma resposta às condições locais de exclusão e marginalização de grupos vulneráveis. Os desafios sociais enfrentados pela sociedade atual são diversos e, incluem entre outros, pobreza, insegurança alimentar, desigualdade social, refugiados pelas mudanças climáticas e transição energética. Os ecossistemas de inovação que apoiam a IS são fundamentais para que as várias iniciativas dela sejam desenvolvidas de forma colaborativa (MATOS, 2023). Matos (2023, p. 35), ao discutir o tema, apresenta os seguintes conceitos sobre os EIS:

Os ecossistemas de inovação são um mecanismo de integração entre a criação de novos conhecimentos e sua exploração para a cocriação de valor (VALKOKARI, 2015). Isso significa que esse valor pode não ser apenas econômico, mas também social. O ecossistema de inovação também possibilita as interações sociais entre uma ampla e diferenciada comunidade de atores. Essas interações ocorrem entre um grupo de atores locais por meio de processos dinâmicos que produzem soluções para diferentes desafios sociais e econômicos (ROMANO et al., 2014; VALKOKARI, 2015).

Acreditamos, a partir do exposto, que o estudo dos Ecossistemas de Inovação Social (EIS) e de seus efeitos nas cidades se coloca como temática relevante, considerando a crise socioambiental e a diversidade e amplitude dos problemas urbanos vivenciados.

Considerando o cenário apresentado, a questão direcionadora dessa pesquisa se constitui da seguinte maneira: **de que forma os EIS podem contribuir para a promoção da justiça social e climática na cidade de Salvador?**

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é: compreender como o fortalecimento de Ecossistemas de Inovação Socioambiental (EIS) contribui para a mitigação e adaptação aos efeitos extremos das mudanças climáticas, promovendo a resiliência e justiça climática na cidade de Salvador.

Já como objetivos específicos, foram delimitados os seguintes:

- a) Caracterizar o Ecossistema de Inovação Socioambiental na cidade de Salvador/BA;
- b) Identificar atores do EIS da cidade do Salvador-Bahia, a partir dos problemas socioambientais que os mesmos buscam resolver com respeito a justiça climática e ambiental;
- c) Descrever ações dos atores do ecossistema de inovação socioambiental na cidade de Salvador/BA que contribuem para a promoção de resiliência e justiça climática.

1.2 JUSTIFICATIVA

A cidade de Salvador, Bahia, conforme descrito anteriormente, é uma das mais populosas do país e apresenta características, problemas e demandas específicas que requerem uma abordagem de estudo direcionada para sua realidade e contexto. Nesse sentido, acreditamos que o estudo dos EIS e de seus efeitos se colocam como temática relevante, considerando a crise socioambiental e a diversidade e amplitude dos problemas urbanos vivenciados.

Dentro dos atores que compõem o EIS de Salvador encontram-se organizações e empreendimentos que trabalham com propostas e projetos de negócio voltados para questões socioambientais, podendo gerar contribuições para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e também para mitigação de impactos das transformações climáticas recentes.

Empreender pode gerar benefícios que vão além do aspecto financeiro. Uma percepção que cresce entre os brasileiros é a de que é possível abrir um negócio com propósito socioambiental, ou seja, melhorar a vida das pessoas e do planeta e, ainda, gerar lucro com isso, como os Negócios de Impacto Socioambiental, por exemplo. Nesse sentido, seguindo a linha do fortalecimento de EIS, pretendemos investigar atores públicos, privados e da sociedade civil que operem numa perspectiva de promoção de adaptação e mitigação de mudanças climáticas por meio de tecnologias e abordagens sustentáveis, que tenham o objetivo claro de solucionar um problema socioambiental real por meio da sua atividade principal, seja ela um produto, serviço e/ou sua forma de operação.

Esta pesquisa pretende contribuir para conhecer uma amostra representativa do EIS e os seus respectivos atores de suporte da cidade do Salvador, a partir dos problemas socioambientais que eles buscam resolver com respeito à justiça climática, visando à melhoria na renda e na qualidade de vida das pessoas que vivem nas zonas de interesse social da cidade.

Esta contribuição se alinha com a proposta do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social (PPDGS/UFBA), pois estudaremos regiões da cidade de Salvador, com grandes conflitos sociais e urbanos, visando empoderar atores sociais e empreendimentos desse ecossistema que estão na invisibilidade.

Ainda, para o pesquisador, este trabalho é relevante pelo seu envolvimento profissional como Coordenador da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA), órgão que já atua há 18 anos, na formulação, execução e monitoramento de políticas, programas e projetos que qualificam o desenvolvimento territorial sustentável. Vale destacar, também, sua militância em movimentos sociais, já que teve atuação na Ama Jaguaribe, Bahia Cidadã e atualmente na Central Única das Favelas (CUFA) em Salvador/BA, onde ocupa a posição de coordenador, realizando trabalhos socioambientais nas periferias.

Desenvolveu, juntamente com outros colaboradores, a parceria do Bahia Cidadã com a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA), implementando, em 2021, uma Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade - ACCS, que buscou promover ações de apoio e fomento aos diferentes grupos de atores integrantes do ecossistema de inovação socioambiental de Salvador. Essa atividade foi importante na escolha do tema dessa pesquisa, pois

foram introduzidos os conceitos básicos sobre os EIS na comunidade e tivemos a oportunidade de mapear e dialogar com atores do EIS de Salvador, na região do nordeste de Amaralina e adjacências.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: a Introdução contendo as delimitações gerais e contexto da pesquisa, seguida de um capítulo dedicado a dialogar com o referencial teórico pertinente às questões voltadas para a compreensão dos termos, conceitos e teorias que embasam o estudo. Já no Capítulo 3 está a delimitação do percurso metodológico adotado, seguido de um outro com a apresentação dos dados coletados. O Capítulo 5 apresenta a TGS.DT elaborada a partir da pesquisa e o sexto capítulo apresenta as considerações finais deste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

Esta pesquisa trabalha com os conceitos de EIS, justiça climática e ambiental e ações de mitigação de impactos socioambientais para as cidades, de forma que as próximas seções abordam esses temas, bem como outros elementos teóricos relacionados e com possibilidade de contribuir para os objetivos dessa pesquisa, conforme seguem.

2.1 OS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO SOCIAL E GESTÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS

A inovação social não se apresenta de maneira uniforme, pois trata-se de um conceito de diferentes interpretações. Nas sociedades ocidentais, a inovação é vista como um artifício para uma possível saída da crise. O primeiro autor que se interessou pelo tema foi Schumpeter, na sua obra clássica “Teoria do desenvolvimento econômico”, publicada em 1911, em que o autor analisa as causas do processo de desenvolvimento. Ele enfatiza dois fatores chaves que interagem: a inovação e o empreendedorismo.

A visão de Schumpeter ainda é utilizada em muitos contextos e influenciou estudos e abordagens de inovação em todos os tipos de organizações. A respeito do conceito de inovação, a partir do Manual de Oslo, organizado pela Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), pode-se entendê-la da seguinte forma:

[...] uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas (MANUAL DE OSLO, 1997, p. 55).

Essa visão tradicional possibilita outras abordagens da inovação, que podem extrapolar o campo do desenvolvimento econômico e abranger diferentes formas de desenvolvimento, considerando os contextos social e ambiental, por exemplo.

Em um novo olhar sobre o conceito de inovação social, pesquisadores e profissionais percebem que existem outras dimensões do fenômeno, para além da economia e da tecnologia. A modernização do conceito guarda relação com um contexto de agravamento dos problemas socioambientais, exigindo uma maior criatividade e agilidade nas respostas dos diversos segmentos da sociedade (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020). Segundo os autores, a inovação social deve comprovar sua utilidade social. Sua validação pode passar até pelo mercado, mas deve ser institucionalizada pelo estado, através de diferentes mecanismos da sociedade (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020).

Pensar nessa forma de inovação nos leva a entender que a organização coletiva desses grupos de atores pode contribuir para uma visão coletiva sobre a inovação social, o que permite entender o que vem sendo construído teórica e empiricamente sobre os EIS. De acordo com Adion, Alperstedt e Graeff (2020), a definição de EIS refere-se a um conjunto de redes composto pela associação de múltiplos atores, instituições e artefatos, de diferentes setores, que se formam em torno dos problemas socioambientais.

Verifica-se, nesse sentido, que os EIS são ambientes capazes de promover articulações entre distintos setores e atores (pessoas e organizações) que entendem a inovação como elemento capaz de contribuir para o desenvolvimento social e econômico das sociedades, abordando dentro de suas ações, também, questões voltadas para a sustentabilidade e um desenvolvimento que respeite as condições ambientais de cada localidade.

Nesse contexto, é importante falar das interorganizações, que são estruturas hibridizadas e, como tal, definidas pelo “entrelaçamento (processo) ou tecido (resultado) que se processa quando as organizações trabalham em conjunto, dinamizando territórios” (FISCHER, 2004, p. 16).

Como estamos falando de território de grandes conflitos sociais, cabe ressaltar que a gestão social atua nos campos das interorganizações (FISCHER, 2004), que caracteriza o espaço da gestão social como um híbrido de componentes societais, oriundos do Estado (também chamado primeiro setor), Mercado (segundo setor) e Sociedade Civil (terceiro setor).

É importante ressaltar, ainda, que as organizações, sejam elas públicas, privadas ou da sociedade, são criadas justamente para que as pessoas consigam atingir seus objetivos e metas, haja vista que, isoladamente, seria uma tarefa

hercúlea (FISHER, 2004). Portanto, configura-se a gestão social como a gestão das organizações, com vistas ao desenvolvimento territorial sustentável em escalas que vão do local ao regional, nacional e global, permitindo que o gestor pense globalmente para agir localmente.

Nessa perspectiva, Ladislau Dowbor ratifica essa tendência da Gestão Social apresentando a seguinte ideia:

Um caminho renovado vem sendo construído através de parcerias envolvendo o setor estatal, organizações não-governamentais e empresas privadas. Surgem com força conceitos como responsabilidade social e ambiental do setor privado. O chamado terceiro-setor aparece como uma alternativa de organização que pode, ao se articular com o Estado e assegurar a participação cidadã, trazer respostas inovadoras. As empresas privadas ultrapassam a visão do assistencialismo, para assumir a responsabilidade que lhe confere o poder político efetivo que têm. Passa-se assim do simples marketing social, freqüentemente com objetivos cosméticos, para uma atitude construtiva onde o setor privado pode ajudar a construir o interesse público (DOWBOR, 1999, p. 10).

Porém, os desafios que temos pela frente envolvem uma aproximação articulada e estratégica entre empresários, gestores públicos, organizações não governamentais, partidos políticos, pesquisadores acadêmicos, lideranças comunitárias (DOWBOR, 1999), pois nessa teia de atores sociais, empresas e interorganizações existem conflitos e visões diferentes de desenvolvimento.

Face ao exposto, pode-se apresentar a dicotomia dos interesses, por ensejo da divisão entre duas entidades básicas: setores sem e com fins lucrativos. A segregação criada entre os valores econômicos e os valores sociais, deu origem a um sistema onde as duas entidades diferentes não conseguiram capturar e integrar a natureza multidimensional do meio ambiente e ser humano para satisfazer as suas necessidades socioambientais.

Nesse contexto, Fischer (2002) traz algumas contradições relacionadas aos conflitos de interesse da gestão social, conforme apontam Cançado, Tenório e Pereira (2011):

Fischer (2002) faz cinco proposições acerca da caracterização do campo da gestão social e de seus paradoxos. A primeira está relacionada à articulação de múltiplos níveis de poder que traz em

seu bojo uma "[...] carga potencial de conflito de interesses entre atores envolvidos e entre escalas de poder" (FISCHER, 2002, p. 27). A segunda apresenta a gestão do desenvolvimento social como um campo com práticas híbridas e contraditórias, pois "[...] A cooperação não exclui a competição; a competitividade pressupõe articulações, alianças e pactos." (FISCHER, 2002, p. 28) A terceira delinea o campo como marcado pela ética e pela responsabilidade que deve atender aos imperativos da eficácia e eficiência, porém, estes termos são tratados dentro da especificidade do campo, "[...] prestar contas à sociedade, avaliar processos e resultados e regular ações são também tarefas essenciais do gestor eficaz. No caso de organizações de desenvolvimento social, a eficiência é função de efetividade social, isto é, da legitimidade conquistada" (FISCHER, 2002, p. 28). A quarta proposição mostra que a gestão do desenvolvimento social é também a gestão de redes e de relações pessoais e sua subjetividade que são afetadas por muitos fatores, dentre eles a história do gestor. A quinta proposição mostra a importância do contexto cultural, pois "o gestor social é um gestor do simbólico e do valorativo, especialmente quando se trata de culturas locais e da construção de identidades (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 690).

Por causa dessa tensão crescente, a sociedade precisa encontrar uma solução de base comum, onde os benefícios sociais, econômicos e ambientais dessas duas entidades sejam mesclados para gerar um sistema de bem-estar social garantido a qualidade de vida e sobrevivência das atuais e futuras gerações, levando-se em conta o legado de conhecimento oriundo da antropologia econômica. Com essa visão, a economia deixa de ser exclusiva do mercado, podendo estar incluída em outros princípios e formas econômicas com lógicas redistributivas, reciprocitárias e mercantis, que estão intrinsicamente adaptadas a possibilidade de uma transição social e ecológica (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020).

Nesse processo de transição, visando um modelo desenvolvimento sustentável, entendemos que uma das estratégias é fortalecer os EIS para promover justiça ambiental e climática e a gestão social é um conceito importante para o empoderamento da população local, como estratégia para acelerar o desenvolvimento sustentável e garantir direitos sociais. Para Cançado, Tenório e Pereira (2011), essa premissa pode ser ratificada no seguinte trecho:

[...] a gestão social é apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto

fim último. Nesta perspectiva, [...] a gestão social tem sido mais associada à gestão de políticas sociais ou até ambientais, [...] do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer nas relações de caráter produtivo (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 684).

Hoje quem estuda gestão social se preocupa com as novas formas participativas de elaboração do orçamento, garantido renda mínima e um estado de bem-estar social, com novas formas de representação política e o novo potencial da comunicação, por exemplo. A gestão social está buscando novos espaços em termos políticos, econômicos e administrativos. Não é mais um setor, é uma dimensão humana do próprio desenvolvimento, que envolve os três segmentos da sociedade, visando uma tomada de decisão tripartite (DOWBOR, 1999).

Dessa forma, precisamos fortalecer intervenções positivas, organizadas, para enfrentar a pobreza e a crise ambiental e climática. E como a desigualdade constitui um dos principais problemas hoje, ao lado da destruição do meio ambiente, temos de concentrar esforços muito mais amplos na compreensão das políticas ativas de combate à pobreza e de resgate da sustentabilidade (DOWBOR, 1999). Os dois dramas, o social e o ambiental, balizam precisamente as inovações sociais que temos de empreender, pois é em função delas que temos de trabalhar (DOWBOR, 2009).

A inovação social das instituições será um diferencial e colherá frutos quem demonstrar ousadia e capacidade para repensar os processos decisórios e as dinâmicas institucionais. Os Negócios socioambientais ou de impacto socioambiental, que têm intencionalidade de resolver um problema social e/ou ambiental, podem fazer a diferença nessa lógica de se repensar as formas de trabalho e gestão, através de pequenos investimentos pode-se gerar renda e promover indicadores de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente. Esses negócios, juntamente com outros atores, compõem os EIS, temática abordada na próxima seção.

2.1.1 A cidade de Salvador e os impactos das mudanças climáticas

Na Bahia, em ação desenvolvida para o enfrentamento das mudanças

climáticas, houve a publicação pelo Governo do Estado, em 2011, da Lei Estadual nº 12.050, que instituiu a Política Estadual sobre Mudança do Clima. Nessa Lei, foram listados os instrumentos a serem utilizados para sua implementação e, dentre eles, está o Inventário Estadual de Gases de Efeito Estufa (GEE). O inventário é a linha de base sobre a qual deverão incidir metas de redução de emissões para se buscar a neutralidade de carbono até 2050, um compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris.

Segundo dados do GEE, em 2017, o estado da Bahia foi responsável pela emissão bruta de 77,76 mt de CO₂; em 2018, 76,89 Mt de CO₂; em 2019, 72,85 Mt de CO₂. Portanto, podemos observar que houve uma diminuição de emissões nos três últimos anos citados (INVENTÁRIO DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA DO ESTADO DA BAHIA, 2022).

Avaliando o perfil de emissão, em termos de contribuição, considerado perfil de emissão da cidade de Salvador, destacam-se os setores de mudança do uso da terra, em consequência do desmatamento de áreas verdes da cidade, autorizadas para atração e implantação de empreendimentos imobiliários; o setor de energia, pelo consumo de óleo diesel e gasolina no transporte de pessoas e bens; e o setor de resíduos, cujas emissões pela disposição final são oriundas do encaminhamento dos resíduos coletados para aterros sanitários e locais não categorizados (PLANO DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS DO CLIMA, 2020).

Em Salvador, esse cenário se confirma. A cidade é voltada para atividades comerciais e de serviços, compreendendo um extenso litoral e importante complexo de atividades ligadas ao turismo, a sua população mais vulnerável vai sofrer com os impactos adversos das mudanças do clima (PLANO DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS DO CLIMA EM SALVADOR, 2020). Isso porque o desenvolvimento de sua malha urbana foi fortemente marcado pela ocupação acelerada e desordenada de áreas pouco dotadas de infraestrutura e suscetíveis à ocorrência de desastres naturais e sociais (PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 2016).

Com mais de 2,8 milhões de habitantes, Salvador é o município mais populoso do Nordeste e o quarto do Brasil e, por outro lado, a cidade convive com problemas estruturais relativos, sobretudo, ao mercado de trabalho. A taxa de

informalidade na capital baiana atingiu a marca de 40,3%, o equivalente a 587 mil pessoas. Isso significa dizer que, de cada dez trabalhadores soteropolitanos, quatro estavam na informalidade. Por sua vez, as mulheres representavam a maioria desse contingente – 63,3%, contra 37,7% do gênero masculino. A mesma pesquisa apontou que, em maio de 2019, o município de Salvador apresentou uma taxa de 24,9% de desempregados em relação à População Economicamente Ativa (PEA), o equivalente a 489 mil pessoas. E ao se analisar esse contingente, considerando o recorte cor e raça, observa-se que os negros compunham 93% dos desempregados, nesse sentido, evidencia-se um cenário de desigualdade de oportunidades, especialmente nas questões de gênero, raça e classe social, pois comprova-se um alto grau de interseccionalidade no perfil de emprego e renda, permitindo-se compreender que as formas de opressão não são isoladas (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020).

Com isso, tornam-se necessárias e urgentes implementações de políticas para geração de trabalho e renda, priorizando as mulheres e as populações periféricas que são majoritariamente negras, a fim de proteger e assegurar condições necessárias para os grupos que são mais vulneráveis, no que se refere aos riscos relacionados ao aumento do nível do mar, inundações, proliferação de vetores de doenças, insegurança alimentar, ondas de calor e deslizamentos, que tendem a se intensificar nos próximos anos em decorrência das mudanças do clima.

Nesse caso, a cidade de Salvador-Bahia tem potencial para ser enquadrada como um desses territórios, que por meio de medidas de adaptação baseadas em ecossistemas, pode proteger a sua biodiversidade, através da ampliação das áreas verdes e criação de unidades de conservação, manejo sustentável dos mananciais, destinação adequada dos resíduos, implantação de hortas urbanas e a diversificação das culturas dos ecossistemas, que podem ser implementadas a custos relativamente baixos.

Segundo dados do IPCC 2023, o cenário muito mais rigoroso no que diz respeito à adaptação, no qual os impactos climáticos do aquecimento global vão se tornar frequentes e severos. Já não existem estratégias de adaptação capazes de evitar por completo as perdas e danos. Comunidades costeiras de Salvador, por exemplo, estão ameaçadas de desaparecer pelo aumento do nível do mar na

Zona de Interesse Social da península Itapagipana. Esse cenário coloca em risco pessoas que vivem em áreas abaixo do nível do mar nesse território (PLANO DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS DO CLIMA, 2020).

Segundo o PMAMC (2020), os impactos das mudanças do clima são desproporcionalmente maiores para populações mais vulneráveis, fazendo com que políticas públicas de enfrentamento às mudanças do clima devam ser intencionalmente inclusivas e justas. Um plano robusto de mitigação e adaptação representa um importante passo para a promoção da justiça climática e igualdade social, ao garantir que o ônus das mudanças do clima não recaia de maneira mais intensa na população que já se encontra em situação de maior vulnerabilidade e que menos contribui com o desequilíbrio climático.

Esse desequilíbrio se caracteriza na medida que a renda aumenta, as emissões tendem a aumentar também. Isso acontece, em geral, porque a população com uma renda maior costuma ter mais acesso ao consumo, por meio de eletrodomésticos, entretenimento, automóveis, viagens e outros gastos que envolvem maior emissão de GEE (IPCC, 2023). Além disso, essas pessoas também podem comprar ou alugar residências em locais de melhor infraestrutura urbana, menos suscetíveis aos riscos climáticos como inundações e deslizamentos, por exemplo.

Enquanto isso, a população mais pobre estabelece moradia em locais de risco e com pouca infraestrutura urbana, sem acesso a bens que possam ajudar a reduzir os efeitos dos riscos climáticos, como: ar condicionado, para o risco das ondas de calor, e a falta de saneamento básico, nos casos de enchentes e inundações proporcionando transtornos, perdas de bens materiais e doenças de veiculação hídrica. Justiça climática baseia-se na ideia de romper esse padrão (PLANO DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS DO CLIMA, 2020).

Nesse contexto, o estudo dos EIS e de seus efeitos nas cidades se coloca como temática relevante, considerando a crise social, ambiental, econômica e a diversidade dos problemas urbanos vivenciados. Trata-se de compreender em que medida eles geram consequências diante das problemáticas vividas nas arenas públicas da cidade (ADION; DIAS; FURLANETTO, 2020).

2.2 JUSTIÇA CLIMÁTICA E AMBIENTAL

O Brasil é um dos países líderes e importante ator na agenda ambiental climática internacional, devido a sua biodiversidade em recursos naturais, com a maior reserva florestal e de água doce do mundo, o que lhe dá condição e destaque nas discussões internacionais em pauta. Mas hoje o país encontra-se diante de um desafio, considerando-se, sobretudo, que, nos últimos quatro anos, o governo Bolsonaro apresentou uma gestão com viés negacionista.

Como consequência dessa convergência anticientífica dos mais altos níveis de governo, a política climática nacional sofreu um retrocesso, manifestado em ações como extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas dentro do MMA, bem como o corte do orçamento para as políticas de mudanças climáticas em toda a administração federal em 2019. Além desse posicionamento anticlimático, houve um desmonte nas políticas públicas de preservação ambiental, a constatação de grandes áreas de floresta desmatadas na Amazônia, desestruturação de comunidades de povos originários, elevação da pobreza, registro elevado de desemprego, elevação da concentração de renda, aumento da violência no campo e nas cidades (VIOLA; FRANCHINI, 2022).

O desmatamento tem influenciado a questão climática e ambiental no Brasil desde que o tema se tornou relevante na agenda pública nacional e internacional, existe um consenso na comunidade científica e no movimento ambientalista de que o maior desafio do país é parar o desmatamento, e não apenas o ilegal. Esse engajamento é decisivo para reduzir emissões de forma consistente e gerar credibilidade nos agentes nacionais e internacionais, portanto, o tema da mudança do clima extrapolou as fronteiras científicas e ambientais e passou a influenciar nos interesses geopolíticos e na ordem econômica e financeira global (VIOLA; FRANCHINI, 2022).

Nesse sentido, com o intuito de estabelecer metas para alcançar o desenvolvimento mundial, a ONU, em parceria com os países membros, estabeleceu oito objetivos para serem alcançados entre 1990 até 2015, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram mais focados em objetivos sociais, a exemplo da redução da extrema pobreza e fome, educação, saúde e outros, registrando apenas um objetivo direcionado a sustentabilidade

ambiental, assim como estabelecer parcerias para o desenvolvimento mundial para atingir o fim proposto.

A partir de 2015, foram instituídos os ODS, também conhecidos como Objetivos Globais, adotados pelos países-membros das Nações Unidas, como um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade (PNUD BRASIL, 2024). Para esse fim, foram estabelecidos 17 objetivos e 169 metas globais para serem alcançadas até 2030 (Agenda 2030), para dar continuidade a esse pacto estabelecido a partir de 2016.

Os 17 ODS são integrados e focados em quatro dimensões: sociais, econômicas, ambientais e institucionais, porém são mais voltados para as questões sociais e ecológicas, devido à emergência dos desequilíbrios ambientais globais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Nessa perspectiva da agenda climática internacional, é importante ressaltar que justiça ambiental e climática é uma questão crucial, pois ela abrange toda a dimensão ecológica, afetando todas as formas de vida neste planeta, principalmente as populações mais vulneráveis.

Para promover o avanço transversal da agenda, é impreterível incluir os direitos ambientais na agenda dos direitos humanos e dos direitos civis, por meio da elaboração de políticas para migrações climáticas, combate às desigualdades sociais, raciais e de gênero, fortalecimento de ecossistemas de inovação social e a ascensão do conceito de cidadania climática. Meio ambiente e clima não podem ser dissociados dos debates sobre desenvolvimento, combate à pobreza, inovação social, saúde, energia, renda, segurança alimentar, planejamento urbano e de direitos humanos, dentre outros que impactam diretamente no bem-estar das populações. Somente assim será possível construir uma realidade em que todos os temas sejam vistos de forma interconectada e priorizados na elaboração de políticas públicas (LOUBACK; LIMA, 2022).

A justiça climática, por sua vez, é um conceito amplificado da justiça ambiental, que confirma os impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre grupos em vulnerabilidade social. Face ao exposto, as mudanças climáticas causam impactos socioambientais que podem ser analisados conforme a lógica da justiça ambiental aplicada ao clima (LOUBACK; LIMA, 2022). As bases para a sua aplicação são apresentadas em documentos internacionais, embora, somente

em 2015, a justiça climática foi reconhecida no tratado internacional contra as mudanças climáticas, na COP21, em Paris. Um verdadeiro marco histórico em múltiplos sentidos para a comunidade climática no que diz respeito ao financiamento climático, haja vista que o Acordo de Paris determinou que países desenvolvidos investissem 100 bilhões de dólares por ano, em ações de mitigação e adaptação das mudanças climáticas em países em desenvolvimento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (2024,

s/p.):

A justiça climática é considerada um eixo transversal do novo Plano Clima ao considerar que a descarbonização da economia precisa levar a uma transição justa que impulse o desenvolvimento sustentável, enfrente as desigualdades e promova a resiliência do País.

Nesse sentido, entendemos que a justiça climática busca o reconhecimento das desigualdades sociais vividas em razão da dívida climática dos países do Norte Global com os países do Sul Global, as emissões históricas e atuais, as demandas e direitos das populações vulneráveis e o fim das emissões de gases de efeito estufa, de forma que isso não impeça o desenvolvimento das nações mais pobres.

O movimento da justiça climática chama atenção, também, para o fato de que mulheres, especialmente de periferias, compõem um dos grupos mais impactados. Elas sofrem com múltiplas desigualdades que devem ser analisadas sob a lente da interseccionalidade (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2022). “A crise climática pode ser considerada mais um eixo de opressão que se soma a questões ligadas à pobreza, educação, acesso a recursos naturais, violência sexual e muitos outros fatores que, sobrepostos, geram situações de profunda desigualdade” (LOUBACK; LIMA, 2022, p. 33).

Os movimentos por justiça climática abraçam a transição para um modelo de economia que seja realmente justo e que envolva um futuro com emissão zero de carbono e cujas medidas de prevenção, mitigação e adaptação dos impactos levem em consideração as responsabilidades diferenciadas entre os países e a necessária transferência de tecnologia e financiamento dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento

(LOUBACK; LIMA, 2022, p. 34).

Segundo a presidente da Irlanda e enviada especial da ONU para mudança climática, Mary Robinson (2021), que foi a responsável em reunir relatos recolhidos pelo mundo durante os anos que participou de debates e congressos sobre direitos humanos e clima, traz uma argumentação clara, científica e profundamente humana, conforme citação nesse trecho do seu livro:

O cenário é alarmante e nos obriga a ter uma visão humanizada da crise que vivenciamos. A mudança climática é injusta; afinal aqueles que menos impactam o meio ambiente são os que mais sofrem - os mais vulnerabilizados, as populações ribeirinhas, os quilombolas, as mulheres e as crianças (ROBINSON, 2021, p. 18).

Para Louback e Lima (2022), a construção de uma literatura relativa às mudanças climáticas e a investigação teórica e prática sobre justiça climática são temas urgentes, que ultrapassam soluções políticas ou econômicas e que impõem à sociedade um desafio, que ainda não foi suficientemente abordado, mas que está sendo pautado pela sociedade por uma necessidade de sobrevivência e justiça socioambiental.

Enquanto ações de mitigação atuam no sentido de reduzir o risco climático pela redução do dano, as ações de adaptação prevêm ajustes em sistemas naturais ou humanos frente a incentivos climáticos, tais ações têm o objetivo de minimizar ou evitar danos, ou ainda, explorar oportunidades benéficas, com a possibilidade de influenciar o risco por meio da redução da vulnerabilidade. É recomendável existir sinergia entre ações de mitigação e adaptação para aumentar a relação custo-efetividade, os benefícios sociais e tornar o sistema socioeconômico menos intensivo em carbono e, ao mesmo tempo, mais resiliente (BRASIL, 2021).

Adaptação pode ocorrer por meio da mudança de arranjos institucionais, por meio de inovações tecnológicas, ou ainda em decorrência de acontecimentos de característica econômica, ou jurídica (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS DO CLIMA, 2023).

De acordo com o conceito apresentado por Robinson (2021),

(...) justiça climática faz o vínculo entre os direitos humanos e o

desenvolvimento, visando alcançar uma abordagem centrada no ser humano, de forma a salvaguardar os direitos das pessoas mais vulneráveis e compartilhar os encargos e os benefícios das mudanças climáticas e seus impactos de forma justa e equitativa (ROBINSON, 2021, p. 27).

Assim sendo, a definição anterior ratifica os impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre grupos em vulnerabilidade social, as medidas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas devem levar em consideração as desigualdades de condições que existem entre países do Norte e Sul Global e entre grupos de pessoas, principalmente com olhar mais cuidadoso para as mulheres negras jovens e periféricas do Sul Global, pois são as maiores vítimas dessa injustiça ambiental.

Nesse sentido, é necessário a criação de políticas públicas para garantir a efetividade dos direitos das pessoas vulnerabilizadas, bem como se fomentar pesquisas teóricas e práticas sobre o tema, que ainda não é capaz de ser conclusivo, pois esse é um movimento ainda em construção e que carece das experiências do Sul Global e não foi suficientemente abordado com o olhar sobre as perspectivas das mulheres brasileiras, que precisam garantir uma posição de protagonistas, contribuindo para a definição da justiça climática a partir das suas vozes (LOUBACK; LIMA, 2022).

2.3 CONTRIBUIÇÕES DOS ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO SOCIAL PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA E AMBIENTAL NO BRASIL E NA CIDADE DE SALVADOR

Ecosistemas de Inovação vêm ganhando um destaque importante em várias regiões do mundo e diversas áreas do conhecimento, inclusive podendo ser uma rede de colaboração importante para que as cidades promovam transformações no seu modelo de desenvolvimento e na construção de soluções que possam fazer face à complexidade dos problemas públicos contemporâneos (ADION; DIAS; FURLANETTO, 2020).

Koslosky, Speroni e Gauthier (2015), nos trazem alguns conceitos importantes para compreensão dos EIS:

Ecosistema de inovação é um sistema de inovação que contém

organismos inovadores e ambientes de inovação com fluxo de material inovador, fluxo de energia e fluxo de informações em algum tempo e espaço. A pesquisa de ecossistemas de inovação aponta para o desenvolvimento sustentável como objetivo e usa as teorias e métodos da ecologia para discutir a formação do ecossistema de inovação e suas regras de evolução para fazer sugestões tecnológicas e econômicas para o desenvolvimento sustentável do meio ambiente. (GUO, 2009, apud KOSLOSKY; SPERONI; GAUTHIER, 2015, p. s/p.).

Ecossistemas de inovação são caracterizados por uma combinação de iniciativas 'bottomup' e 'top down', liderando a rede de colaboração entre partes interessadas, a qual finalmente estará se estendendo para as comunidades reais de inovação. Cada vez mais os cidadãos, as empresas avançadas e os governos locais agem como catalisadores proativos de inovação, transformando cidades em agentes de mudança (KOMNINOS; PALLOT; SCHAFFERS, 2013, apud KOSLOSKY; SPERONI; GAUTHIER, 2015, p. s/p).

Considerando essas definições, pretendemos, nesta pesquisa, identificar atores do EIS da cidade do Salvador-Bahia, a partir dos problemas socioambientais que eles buscam resolver com respeito à justiça climática e ambiental, bem como descrever ações que esses atores estão promovendo.

A esse respeito, os EIS, por meio de seus atores, têm papel fundamental no desenvolvimento de ações, projetos e organizações que trabalhem temas e problemas de cunho socioambiental.

Como essa investigação aborda a promoção da justiça climática, é preciso entender em que medida os atores do EIS de Salvador podem contribuir com uma agenda que é urgente, global e local. Desse modo, políticas de inclusão social, cooperação internacional e recursos financeiros, principalmente para regiões mais vulneráveis são importantes para promoção da justiça climática.

No território nacional, o Observatório de Inovação de Florianópolis (OBISF) é uma referência na temática dos EIS. Ele foi criado com o objetivo de mapear a rede que compõe o EIS de Florianópolis, incluindo iniciativas de inovação social e seus atores de suporte, buscando compreender a atuação, interações, transações e efeitos em resposta aos problemas públicos da cidade, esse coletivo de pesquisadores(as), em conjunto com os atores do EIS, reforçam as dinâmicas de experimentação para a democracia e para a sustentabilidade da cidade de Florianópolis (OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS, 2023).

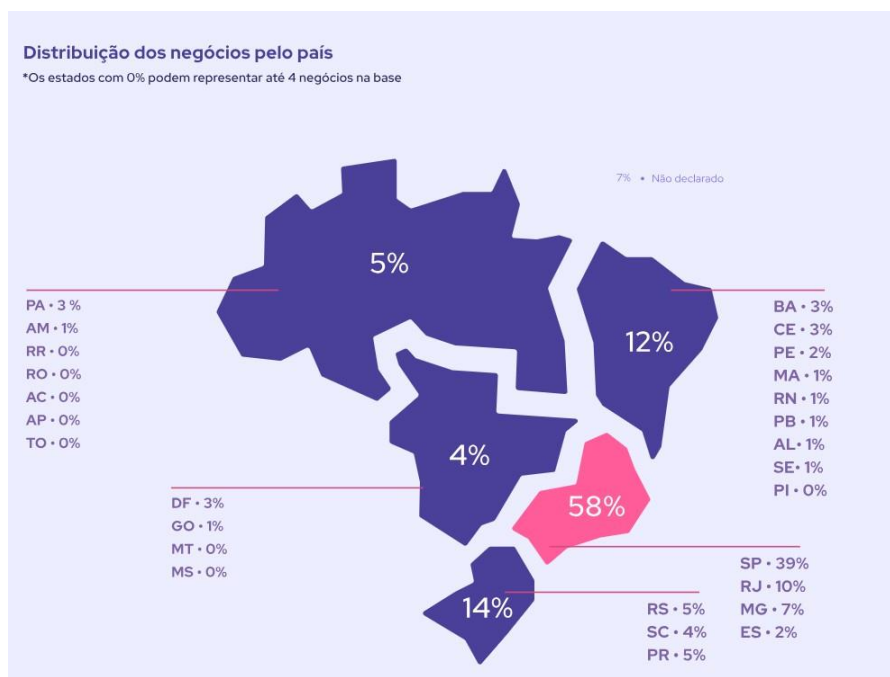
Com vistas a fazer avançar nesse debate, considerando a realidade

peculiar das cidades em países em desenvolvimento, a pesquisa sobre o EIS de Florianópolis está sendo desenvolvida a várias mãos. Na última década, a capital de Santa Catarina passou a se posicionar nacionalmente como a cidade da inovação, também sendo reconhecida por reunir diferentes coletivos que vêm promovendo iniciativas de inovação social, por meio de organizações e instituições dos três segmentos da sociedade: poder público, privado e da sociedade civil (ANDION, 2020).

Outra experiência a ser destacada nessa pesquisa é a iniciativa da Pipe Social, que é uma plataforma que conecta negócios de impacto com quem investe e fomenta ecossistemas de inovação e impacto social no Brasil e apresentam estudos e pesquisas desde 2016, referentes aos negócios que estão resolvendo desafios brasileiros alinhados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento da ONU, Agenda 2030. (PIPE SOCIAL, 2024).

Nessa perspectiva, a Pipe Social já mapeou empreendimentos de impacto em todo Brasil, sendo uma importante plataforma para a identificação, aceleração e incubação desses atores, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1: Mapa Pipe Social no Brasil



Fonte: Pipe Social (2023).

A Figura 1 apresenta uma concentração de negócios de impacto na região

Sudeste do país, com percentual de 58%, em seguida, vem a região Sul com 14% e o Nordeste com 12%, sendo que o estado da Bahia apresenta um percentual de 3% dos empreendimentos mapeados, num total de 109 negócios de impacto, ficando 77 situados em Salvador (PIPE SOCIAL, 2023).

Entretanto, certamente, existem modelos de negócio comprometidos com agendas socioambientais em todas as regiões do país. Na capital baiana, vamos pesquisar empreendimentos da economia verde à economia circular que promovem a justiça climática e ambiental, mas que ainda não se reconhecem como parte de uma economia de impacto. Isso reforça a tese de que precisamos compreender os EIS das cidades para fortalecer a importância de um ecossistema de apoio aos empreendimentos de impacto, com suporte técnico e financeiro para impulsionar essas soluções, além de conectar esses empreendedores com uma rede nacional de investidores, compradores, parceiros e pesquisadores, visando o fortalecimento da promoção da justiça climática de Salvador que é o nosso objeto de estudo.

Um importante empreendimento que vem atuando no ecossistema de Salvador/BA é a *startup* Soma Vantagens, que tem como objetivo incentivar a adoção do hábito de reciclagem e geração de novas oportunidades para moradores de comunidades de baixa renda, implementando um programa de incentivos à reciclagem e à consciência ambiental, usando ciência comportamental e tecnologia para promover a economia circular na prática. Atua na mudança de comportamento do consumidor em relação ao descarte de materiais recicláveis, premiando com descontos e benefícios a atitude de reciclar.

Os participantes do programa acompanham sua pontuação, as recompensas e o impacto ambiental de suas ações por meio de uma plataforma *on-line* e as cooperativas de catadores parceiras, capacitadas pela Soma, fazem a gestão dos locais de recebimento de resíduos e o atendimento aos participantes e, em contrapartida, ficam com o material recolhido (SOMA VANTAGENS, 2024).

Portanto, considerando a importância dos Ecossistemas de Inovação na contemporaneidade da agenda na resolução dos problemas socioambientais das grandes cidades, almejamos, nesta pesquisa, compreender o EIS em Salvador, pois existe uma lacuna investigativa nesse tema. Assim sendo, teremos a oportunidade de caracterizar os ecossistemas de inovação da cidade em referência.

Face ao exposto, entendemos que será uma tarefa importante compreender esses ecossistemas de inovação, visando visibilizar, fortalecer e promover uma rede de colaboração de tais iniciativas, que atuam numa perspectiva de defender a preservação ambiental, inclusão social, geração de renda e melhoria da qualidade de vida, principalmente para atender às populações mais vulneráveis da cidade.

Para melhor compreensão desse tema, a recente publicação “Desenvolvimento de Ecossistemas Digitais de Inovação Social (SIDE)”, aponta recomendações para profissionais e decisores políticos, evoca que em ecossistemas de inovação, os atores precisam estar articulados e conectados por um objetivo comum diante dos problemas públicos que pretendem resolver.

Evidencia-se, também, que precisamos ouvir as demandas para fortalecer a sociedade que está sofrendo com os processos de vulnerabilização socioambiental, senão podemos correr o risco de não solucionar os problemas daqueles que estão vivenciando as injustiças, conforme apresentam as citações dos autores:

Um SIDE não é apenas uma plataforma, mas sim uma comunidade dinâmica de atores unidos por um objetivo comum de desenvolver inovações sociais que enfrentam os desafios da sociedade através de um processo colaborativo, inclusivo e aberto (WAGNER; HOLWALDT, 2024).

Os desafios mais prementes da nossa sociedade no século XXI não podem ser resolvidos pela abordagem tradicional de cima para baixo que usamos nas últimas décadas. Agora, vemos que a maioria das abordagens que usamos no passado não funcionou. Em alguns casos, contribuíram para criar novas questões que agora devem lidar. Problemas como as alterações climáticas, a pobreza, a poluição, a fome, a violência forçada migração e as mudanças no mercado de trabalho têm causas e efeitos complexos que os governos e a sociedade não podem resolver com soluções simples. Na verdade, resolver estes problemas espinhosos exige forte colaboração entre vários parceiros, mesmo aqueles com diferentes perspectivas de como agir (WAGNER; HOLWALDT, 2024).

Em resumo, as inovações sociais desempenham um papel crucial na resolução de problemas complexos e na promoção do bem-estar social. O ecossistema de inovação social, composto por uma variedade de intervenientes, é fundamental para a criação e implementação de soluções eficazes. Quando

órgãos governamentais, universidades, organizações da sociedade civil e empresas privadas colaboram, eles conseguem unir diferentes perspectivas, conhecimentos e recursos, potencializando as iniciativas.

A interação contínua entre esses atores é vital para fortalecer a capacidade do ecossistema. Por exemplo, as universidades podem contribuir com pesquisa e desenvolvimento, enquanto as organizações da sociedade civil trazem uma compreensão aprofundada das necessidades locais. As empresas, por sua vez, podem oferecer recursos financeiros e expertise em gestão, além de facilitar o acesso a redes mais amplas. Essa diversidade de habilidades e experiências permite que as inovações sociais sejam mais adaptativas e sustentáveis.

Além disso, a criação de espaços de diálogo e colaboração, como fóruns e seminários, é essencial para fomentar a confiança e o entendimento mútuo entre os participantes. A troca de ideias e a co-criação de projetos podem resultar em soluções mais inovadoras e eficazes, que respondam de maneira mais adequada às demandas da comunidade.

A institucionalização das inovações sociais também depende dessa colaboração. Projetos que conseguem se integrar nas estruturas existentes, seja através de políticas públicas ou parcerias com o setor privado, têm maiores chances de perdurar e se expandir. Ou seja, fortalecer as relações e promover um ambiente cooperativo é crucial para que as inovações sociais não apenas emergjam, mas também se consolidem e impactem positivamente a sociedade.

Em suma, o sucesso das inovações sociais está intrinsecamente ligado à capacidade dos atores envolvidos de trabalharem juntos, compartilhando conhecimentos, recursos e experiências. À medida que esses ecossistemas se tornam mais robustos, mais oportunidades surgem para enfrentar desafios sociais de maneira inovadora e eficaz (WAGNER; HOLWALDT, 2024).

As plataformas digitais têm se mostrado ferramentas poderosas para impulsionar a inovação social, facilitando a conexão entre diferentes partes interessadas, como empreendedores sociais, organizações não governamentais, financiadores e a comunidade em geral. Em Florianópolis, o mapeamento de atores relevantes em iniciativas de inovação social é um exemplo claro de como a tecnologia pode ajudar a identificar e fortalecer redes de colaboração. O Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBSIF) já mapeou 734 projetos de impacto social. Essa abordagem não apenas melhora a visibilidade dos

projetos existentes, mas também fomenta a cooperação entre os envolvidos, permitindo que melhores práticas sejam compartilhadas e novas parcerias sejam formadas (WAGNER; HOLWALDT, 2024).

Na Alemanha, a Plataforma Alemã para Inovação Social e Empresas Sociais complementa essa ideia ao buscar criar um ecossistema digital que centralize informações sobre iniciativas e oportunidades nesse setor. Ao fornecer um espaço onde inovadores sociais podem se conectar e trocar experiências, ela promove um ambiente mais colaborativo e dinâmico, essencial para o desenvolvimento de soluções inovadoras que enfrentem os desafios sociais contemporâneos. A plataforma também visa conectar pesquisa e prática na área de inovação social, através do Ministério da Educação e do Ministério da Economia e Proteção Climática, o *software* pretende ser um importante espaço digital para a inovação socioambiental e o empreendedorismo social naquele país (WAGNER; HOLWALDT, 2024).

Essas iniciativas demonstram que a interconexão entre plataformas digitais e inovação social não apenas facilita o acesso à informação, como também potencializa a criação de redes colaborativas, fundamentais para a construção de soluções efetivas e sustentáveis. Através da troca de conhecimentos e recursos, as partes interessadas podem trabalhar juntas para gerar um impacto social positivo, refletindo a importância de ecossistemas colaborativos na promoção da inovação social.

Nesse sentido, a cidade de Salvador pode se espelhar nesses bons exemplos citados, a fim de potencializar políticas públicas e privadas para o fortalecimento do EIS, a fim de mapear, aglutinar e monitorar os atores e iniciativas que promovam justiça climática, através de uma plataforma colaborativa de acesso livre, que irá observar a intersecção das instituições existentes e dos esforços criativos dos diferentes participantes, promovendo a aprendizagem colaborativa, melhorando espaços presenciais para discussão, conscientizando e experimentando experiências entre os atores para abordar questões nas arenas públicas.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Este estudo pode ser compreendido como uma pesquisa de natureza aplicada, com caráter exploratório e de abordagem mista com relação à coleta e o tratamento dos dados. A pesquisa qualitativa e exploratória é útil quando o pesquisador desconhece as variáveis importantes a examinar (CRESWELL, 2007) e os complementos da pesquisa quantitativa permitem identificar características de uma população por meio de métodos estatísticos. Essa técnica é necessária neste estudo porque o tópico é novo e ainda não abordado sob tal perspectiva na cidade de Salvador-Bahia com uma determinada amostragem ou grupo de pessoas.

Nesta pesquisa, vamos abordar a teoria embasada, uma técnica associada à pesquisa qualitativa, na qual o pesquisador tenta deduzir uma teoria geral e abstrata de um processo, de uma ação com base nas visões dos participantes de um estudo. Esse processo envolve o uso de estágios múltiplos de coleta de dados e o refinamento e a interrelação de categorias de informações. O projeto se caracteriza, pela comparação de dados com categorias emergentes e a amostra teórica de diferentes grupos para potencializar as similaridades e as diferenças de informação (CRESWELL, 2007).

3.1 PÚBLICO A SER INVESTIGADO

O público a ser investigado nesta pesquisa é composto por atores do EIS de Salvador, ainda a serem identificados como parte integrante da pesquisa. A priori, alguns atores já foram identificados, listados a seguir: Fórum Clima Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), Secretaria de Sustentabilidade e Resiliência (SECIS), Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SEMA), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado (SECTI), Câmara Municipal de Salvador (CMS), Fórum Lixo Salvador, Cooperativas de Catadores/as, Soma Vantagens, Grupo Ambientalista da Bahia (Gamba), SOS Vale Encantado, Startups, Associações, ONGs, Professores Acadêmicos, dentre outros.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para conhecer e investigar uma amostra do EIS e os seus respectivos atores de suporte da cidade do Salvador - Bahia, a partir dos problemas socioambientais que eles buscam resolver com respeito à justiça climática, através de uma pesquisa exploratória, com uso da técnica denominada bola de neve, foram identificados alguns atores iniciais para começar a definir a amostra.

A amostragem de bola de neve pode ser útil para pesquisas de cunho qualitativo e é utilizada, principalmente, para fins exploratórios, geralmente para melhor compreensão sobre um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo, como é o caso desta pesquisa. É uma técnica que faz uso de redes de referência, por isso, torna-se apropriada para pesquisas com grupos de difícil acesso (BOCKORNI; GOMES, 2021).

Dessa forma, em um primeiro momento, foram abordados por meio de um questionário eletrônico, os atores de empreendimentos com caráter socioambiental que dão suporte ao EIS, aos quais foi solicitada a indicação de outros atores para envio do questionário. O questionário¹ pode ser verificado no **Apêndice A**.

Para essa etapa, o instrumento foi elaborado contendo os seguintes campos de informações dos atores de suporte: a) dados de contato; b) papel no EIS, atividades realizadas e público-alvo; c) iniciativas de inovação social apoiadas e outros atores de suporte parceiros.

O questionário eletrônico foi aplicado no período de 23/05/2024 a 01/08/2024, com a participação de 58 respondentes categorizados em dois grupos: Organizações da Sociedade Civil (ONG/OSC, Associações, Organizações informais e Coletivos) e Empreendimentos de impacto socioambiental (Empresas Registrada, Cooperativas Startups, MEI), perfazendo um total de 53 iniciativas mapeadas.

Nessa primeira etapa, também foram coletadas informações públicas sobre os projetos de lei e iniciativas envolvendo os campos mais gerais de informações em torno da temática. A partir das informações coletadas, será possível construir um cenário do EIS em Salvador.

¹ O questionário eletrônico pode ser visualizado neste link: <https://forms.gle/CUHvTyQYvA2yMqtu7>.

O diálogo e a articulação com esses distintos atores que compõem o ecossistema permitirá aprofundar consideravelmente o conhecimento do território, isso porque esperamos que os parceiros e os próprios atores cadastrados se envolvam no esforço de coleta e complementação das informações.

Na segunda etapa de coleta de dados empíricos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, professores, ativistas e formadores de opinião sobre a temática pesquisada. Para esse público, optou-se pelo método da entrevista semiestruturada para poder conduzir o diálogo a partir de pontos de interesse desta pesquisa e permitir que outros temas surjam no processo. O roteiro de entrevistas pode ser visto no **Apêndice B** deste trabalho.

Nesse sentido, totalizamos 12 entrevistas finalizadas no período de 17/05/2024 a 05/09/2024. Os critérios de seleção utilizados para essas entrevistas se deram através da identificação de atores de diferentes segmentos da sociedade, com atuação nas políticas públicas que fortalecem o ecossistema de inovação para promoção da justiça climática em Salvador, conforme descrito no item 4.2 desse trabalho.

3.3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE COLETA E DE ANÁLISE DOS DADOS

Para essa etapa da pesquisa, foram utilizadas estratégias de coleta e de análise dos dados no intuito de atender aos objetivos específicos delimitados, conforme seguem:

Quadro 1 – Técnicas de coleta e análise dos dados

Objetivo	Participantes ou fonte de dados	Técnica de coleta dos dados	Técnica de análise dos dados
a) Caracterizar os EIS na cidade de Salvador/BA	Dados secundários: Pipe Social, Relatório Fórum Clima Salvador; Macro-atores do EIS de Salvador	Análise documental; Pesquisa de Campo (Questionário e Entrevista)	Estatística descritiva e Análise de Conteúdo.

b) Identificar atores dos EIS da cidade do Salvador-Bahia, a partir dos problemas socioambientais que os mesmos buscam resolver com respeito a justiça ambiental e climática	Atores dos EIS de Salvador	Pesquisa de Campo (Questionário e Entrevista)	Estatística descritiva; Análise de Conteúdo
c) Descrever ações dos atores do ecossistema de inovação social na cidade de Salvador/BA que contribuem para a promoção de resiliência e justiça climática	Atores dos EIS de Salvador	Pesquisa de Campo (Questionário e Entrevista)	Estatística descritiva; Análise de Conteúdo

Fonte: Elaboração própria (2024).

A análise de conteúdo é um método baseado na experiência, dependente do tipo de narrativa a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe receita pronta em análise de conteúdo, mas um conjunto de regras de base, essa técnica de análise, muitas vezes, precisa ser adequada à comunicação e aos objetivos pretendidos (BARDIN, 2011).

No caso desta pesquisa, utilizamos entrevistas semiestruturadas para macro-atores, com respostas à perguntas abertas e questionários para Instituições e Empreendimentos Socioambientais, os conteúdos foram avaliados de acordo com os objetivos a serem pesquisados, que discorrem sobre a temática dos EIS para promoção da Justiça climática. No caso dos questionários, empregamos a análise de conteúdo e a estatística descritiva básica.

Nesse sentido, a análise de conteúdos auxilia na descrição de situações, cenários e na caracterização de conteúdo e nas deduções a partir das análises realizadas e de acordo com o método aplicado, dividimos essa análise de conteúdos em três etapas: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados; Inferência e interpretação (BARDIN, 2011).

Na pré-análise, que tem foco na organização de documentos a serem analisados, que, no caso desta pesquisa, são os questionários e entrevistas semiestruturadas, formulamos as hipóteses, os objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. A exploração do material, por sua vez, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. E, finalmente, no tratamento dos resultados, inferências e interpretações, fase de tratamento e transformação dos dados brutos coletados nos textos para que sejam apresentados de forma que permita ao leitor acompanhar o processo de análise (BARDIN, 2011).

Nesse momento de tratamento dos resultados, inferências e interpretações, almejamos caracterizar o EIS da cidade de Salvador/BA; identificar seus atores a partir dos problemas socioambientais que eles buscam resolver com respeito à justiça ambiental e climática; e descrever ações dos atores dos EIS que contribuem para a promoção de resiliência e justiça climática.

3.4 A RESIDÊNCIA SOCIAL

A Residência Social proporcionou conhecer ecossistemas e atores que promovem justiça climática, através da Rede Afro Ambiental, que realiza atividades e encontros regionais para articular e capacitar povos e comunidades tradicionais e a sociedade civil no intuito de buscar saídas para a crise climática e propor uma “Agenda Climática” com o tema: Ecologia, Cultura e Educação dos Povos pelo Clima, através da formação e articulação de lideranças de povos e comunidades tradicionais.

A Rede Afro Ambiental atua com diretrizes e objetivos alinhados com o tema desta pesquisa, que discute elementos e formas de implementação dos ODS, com foco no fortalecimento dos EIS, por meio da participação social, reforçando laços comunitários, convocando cidadãos, empreendedores, organizações sociais e os setores públicos e privados, para, em conjunto, procurarem experimentar novas respostas aos problemas socioambientais cada vez mais complexos, visando a promoção da justiça ambiental e climática priorizando as populações majoritariamente Negras, Periferizadas e de Povos e Comunidades Tradicionais.

Na Residência Social, tivemos a oportunidade de reunir com o coordenador da Rede, mestre Aderbal Ashogum e sua equipe, para reunião de apresentação e alinhamento das atividades propostas. Nos dias 4, 5 e 6 de abril de 2024 participei da Conferência Internacional Afrocentrada sobre a Década dos Povos Afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro, que tinha como tema central debater formas decoloniais e ancestrais de combate às ameaças à humanidade como a crise climática, a fome, a discriminação racial e a exclusão socioambiental, a violência de gênero e geracional.

Entre os dias 08 a 11/04/2024 participei das oficinas temáticas sobre ancestralidade e crise climática, onde ocorreram debates e encaminhamentos sobre a referida Conferência, com as seguintes temáticas: Transição Energética; Ancestralidade e crise climática; Justiça Climática; Permacultura; Cultura alimentar; Capoeira Angola; Treme Terra Encontro de Tambores.

Após o encerramento das atividades da residência social foram propostos os seguintes encaminhamentos:

- Fortalecer a Rede Afroambiental na Bahia, através de apoio técnico e fomento ao Projeto, já apresentado para SEMA, de criação de um Centro de Educação Socioambiental para promoção dos saberes tradicionais através de práticas sustentáveis e regenerativas, para minimizar os conflitos existentes entre a necessidade de conservação dos recursos hídricos, na cidade de Salvador, e dentro e no entorno do Parque São Bartolomeu, promovendo a livre expressão religiosa dos praticantes das religiões afro-brasileiras e outras religiões da natureza, garantida pela Constituição Federal e ODS 13;
- Colaborar na construção coletiva do ODS 18, compromisso voltado à igualdade étnico-racial e racismo ambiental, visando ampliar a participação dos Povos afrodescendente no encerramento da Década dos Povos, estabelecida pela ONU 2015\2024, o conteúdo gerado fortalecerá a Agenda Climática (ODS 18) dos povos de matriz africana do Brasil será enviado a ONU e ao G20 na ocasião da sua Cúpula;
- Construção do ODS 18 com as seguintes metas e indicadores: eliminar a discriminação étnico-racial no trabalho; eliminar as formas de violência contra povos indígenas e afrodescendentes; garantir acesso ao sistema de justiça; garantir representatividade e reparação; promover memória, verdade e justiça; assegurar habitação adequada e sustentável; assegurar acesso à atenção à saúde de qualidade; assegurar educação de qualidade; garantir diálogo e participação social; eliminar a xenofobia e tratar imigrantes com dignidade.

Portanto, a Residência Social foi uma experiência exitosa, pois conhecemos iniciativas realizadas pela instituição que atua com o tema da sustentabilidade numa perspectiva de promoção da justiça ambiental e climática, além disso, estabelecemos uma parceria com a Rede Afro Ambiental, na perspectiva de promover conexões com o EIS de Salvador. Nesse sentido, encaminhamos uma proposta de projeto para a SEMA e firmamos uma parceria para formação de lideranças climáticas com a CUFA no Complexo Nordeste de Amaralina.

Assim sendo, essa experiência foi importante para a pesquisa, haja vista que conhecemos a atuação da Rede Afro Ambiental e conseguimos estabelecer essas parcerias e conexões com atores de outros territórios, sendo importante para fortalecer o EIS de Salvador e promover a justiça climática com um outro olhar.

4 DISCUSSÕES E ANÁLISES DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos a partir da coleta de dados empíricos em dois momentos distintos: aplicação de questionários eletrônicos e entrevistas semiestruturadas, conforme descritos nas próximas seções.

4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO

Neste capítulo, apresentamos os dados dos questionários eletrônicos aplicados na pesquisa de campo, com a participação de 58 respondentes categorizados em dois grupos: Organizações da Sociedade Civil (ONG/OSC, Associações, Organizações Informais e Coletivos) e Empreendimentos de Impacto Socioambiental (Empresas Registrada, Cooperativas Startups, MEI), perfazendo um total de 53 iniciativas mapeadas.

A partir das respostas ao questionário, foi possível identificar que 44% das organizações tem 10 ou mais anos de atuação, isso demonstra uma maturidade da maioria das organizações pesquisadas no EIS, seguidos de 27,6%, de 0 até 3 anos, e 13,8%, de 7 a 10 anos, e 4 a 6 anos, respectivamente, conforme Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Tempo de atuação das instituições participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme a pergunta sobre a escala de atuação das organizações pesquisadas, foi possível identificar que 39,7% delas tem atuação direta e exclusiva no município de Salvador, enquanto 34,5% tem atuação nacional, mas com foco, também, na cidade pesquisada, 10,3% com escala da atuação estadual, seguidos de 8,6% intermunicipal e 6,9% internacional, isso demonstra a pluralidade da atuação das organizações pesquisadas no EIS local, conforme Gráfico 2:

Gráfico 2 – Escala de atuação das instituições participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Segundo as respostas sobre as características das instituições pesquisadas no questionário, foi possível identificar que existe uma grande diversidade de organizações no EIS estudado, conforme demonstra os dados a seguir: ONG/OSC (21,4%); Associações (16,1%); Organizações informais (14,3%); Empresas registradas (12,5%); Coletivos (12,5%); Cooperativas (9%); MEI (7,0%) e Startups (5,4%). Dessa amostra pesquisada, apresentamos percentualmente as duas categorias já apresentadas, sendo Organizações da Sociedade Civil (60%) e os Empreendimentos de Impacto Socioambiental (40%). Isso demonstra um ecossistema bem heterogêneo, quando se refere à natureza das organizações pesquisadas no EIS soteropolitano, conforme demonstra o Gráfico 3:

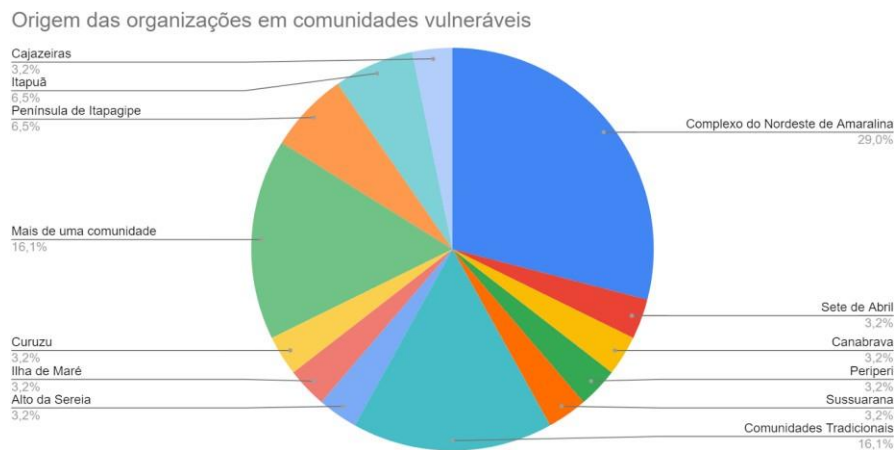
Gráfico 3 – Tipo de atuação das instituições participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A partir das respostas ao questionário sobre a origem de atuação das organizações em comunidades em vulnerabilidade social, identificou-se que 53,4% delas são de origem de uma comunidade vulnerável socialmente, enquanto 46,6%, não. Da amostra pesquisada e que responderam ser de origem de comunidades vulneráveis, 29% são da região do nordeste de Amaralina; 16,1% são povos e comunidades tradicionais de origem: quilombolas, indígenas, povos de terreiros e pescadores artesanais; 16,1% tem atuação em mais de uma comunidade e 6,5% da península de Itapagipe, seguidos de outras comunidades, conforme Gráfico 4:

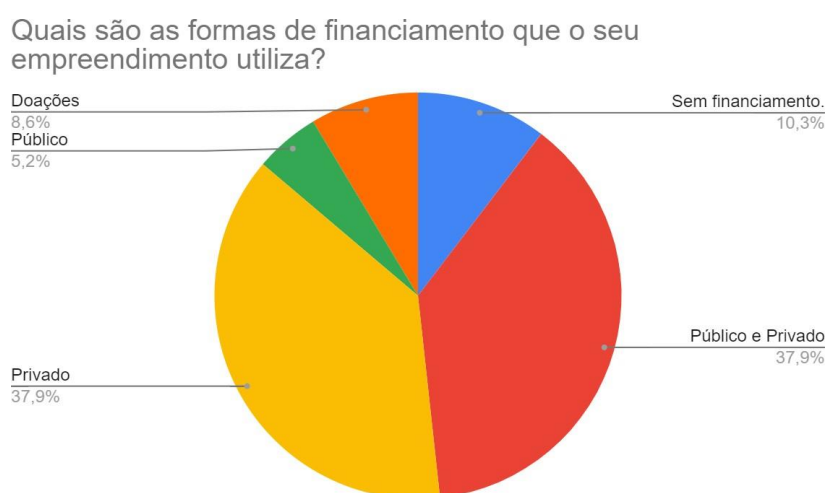
Gráfico 4 – Origem de atuação das instituições participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme as respostas sobre as fontes de financiamento que as organizações utilizam, foi possível identificar que 37,9% já obtiveram financiamento público e privado e 37,9% somente privado e as outras categorias da pesquisa ainda demonstram que 10,3% e 8,6% delas não têm financiamento ou vivem de doações, conforme Gráfico 5:

Gráfico 5 – Formas de financiamento das instituições participantes da pesquisa

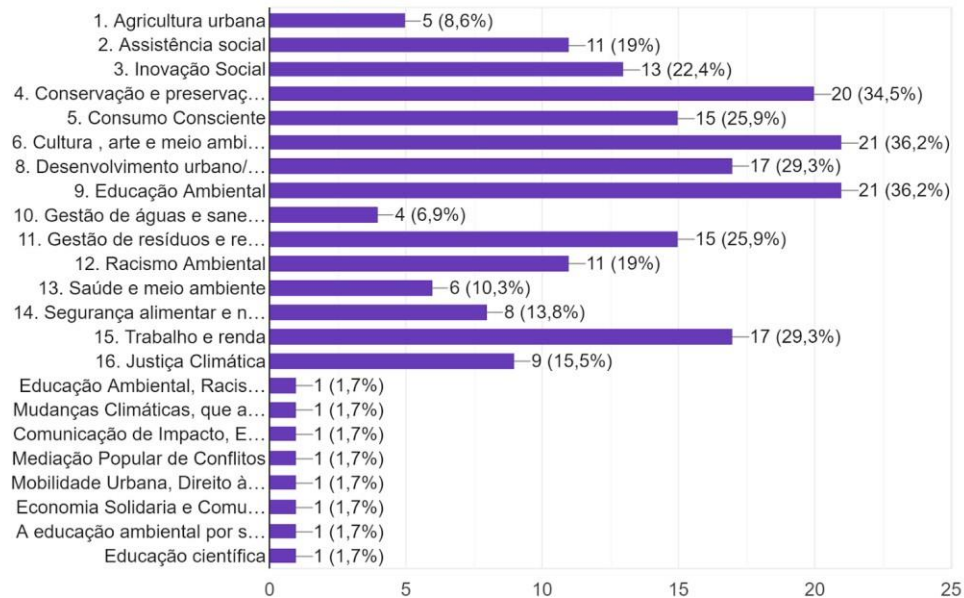


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Outro ponto questionado aos respondentes foi em relação às causas socioambientais sobre as quais as instituições atuam. Segundo as respostas coletadas, foi possível perceber que as causas socioambientais sobre as quais a maioria das instituições participantes atuam são: “Cultura, arte e meio ambiente” e “Educação Ambiental”, com 36% das respostas, seguidos de “Conservação e preservação ambiental”, com 34,5%. Em seguida, aparece a categoria “Trabalho e Renda” e “Desenvolvimento urbano/Cidades sustentáveis”, com 29,3%, seguidos de outras categorias, conforme Gráfico 6:

Gráfico 6 - Causas socioambientais sobre as quais as instituições atuam

Indique quais as causas socioambientais sobre as quais a sua Instituição/ empreendimento atua. Escolha até 3 causas. (Causas socioambien...problema socioambiental e público-alvo atingidos)
58 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa (2024).

Pensando na temática e na aderência aos ODS, uma outra pergunta do questionário buscou identificar a relação entre a ação dos respondentes e os Objetivos com os quais essas ações se relacionam. Nesse sentido, a partir das respostas ao questionário, foi possível perceber, com base nos 17 ODS, que as instituições pesquisadas atuam com maior contribuição nas seguintes causas:

Com 51,7% das respostas apresentadas, um indicador importante, que representa mais da metade das instituições pesquisadas, com atuação voltada para promover a educação como agente de transformação socioambiental, conforme aponta o texto do ODS 4 abaixo:

Assegurar a educação ambiental inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (PNUD BRASIL, 2024).

Em seguida, aparece o objetivo **“Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”**, com 31% das respostas, significando que uma parcela das instituições pesquisadas atua na garantia de um meio ambiente equilibrado para a atual e futura gerações, seguido dos outros seguintes ODS:

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (PNUD BRASIL, 2024).

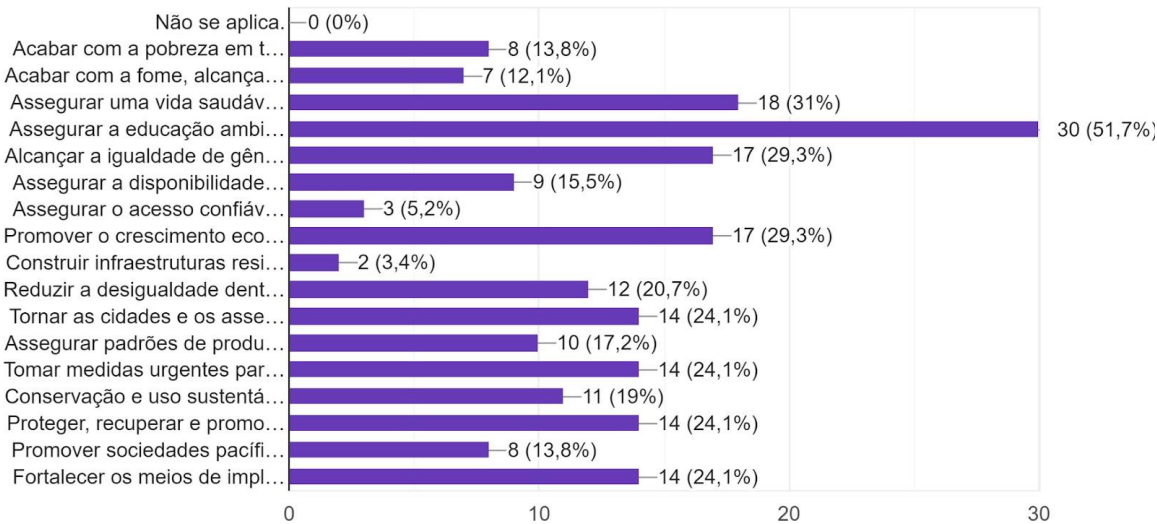
Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis (PNUD BRASIL, 2024).

Com 29,3% das respostas, respectivamente, os ODS anterior caracterizam uma forte presença de organizações que atuam nas pautas de gênero e inclusão social, econômica e ambiental, conforme Gráfico 7, a seguir:

Gráfico 7 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Com base nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), identifique a seguir até três (3) objetivos para os quais a sua instituição já contribui ou pode contribuir.

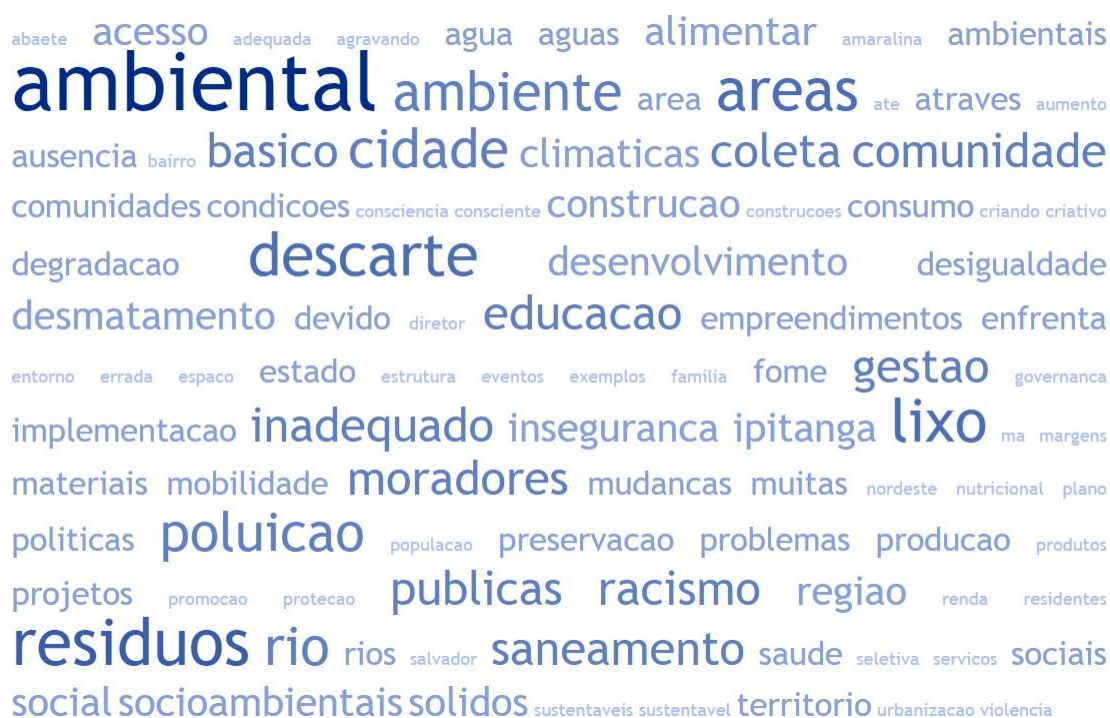
58 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa (2024).

Ao serem questionados sobre qual(is) o(s) principal(ais) problema(s) socioambiental(is) que sensibiliza(m)/mobiliza(m) o seu empreendimento, as respostas discursivas indicaram diversos elementos, com destaque para questões voltadas ao descarte correto do lixo, falta de políticas públicas para gestão e educação ambiental, mudanças climáticas, saneamento básico, e racismo ambiental, conforme pode ser visualizado na Figura 2, a seguir. A nuvem de palavras foi gerada por meio do *software on-line* TagCrowd (<https://tagcrowd.com/>), que gera visualização das palavras com base na recorrência de palavras ou expressões, destacando em tamanho maior as com maior recorrência.

Figura 2: Nuvem de palavras das respostas sobre problemas socioambientais que os empreendimentos buscam resolver



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa (2024).

Ao serem perguntados sobre quais ações de mitigação aos efeitos das mudanças climáticas que a sua Instituição promove, as respostas indicaram diversos elementos, com destaque para questões voltadas para: educação ambiental e climática; educação socioambiental na comunidade com foco na coleta seletiva de resíduos, a fim de conscientizar a população da importância da despoluição e preservação dos rios, praias e da natureza, conforme pode ser visualizado na Figura 3.

Divisão mais justa dos investimentos e responsabilização pelo dano causado ao meio ambiente (RESPONDENTE N° 25).

Sabemos que os que irão verdadeiramente sofrer cada vez mais com as mudanças climáticas serão as classes sociais mais vulneráveis e sem recursos financeiros (RESPONDENTE N° 32).

Garantir conforto ambiental em todas as áreas da cidade, desde as áreas nobres até os bairros populares onde mora a população mais pobre (RESPONDENTE N° 39).

A participação dos países ricos na mitigação dos problemas globais causados pelas mudanças climáticas. essencialmente o pagamento dos maiores causadores para os mais afetados pelas mudanças climáticas (RESPONDENTE N° 48).

A partir das respostas é possível perceber uma relação direta entre as apresentadas pelos respondentes do questionário, o que indica a teoria sobre o tema. Conforme Mary Robinson (2021), “a justiça climática faz o vínculo entre os direitos humanos e o desenvolvimento, visando alcançar uma abordagem centrada no ser humano, de forma a salvaguardar os direitos das pessoas mais vulneráveis e compartilhar os encargos e os benefícios das mudanças climáticas e seus impactos de forma justa e equitativa”. (ROBINSON, 2021, p. 27); e aqui foi percebido que os respondentes estão entendendo da mesma forma.

A maioria dos respondentes entende, também, que o racismo ambiental é uma prática resultante dos efeitos dos impactos ambientais que acabam afetando e prejudicando de modo desigual, intencionalmente ou não, indivíduos e comunidades negras e periféricas, portanto, uma forma de discriminação institucionalizada, conforme discorre Rammê (2012).

Mas a justiça climática, por sua vez, propõe que as políticas públicas tenham como base a participação social, o empoderamento das comunidades, bem como a transversalidade das ações para promover o avanço intersetorial da agenda ambiental, integrando os direitos ambientais dela aos direitos humanos e aos direitos civis, por meio da elaboração de políticas para migrações climáticas, combate às desigualdades sociais, raciais e de gênero, fortalecimento dos EIS e a ascensão do conceito de cidadania climática. Nesse sentido, existe uma lacuna no reconhecimento do ecossistema estudado, pois se confirma que o debate sobre meio ambiente está dissociado dos debates sobre desenvolvimento, combate à pobreza, inovação social, saúde, saneamento básico, renda, segurança alimentar, planejamento urbano, dentre outros que impactam diretamente no bem-estar das populações.

Ao serem questionados sobre quais são os maiores desafios, barreiras e ações necessárias para desenvolver ações que busquem resolver problemas socioambientais e promover a justiça climática na cidade de Salvador, as respostas indicaram diversos elementos, com destaque para questões voltadas para: A ausência de políticas públicas efetivas; falta de informação sobre o tema; falta de diálogo com os atores locais; falta de integração, transparência e visibilidade das poucas ações entre os poderes públicos; falta de recursos públicos e privados, dentre outras respostas em destaque da pesquisa:

Foram identificados desafios, barreiras e ações necessárias, divididos em cinco categorias: a) educação/cultura/meio ambiente; b) gestão/políticas públicas; c) captação de recursos; d) conservação e preservação ambiental; e) direitos humanos/justiça/cidadania.

Na categoria **a) educação/cultura/meio ambiente**, destacam-se os relatos a seguir:

Quadro 2 - Ações percebidas no campo da educação e educação ambiental

Categoria	Relatos
a) Educação/cultura/meio ambiente	<p>“Investimentos em ações e projetos de educação ambiental. Tornar essas informações visíveis.” (RESPONDENTE N° 3).</p> <p>“Oportunizar o acesso à informação sobre o tema, juntamente com um maior envolvimento do estado nas esferas municipal e estadual, é fundamental. Acreditamos que o apoio às mídias comunitárias de Salvador, como "O Que Fazer no Nordeste", é crucial para a propagação eficaz da informação. (...) Outro modelo impactante é a disseminação de informações através das escolas, promovendo feiras temáticas e proporcionando oportunidades para que os alunos visitem universidades, museus e outros locais que abordam a questão climática. Essa interação é essencial, pois, os jovens são os principais agentes de conscientização, capazes de influenciar seus pais e avós, que pertencem a uma geração que não se preocupava tanto com essa problemática. Promover a educação ambiental e o engajamento comunitário através desses canais não só amplia o alcance das informações, mas também fortalece a resiliência e a justiça climática na cidade de Salvador. É preciso uma potencialização e oportunidades de fala como essa para melhorarmos um pouco o panorama em que vivemos como comunidade periférica.” (RESPONDENTE N° 4).</p> <p>“Junção dos 3 setores, acesso menos burocrático às leis de incentivos, educação ambiental dentro da grade curricular desde a primeira infância como obrigatória”. (RESPONDENTE N° 12).</p> <p>“Melhorar a qualidade da educação e incentivar o ensino do assunto em todas as etapas da escolarização da população indistintamente”. (RESPONDENTE N° 38).</p> <p>“Educação, fóruns abertos para discussão da temática, ações estruturadas pela comunidade acadêmica e o poder público, acesso à inovação aberta.” (RESPONDENTE N° 42).</p> <p>“Participação e engajamento de mais pessoas nos movimentos sociais e qualificação técnica dessas pessoas já envolvidas. Temos dificuldade de comunicação, divulgação e fortalecimento através das redes sociais. Acessar e envolver os jovens estudantes para o ativismo ambiental. Informar massivamente, por meios permeáveis a população mais vulnerável, sobre política, saneamento básico, educação ambiental aplicada ao local de pertencimento e direito à cidade, revisão popular e democrática do PDDU.” (RESPONDENTE N° 48).</p> <p>“Prioridade das políticas educacionais e de preservação ambiental, assim como a conscientização da população através de programas priorizando as questões ambientais, focalizando o seu papel no exercício da cidadania e como ator desse processo, elegendo as articulações e parcerias entre os agentes federados, municípios e estados no âmbito nacional e parcerias internacionais”. (RESPONDENTE N° 54).</p> <p>“Implementação da política de educação ambiental e climática no currículo escolar por meio do PPP, no contexto não formal e difuso. Educação formal capaz de desenvolver a cidadania ativa. Desenvolver políticas integradas em educação, saúde, habitação e meio ambiente (RESPONDENTE N° 58).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa (2024).

Já no que tange a categoria **b) gestão e políticas públicas**, os relatos a seguir foram identificados:

Quadro 3 - Ações percebidas no campo da gestão e políticas públicas

Categoria	Relatos
b) Gestão e políticas públicas	<p>“Gestão realmente participativa com garantia do controle social. Atendimento das políticas públicas e programas de educação ambiental, meio ambiente, de recursos hídricos”. (RESPONDENTE N° 47).</p> <p>“A criação de políticas públicas específicas para o fortalecimento dos empreendedores de impacto, assim como existe uma política para o microempreendedor, por exemplo. E a ampliação da comunicação institucional da prefeitura para o consumo consciente e responsável.” (RESPONDENTE N° 15).</p> <p>“Vontade política por parte do município, do estado e da União.” (RESPONDENTE N° 21).</p> <p>“Mais esclarecimentos sobre o tema com as comunidades tradicionais.” (RESPONDENTE N° 23).</p> <p>“Uma governança Estadual e Municipal que promovam programa e projetos transversais em todas as áreas, colocando os problemas socioambientais e climáticos como prioridade.” (RESPONDENTE N° 24).</p> <p>“Compromisso dos Gestores Públicos com Políticas Públicas que valorizem e protejam o espaço público, programas voltados para regularização e garantia de moradias dignas, controle do crescimento imobiliário”. (RESPONDENTE N° 25).</p> <p>“Mais transparência nos recursos, e dividir com equidade os mesmos recursos.” (RESPONDENTE N° 18).</p> <p>“Mudança de consciência da classe política.” (RESPONDENTE N° 29).</p> <p>“Maior coordenação entre os entes do Ecossistema”. “As principais barreiras são institucionais. Órgãos públicos que não cumprem seu papel e que atendem a interesses privativos e especulativos.” (RESPONDENTE N° 44).</p> <p>“Transparência nos processos, recursos para a sociedade poder participar e contribuir, tempo hábil para as pessoas se organizarem”. (RESPONDENTE N° 57).</p> <p>“Sim, participamos da elaboração do Plano Clima Salvador, mas até o momento a sociedade não teve devolutivas.” (RESPONDENTE N° 57).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa (2024).

Já no que tange a categoria **c) captação de recursos**, os relatos a seguir foram identificados:

Quadro 4 - Ações percebidas no campo da captação de recursos

Categoria	Relatos
c) captação de recursos	<p>“Interesse e Investimento em ações efetivas, inclusive as que vem da sociedade civil organizada.” (RESPONDENTE N° 14).</p> <p>“Repasse de investimentos para instituições que são precursoras do movimento ambiental na capital.” (RESPONDENTE N° 19).</p> <p>“Mais financiamento de empresas para promover projetos voltados para este tema.” (RESPONDENTE N° 22).</p> <p>“Editais e parcerias públicos e privadas.” (RESPONDENTE N° 32).</p> <p>“Qualquer ação depende de Recursos. É necessário criar linhas de investimento para o setor”. (RESPONDENTE N° 50).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa (2024).

Já no que tange a categoria d) conservação e preservação ambiental, os relatos a seguir foram identificados:

Quadro 5 - Ações percebidas no campo da conservação e preservação ambiental

Categoria	Relatos
d) conservação e preservação ambiental	<p>“Aporte financeiro para gerirmos. Ações mais efetivas de educação ambiental, com cartilhas, projetos viáveis e murais do clima, que se intensifiquem pela repetição e por hábitos muito simples; Preservação de áreas públicas com replantio imediato; criação de hortas comunitárias em áreas de convivência públicas; Ruas de lazer com áreas verdes...” (RESPONDENTE N° 1)</p> <p>“Uso de soluções baseadas na natureza nas ações de mitigação e adaptação aos eventos relacionados à mudança climática do antropoceno.” (RESPONDENTE N° 26).</p> <p>“... Implementação do Plano de Mitigação de Efeitos Climáticos de Salvador e urgente revisão democrática do PDDU de Salvador.” (RESPONDENTE N° 31).</p> <p>“Aumentar a infraestrutura verde, planejamento da paisagem baseado em princípios de Ecologia da Paisagem e Biologia da Conservação, recuperação de áreas degradadas, implantação de corredores ecológicas, desmatamento zero, aprovação do Plano Municipal de Mata Atlântica e Implementação do Plano de Adaptação de Mudanças Climáticas da cidade, mais permeabilidade da paisagem urbana”. (RESPONDENTE N° 33).</p> <p>“Priorização em mudanças profundas nas políticas públicas de uso do solo e mobilidade urbana sustentável, tirando o foco do veículo individual motorizado e da especulação imobiliária”. (RESPONDENTE N° 35).</p>

	<p>“Primeiro o comprometimento da gestão no que desrespeito às questões ambientais e alterações climáticas”. (RESPONDENTE N° 37).</p> <p>“Cumprimento da legislação ambiental existente, bem como novas políticas públicas voltadas para a prevenção de problemas climáticos”. (RESPONDENTE N° 39).</p> <p>“Uma necessidade é o envolvimento, engajamento e participação da sociedade nas lutas coletivas, na defesa de patrimônios inegociáveis da cidade, como os sítios naturais sagrados mencionados, que estão em rede patrimonial com Abaeté. Precisamos promover o debate patrimonial articulado aos Direitos da Natureza de maneira democrática e responsável, combatendo a cooptação e questões políticas partidárias com ações de educação crítica e emancipatória. É necessário promover discussão aberta para avaliar os caminhos e modelos de preservação/conservação que queremos e que sejam adequados com nossa trajetória histórica. Para que possamos minimizar as dificuldades, os movimentos sociais devem ter apoio e parceria de aliados(as) do campo jurídico, para orientar na linguagem e nas ações estratégicas relacionadas às denúncias das irregularidades dentro dos territórios. Além disso, devemos assegurar a participação popular na Revisão do PDDU e pressionar que seja alterada a atribuição dos Conselhos Gestores das UCs para o status decisório, deixando de ser apenas consultivo”. (RESPONDENTE N° 45).</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa (2024).

Já no que tange a categoria e) direitos humanos, justiça e cidadania, os relatos a seguir foram identificados:

Quadro 6 - Ações percebidas no campo dos direitos humanos, justiça e cidadania

Categoria	Relatos
e) Direitos humanos, justiça e cidadania	<p>“Reconhecimento da Prefeitura Municipal de Salvador, com a devida e justa contratação, com o pagamento pelos serviços ambientais prestados pelas Cooperativas e Associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis que realizam a coleta seletiva”. (RESPONDENTE N° 9).</p> <p>“Construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com a democratização do conhecimento e de recursos financeiros e tecnológicos, desburocratização para acesso aos incentivos para as instituições em áreas denominadas periféricas e fim do racismo ambiental.” (RESPONDENTE N° 28).</p> <p>“O tema precisa ganhar centralidade no cotidiano da cidade e nas políticas públicas”. (RESPONDENTE N° 2).</p> <p>“A concepção e sustentabilidade de projetos pedagógicos que preparem as futuras gerações para lidar com os efeitos causados pela atuação irracional e predatória da atual geração norteadas pelo paradigma do neoliberalismo”. (RESPONDENTE N° 49).</p> <p>“Um olhar aprofundado sobre os processos ambientais e climáticos. Um programa específico para cuidar do meio ambiente e do clima em Salvador. Mais ações das faculdades públicas e privadas fazendo processo de extensão com as ONGs e associações das periferias. Sensibilização e nitidez dos órgãos Municipal, Estadual e Federal direcionado para as periferias de Salvador”. (RESPONDENTE N° 51).</p> <p>“... Empoderar as ONGs e associações direcionando para a questão ambiental e climática...” (RESPONDENTE N° 52).</p> <p>“Promoção de mais atividades que gerem engajamento de crianças e adolescentes durante o ano e não apenas no mês de junho. Precisamos colocar nosso jovem como parte do presente do país e não apenas como o futuro”. (RESPONDENTE N° 55).</p> <p>“As dificuldades na promoção da justiça ambiental em Salvador incluem a falta de articulação entre as esferas de gestão pública e as comunidades. Na cidade persiste a desigualdade social discrepante, talvez pelo modelo de educação falido, que pouco investe na participação da vida da cidade. Justiça ambiental não faz parte do repertório das sucessivas gestões, comprovado pela ausência de políticas públicas na implementação de ações, de práticas sustentáveis. A desinformação e a falta de capacitação nas comunidades dificultam a mobilização social.” (RESPONDENTE N° 58).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa (2024).

Esse é um ponto frágil que precisa ser fortalecido nos EIS de Salvador, bem como a formulação de uma política pública direcionada para o fortalecimento de ecossistemas de inovação para promoção da justiça climática, pois não existe uma política institucionalizada tanto no âmbito do governo Municipal quanto no Estadual, pois eles não dialogam sobre o tema no sentido de integrarem e formularem políticas públicas relacionadas à inovação social e justiça climática.

Consequentemente, por ausência de diretrizes para formulação de políticas públicas nesse campo, fica evidenciada a falta de investimento público e privado para a implementar ações e fortalecer a governança dos atores que atuam nos EIS de Salvador para promoção da justiça climática.

Portanto, em análise aos dados do questionário da pesquisa, se evidencia, também, uma vontade e desejo dos atores e organizações em fazerem essa co-gestão e contribuir para a implantação de diversas ações que promovam impacto socioambiental e fortaleçam os EIS da cidade. Existe um sentimento de pertencimento do patrimônio natural local e nesta pesquisa foram indicadas proposições de políticas estruturantes.

A educação se apresenta como eixo transversal e fundamental, de forma que sugere-se formação de jovens, prioritariamente das periferias, para atuarem numa perspectiva de uma mudança de comportamento através da cidadania ambiental, para garantir controle social e um bom discernimento na escolha de gestores públicos comprometidos com as causas socioambientais, que promovam uma educação de qualidade no campo formal e informal, investindo em agentes de cidadania ambiental, para garantir o cumprimento das legislações ambientais vigentes, bem como garantir os direitos sociais e um meio ambiente equilibrado para atual e futuras gerações são essenciais nesse processo complexo da promoção da justiça social, ambiental e climática que permeia essa problemática.

4.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS PRINCIPAIS DAS ENTREVISTAS COM ATORES-CHAVE DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE SALVADOR

A segunda etapa de coleta de dados dessa pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE B) com atores-chave nas discussões

sobre meio ambiente na cidade de Salvador, conforme descrito no capítulo de metodologia deste trabalho.

Nesse sentido, foram realizadas 12 entrevistas entre 17/05/2024 e 05/09/2024. Os critérios de seleção utilizados para essas entrevistas se deram através da identificação de atores e personalidades de diferentes segmentos da sociedade, com atuação nas políticas públicas que fortalecem o ecossistema de inovação para promoção da justiça climática em Salvador. Nesse universo foram entrevistados gestores públicos, professores acadêmicos, parlamentares, formadores de opinião e lideranças de movimentos socioambientais da cidade, conforme seguem:

Quadro 7 - Dados das pessoas entrevistadas

Entrevistado(a)	Função/Relação com o Campo	Data da Entrevista	Tempo de Duração
Juliano Matos (ENTREVISTADO 1)	Ex. superintendente de Meio Ambiente de Salvador e Ex. Secretário Estadual de Meio Ambiente da Bahia, professor acadêmico e atual presidente da Fundação Anísio Teixeira;	17/05/2024	58,28
Silvio Humberto (ENTREVISTADO 2)	Vereador, professor acadêmico da UEFS e Fundador do Instituto Steve Biko;	03/06/2024	37,25
André Joazeiro (ENTREVISTADO 3)	Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia da Bahia;	11/06/2024	27,47
André Fraga (ENTREVISTADO 4)	Vereador e Ex. Secretário de Inovação e Cidade Sustentável de Salvador;	01/07/2024	19,47
Andréa Ventura (ENTREVISTADA 5)	Professora EAUFBFA e CIAGS , coordenadora do Grupo de pesquisa GpS- Governança para sustentabilidade e Gestão de Baixo Carbono;	17/07/2024	23,38
Julio Rocha (ENTREVISTADO 6)	Diretor e professor da Faculdade de Direito da UFBA , Ex. Superintende do Instituto de Gestão das Águas e Clima da Bahia e do IBAMA BA, Presidente da Rede Sustentabilidade Bahia;	18/07/2024	16,19
Cassia Magalhães (ENTREVISTADA 7)	Presidente do Partido Socialista Brasileiro em Salvador, Ex. Chefe de Gabinete da Secretaria Estadual do Meio Ambiente , pedagoga e líder comunitária;	23/07/2024	10,41
Renato Cunha (ENTREVISTADO 8)	Ambientalista , co- fundador e Diretor Presidente do Grupo Ambientalista da Bahia-GAMBÁ;	25/07/2024	14,42

Entrevistada(o)	Função/Relação com o Campo	Data da Entrevista	Tempo de Duração
Tiago Brasileiro (ENTREVISTADO 9)	Presidente do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia e Ex. Coordenador da SEMA e INEMA;	26/07/2024	21,38
Eduardo Sodré (ENTREVISTADO 10)	Secretário Estadual de Meio Ambiente da Bahia.	01/08/2024	09,06
Diosmar Filho (ENTREVISTADO 11)	Coordenador da Associação de pesquisa Iyaleta e pesquisador e ativista do tema desigualdades e mudanças climáticas;	01/08/2024	35,00
Sandra Chaves (ENTREVISTADA 12)	Coordenadora da Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), Dra. em Administração Pública (EAUFBA) e Professora da Faculdade de Nutrição da UFBA	05/09/2024	48,00

Fonte: Elaboração própria (2024).

A partir das respostas e dos diálogos com as pessoas entrevistadas, foi possível perceber questões como: compreensão sobre justiça climática; o entendimento dos participantes sobre os EIS de Salvador; os principais desafios deles; e algumas ações para o fortalecimento desses atores e iniciativas, conforme descrito nas próximas seções.

4.2.1 Entendimento sobre Justiça Climática

Nas entrevistas semiestruturadas com os macro-atores, perguntamos o que eles entendiam sobre o conceito de Justiça Climática. As respostas variaram de percepções pessoais da realidade, de situações vividas em territórios e comunidades a conceitos mais elaborados. As principais respostas estão destacadas no Quadro 8:

Quadro 8 - Entendimento sobre Justiça Climática

Entrevistado	Entendimento sobre Justiça Climática
ENTREVISTADO 1, 2024	“ ... O agravamento climático traz situações muito grave , a imprevisibilidade acho que seria um dos pontos mais importantes, não sabemos como as nossas estações vão se comportar com 1,2, 3 ° a mais de temperatura, já estamos vendo áreas em desertificação, tudo isso vai ter um impacto gigantesco em todas as pessoas, mas as pessoas em vulnerabilidade esse impacto será muito maior como traz os relatos do livro “ A Ecologia dos Pobres” onde os mais vulneráveis, vão sofrer até com a ansiedade climática (...) O Poder público vai precisar pensar em políticas públicas, resolver essa questão da justiça climática...”
ENTREVISTADO 2, 2024	“ Você ainda chega em áreas como Vila Canária, eu estive lá no final de semana passado, e o esgoto corre ao ar livre, por trás das casas, não têm saneamento básico. Então de fato tem questões que, para ter essa justiça, até se materializar a justiça climática que beneficia a sociedade na totalidade, é de fundamental importância que ela venha, mas você precisa resolver a questão da justiça social... E essas pessoas são as que menos emitem gases. São as que menos poluem, né? E são as que mais sofrem. Esse é o contrassenso, não tem veículo para poder emitir CO2, baixo consumo e as que mais vão sofrer com as injustiças climáticas.”
ENTREVISTADO 3, 2024	“Quem se beneficia da exploração do ambiente e quem paga o preço daquela exploração do ambiente, essa que é a justiça ambiental. Normalmente vem uma empresa, vai perto de uma comunidade, cria um dano ambiental, se beneficia desse prejuízo que está causando ao meio ambiente, e quem está ali do lado, numa comunidade, ele não se beneficia em nada do que está sendo gerado de positivo a partir dessa interação com o ambiente, mas fica com o problema, com o passivo. Então essa é a justiça ambiental, você equilibra um pouco isso, se você vai ter, se você vai fazer uso de um ativo ambiental, que você tem um retorno de custo para essa comunidade...”
ENTREVISTADO 4, 2024	“De alguma forma tentar fazer com que as pessoas que foram menos responsáveis pelo contexto climático que a gente vive hoje, de completa incerteza do que está por vir, que hoje na realidade essa é a única certeza que temos, porque os eventos climáticos extremos, mas o aumento do nível do oceano, todas as outras, tantos outros impactos que estão previstos, essas pessoas que menos contribuíram para que isso fosse a nossa realidade atual, que elas minimamente sejam as que menos fossem afetadas, a gente sabe que, na prática, que não é isso que acontece, seja do ponto de vista individual, do ponto de vista de cidades, de nações, a gente vem enfrentando o desafio de tentar equilibrar a responsabilidade com o impacto(...) “Você não vê, por exemplo, esgoto rodando em bairro de rico, mas você vê esgoto aberto em bairro de pobre.”
ENTREVISTADO 5, 2024	“ ... a justiça ambiental, ela está diretamente relacionada realmente com as pessoas que já são vulneráveis aos problemas ambientais existentes. Então, é muito interessante como elas são ignoradas, na minha percepção, no processo de tomada de decisão para a resolução desses mesmos problemas. Então elas são as mais afetadas e são as que menos estão envolvidas na hora de decidir o que vai fazer para diminuir os problemas existentes como: falta de saneamento, problemas como moradia em locais irregulares e assim por diante. E daí entendo que a justiça ambiental está diretamente associada à justiça climática, mas tendo como foco as questões ambientais que vão ter uma interface com a questão climática, ou seja, quase todas.

ENTREVISTADO 6, 2024	<p>“...não sou especialista em justiça climática, mas tenho trabalhado a questão do racismo ambiental, tenho acompanhado esse tema, fui para a última COP do Clima, foi uma experiência muito exitosa, já tinha ido para COPs anteriores que abordou esse tema (...) Eu acho que o desafio, a perspectiva da conversão do clima, a organização de estrutura climática nos estados, digo, o estado brasileiro é muito importante, o fundo clima, a geopolítica climática e, ao mesmo tempo, medidas de adaptação. Eu acho que a gente tem que avançar nessa perspectiva de garantir justiça ambiental, que inclui justiça climática, porque as mudanças climáticas evidenciam e ampliam o fosso entre o acesso à cidadania ambiental. Então, acho que essa é a minha preocupação fundamental como alguém do Direito. Até porque eu também atuo na área de migração climática, nós temos um aumento significativo de deslocados ambientais no mundo todo, e a experiência do Rio Grande do Sul, da Amazônia, do Nordeste, são experiências muito próximas.</p>
ENTREVISTADO 7, 2024	<p>“Esse tema é um tema atualíssimo, mas é um tema que desde a década de 70, 80, o mundo vem colocando como temas prioritários para o planeta. Infelizmente, nós temos aí uma elite brasileira muito arrogante, ignorante, e que não levou a sério tudo o que foi sinalizado nesses documentos que foram produzidos nessas conferências que aconteceram até então. Eu colocaria a conferência de 92 como um marco para a sociedade como um todo, que lá se colocou tudo o que era necessário fazer para que nós não chegássemos nesse momento em que nós estamos vivendo dos problemas climáticos que atingem o planeta. Então, justiça climática, na minha compreensão, seria trabalhar todas as mazelas que essa sociedade, chamada sociedade progresso, produziu no mundo”.</p>
ENTREVISTADO 8, 2024	<p>“Estamos numa emergência climática, já visto os vários eventos que estão acontecendo e cada vez mais significativos. É importantíssimo, desde o poder público, a sociedade, o setor empresarial, todo mundo tem que estar ligado nessa história, porque o planeta vai depender muito disso, a gente luta e trabalha para que as pessoas que vivem em situação mais de risco sejam melhor contempladas com políticas públicas, que a gente chama essa justiça, que tem que estar cada vez mais presente para minimizar os impactos em uma população mais suscetível a ser impactada com as mudanças climáticas que estão acontecendo, tanto enchentes, secas, queimadas, incêndios e tudo mais”.</p>
ENTREVISTADO 10, 2024	<p>“Em relação à justiça climática e ambiental, eu acho que a gente está num momento em que a gente tem que pensar o agora. Antigamente se discutia, e aí para quem é da área sabe que as matérias ambientais ou elas não eram tratadas, ou eram tratadas como optativas. E hoje elas já são obrigatórias, então a gente tem que parar de pensar que as nossas ações só sofrerão impacto no longo prazo e saber que as ações nossas aqui têm aplicabilidade direta. Não é à toa que hoje já se fala em emergências climáticas. Então, para trabalhar a justiça climática, a gente tem que trabalhar as ações emergenciais, iniciais, de logo, para que a gente tente diminuir ao máximo. Aumento do nível do mar, aumento do aquecimento global, da temperatura da terra, envolvimento dos povos e comunidades tradicionais, fortalecimento de agroecologia, agricultura familiar, agricultura de baixo carbono, para que a gente possa aí fazer uma transição mais justa, ambiental, social e também econômica”.</p>
ENTREVISTADO 11, 2024	<p>“... Sempre quando se trata do conjunto de ações, é necessário produzir políticas para mitigação e adaptação aos efeitos climáticos, temos as perdas e danos das comunidades mais vulneráveis, é preciso fazer uma transição justa em se tratando de justiça climática. E estabelecer a justiça climática como utopia, porque a prioridade deveria ser primeiro eliminar as desigualdades”.</p>
ENTREVISTADO 12, 2024	<p>“Com respeito à justiça climática, Salvador tem um território totalmente desigual, que apresenta insegurança alimentar moderada e grave, a pesquisa Quali Salvador mostrou esses dados da territorialização das desigualdades. Quando</p>

	“você tem a fome, toda a dignidade foi embora, nesse caso divide a desigualdade e divide a justiça, acho importante porque demarca o território, mas acho preocupante porque, não se pode dividir a desigualdade e a justiça, pois são direitos humanos indivisíveis e inseparáveis. A Justiça alimentar, social, climática, são injustiças que não vem sozinha...”
--	---

Fonte: Elaboração própria (2024).

Analizando as respostas dos entrevistados, reafirmamos que o debate sobre meio ambiente e crise climática não pode ser dissociado das questões sobre o desenvolvimento, combate à pobreza, inovação social, saúde, geração de renda, segurança alimentar, planejamento urbano e saneamento básico. Somente assim será possível construir uma realidade em que todos os temas sejam vistos de forma interconectada e priorizados na elaboração de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça climática (LOUBACK; LIMA, 2022).

4.2.2 Entendimento sobre o Ecossistema de Inovação Socioambiental em Salvador

Nessa sessão, segundo as respostas dos entrevistados, com respeito ao entendimento sobre EIS de Salvador, observamos que alguns relatam experiências trazendo características e atores e outros desconhecem o conceito e o próprio Ecossistema de Inovação, mas entendem que os atores dessa rede precisam ser evidenciados e fortalecidos, conforme se destacam as respostas no Quadro 9:

Quadro 9 - Entendimento sobre o Ecossistema de Inovação Socioambiental em Salvador

Entrevistado	Entendimento sobre o Ecossistema de Inovação Socioambiental em Salvador
ENTREVISTADO 2, 2024	“... Eu diria que do ponto de vista tanto ambiental e social, pegando aí a justiça social, não está pior porque nós temos a sociedade civil (...) Quando a Prefeitura trouxe sua política de inovação, montou um conselho de inovação e entendeu aí que inovação é só a tecnologia e pronto. Entendo a tecnologia social como parte desse ecossistema de inovação. Eu tentei propor isso, eu trouxe a experiência de Lisboa, que visa integrar ciência e tecnologia a inovação social, esse conjunto faz parte desse ecossistema de inovação. Se você encontra as organizações sociais, elas produzem tecnologias sociais, que levam à inclusão da juventude, que diminui a vulnerabilidade da população, que trabalha com educação ambiental, que daqui você pode exportar experiências para todo mundo (...) Salvador vai ter serviços mais complexos? Ou nós vamos ficar se alimentando somente de shopping, drogaria e supermercado...”

ENTREVISTADO 3, 2024	<p>“A secretaria de tecnologia do Estado tem direcionado hoje uma boa parte dos recursos para a tecnologia de impacto social, como a gente pode dar como exemplo aqui a ciência na mesa que é para reduzir a fome no trabalho é uma é a forma da SECTI lidar com o Programa Bahia Sem Fome, não temos estrutura para ir buscar doação de alimento, mas a gente pode conseguir aumentar produtividade da agricultura familiar é a partir de ciência (...) A gente tem incubadoras e startups de impacto social. O que é startup e impacto social? O cara que gera uma tecnologia com um objetivo claro, nítido, de gerar um benefício para aquela comunidade, daí você vê o benefício social (...) Tem uma bicicleta elétrica que está sendo desenvolvida agora, uma versão para apoiar a reciclagem. Essa bicicleta elétrica é de uma startup social que está em Salvador”</p>
ENTREVISTADO 4, 2024	<p>“O ecossistema de inovação de Salvador tem um caráter muito social também. A gente conseguiu, na minha passagem pela secretaria, criar, por exemplo, o Colabore, que é um espaço que fica na parte da cidade que tem justamente como grande objetivo ser esse polo que conecta esses empreendedores e empreendedoras visando trazer um problema real como oportunidade. O problema da cidade, o problema social, o problema ambiental. E aí a gente tem algumas questões, por exemplo, lá no Colabore você tem o Sebrae Lab e você tem a Impacto, que é uma incubadora de negócios sociais, a primeira incubadora de negócios sociais públicas no Brasil... Ações que foram incubadas ou aceleradas pelas organizações que estão dentro do Colabore. Então tem exemplos desde o pessoal que trabalha com o Piaçava na Ilha de Maré. Tem projetos que trabalham com a agenda de resíduos sólidos. Projetos que trabalham com a capacitação e formação de empreendedores locais em bairros populares...”</p>
ENTREVISTADO 5, 2024	<p>“Eu acho que eu começaria talvez por ações empresariais. Eu conheço, por exemplo, a startup Solos, que vem fazendo um trabalho interessante na área de gestão de resíduos. Eu, também, fiz parte, nesse processo dentro da pesquisa, tive atuação no painel Salvador Mudança do Clima e nele a gente fazia a interconexão entre pesquisadores na área climática e atores que estavam atuando na prática. Tive contato também com alguns integrantes do Observatório de Racismo Ambiental de Salvador, que trabalha muito fortemente na Península de Itapagipe, o próprio painel de mudanças climáticas é uma iniciativa que faz parte desse ecossistema, o Fórum o Clima Salvador, também atuava com outras organizações que queriam discutir a questão climática na cidade (...) Eu tenho super interesse na questão dos catadores. E daí eu estou sabendo de uma iniciativa que a UFBA também está inserida, que é por meio de uma das pesquisadoras do grupo de pesquisa que atualmente eu coordeno, o GpS, Governança para a Sustentabilidade e Gestão de Baixo Carbono. Então, a gente tem, dentro do GPS, a gente trabalha por núcleos de interesse. Um dos núcleos é o núcleo de Economia Circular e Reciclagem (...) O CIAGS teve relação bem forte com programas ligados ao meio ambiente, questões de justiça ambiental, com o programa Minha Casa Minha Vida da Caixa Econômica Federal...”</p>
ENTREVISTADO 6, 2024	<p>“Existem ações importantes no Instituto de Biologia, da Oceanografia, o próprio mestrado que você faz parte, eu acho que isso avança numa perspectiva de pensar a gestão socioambiental multidisciplinar. A gente está iniciando na Faculdade de Direito da UFBA uma especialização sobre “Direitos Desigualdades e Governança Climática”, em parceria com a Associação de pesquisa Iyaleta, e com apoio institucional do Instituto do Clima e Sociedade (ICS), numa tentativa nossa também de construir processos formativos na perspectiva da formação da cidadania climática, para compreensão dos riscos das crises climáticas e ao mesmo tempo formar 100 especialistas que possam discutir a política climática (...) Outro aspecto importante é a ação da Camapet e dos grupos de reciclagem, vejo que eles têm pouco incentivo da prefeitura e governo local, eu acho a reciclagem uma experiência muito interessante do ponto de vista do que você chama desse ecossistema inovação socioambiental (...) Hoje reconheço, também, os esforços do SOS Buracão e dos movimentos socioambientais, eu acho movimentos muito interessante, inclusive que discutem a privatização de áreas públicas, também o debate sobre conversão de áreas públicas em áreas privadas...”</p>

ENTREVISTADO 7, 2024	“Eu vejo que a década de 80 foi uma década muito rica para o nosso país, época que começamos a discutir essa questão ambiental com GERMEN e GAMBÁ e surgiram outros grupos para que esse tema fosse colocado para a sociedade. E o que assistimos hoje é que esses grupos ambientalistas, não só esses dois, mas outros que surgiram e outros pensadores, outros ativistas da área ambiental, o que assistimos é uma sociedade hegemônica enquanto essa cultura do desmatamento, a cultura do acimentamento, a cultura da exploração da pobreza que tem tudo a ver com esse viés, em detrimento desse pensamento que defende esses grupos ambientalistas...”
ENTREVISTADO 8, 2024	“Então, a gente tem aqui em Salvador e também no estado com uma rede que se chama Convergência pelo Clima. É uma rede que criamos em 2019, quando teve aquele encontro da ONU em Salvador preparatório para COP 27 (...) São quase 80 organizações, tanto de Salvador quanto do interior da Bahia, participando da convergência climática. Aí envolve IAB, a universidade, GERMEN, Imaterra, as cooperativas de reciclagem, o pessoal da Ilha de Maré, o Fórum Permanente Itapuã, Sos Buracão, está todo mundo envolvido aí nesse processo. E cada vez mais a gente se articula para que o trabalho em rede, que é fundamental, para não ser um trabalho isolado de cada um, para tentar discutir a problemática local, quanto em nível municipal, estadual, nacional...”
ENTREVISTADO 10, 2024	“Salvador tem a Baía de Todos os Santos, entender a sua importância, o seu dinamismo e, óbvio, envolver os seus atores. A gente tem aí um polo de crescimento no ponto de vista portuário, de desenvolvimento de atividades econômicas, mas também tem uma grande relação com agricultura, pesca, mariscagem, com as comunidades tradicionais e ribeirinhas que vivem na região da Ilha de Maré, Saubara, Ilha de Itaparica, nessa região o Zé Pescador da Promar vem fazendo um trabalho brilhante de revitalização dos corais da Bahia de Todos os Santos. A gente tem organizações civis aqui, extremamente atuantes, como o Germen, Gambá, que são lendárias do ponto de vista não só de preservação e conservação do Estado, mas em ações na própria cidade(...) A gente tem o Parque do Abaeté, o Parque de Pituaçu, o Zoológico, Parque São Bartolomeu ainda com mata atlântica preservada, com possibilidade de exploração do ponto de vista turístico, educacional, promovendo educação ambiental justamente para envolver a cidade nesse novo olhar. Salvador precisa ser uma cidade que tenha uma visão de futuro focada, óbvio em diminuir desigualdades sociais, em diminuir as diferenças sociais que existem, mas ampliar a oferta de espaços verdes, de resiliência climática com o envolvimento dessas comunidades...”

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em análise as respostas dos macro-atores entrevistados, sobre o entendimento que caracteriza o ecossistema de inovação de Salvador, evidenciamos no EIS estudado uma grande diversidade de atores que buscam resolver problemas diversos, mas percebe-se que eles estão desarticulados, pois fica evidente que muitas organizações não estão mapeadas e as suas ações ficam dispersas pois não são monitoradas e nem integradas. Percebemos que falta uma plataforma de convergência para promover uma sinergia no EIS da cidade. Nessa perspectiva, o artigo: Ecossistemas Digitais de Inovação (SIDE) na era digital, chama a atenção para essa necessidade:

Um SIDE não é apenas uma plataforma, mas sim uma comunidade dinâmica de atores unidos por um objetivo comum de desenvolver inovações sociais que enfrentam os desafios da sociedade através de um processo colaborativo, inclusivo e aberto (WAGNER; HOLWALDT, 2024).

4.2.3 Entendimento sobre os principais desafios do EIS em Salvador

Neste subtopico, segundo as respostas dos entrevistados, com respeito aos principais desafios do EIS em Salvador para promoção da justiça climática, se destacam as seguintes questões: falta de consciência de segmentos tanto da classe política, quanto do setor empresarial; outro aspecto importante é a falta de uma política pública institucionalizada e transversal sobre o tema; também fica evidente, a falta de investimento tanto do setor público, quanto do privado, conforme demonstram as principais respostas dos entrevistados no Quadro 10:

Quadro 10 - Entendimento sobre os principais desafios dos EIS em Salvador

Entrevistado	Entendimento sobre os principais desafios dos EIS em Salvador
ENTREVISTADO 1, 2024	“Um dos grandes desafio é conscientizar as pessoas que podemos resolver os problema e as questões das mudanças climáticas, falta massa crítica da sociedade, moralmente precisa ser constrangedor para o cidadão não reciclar o lixo, a classe política precisa se comprometer com a pauta... Falta efetividade das políticas públicas, os EIS precisam ser reconhecidos para acontecer essa virada climática, trazendo propostas inovadoras, com tecnologias socioambientais que mudem esse cenário e retirem carbono da atmosfera.”
ENTREVISTADO 2, 2024	“Dentro dos desafios, para mim, o maior é a injustiça social que gera a injustiça climática. Sim, uma coisa que está relacionada com a outra, quando você tem justiça social, você passa a se preocupar com a visão que você tem do inteiro ambiente... outra questão é consciência político-ambiental, no sentido de entender o valor estratégico da sustentabilidade, tanto para a geração presente, quanto para o que virão.”
ENTREVISTADO 3, 2024	“...mas o principal desafio é conscientizar nosso setor produtivo dessa responsabilidade com o impacto que causa. Daí da justiça, tanto social quanto ambiental. Eu vou trazer a justiça social para a pauta, porque as empresas estão cada vez mais, com a questão dos programas de ESG, sendo cobrado, se engajando aos pouquinhos, devagar, mas às vezes eu vejo muito no discurso e menos, na prática...”
ENTREVISTADO 4, 2024	“Primeiro, é a tomada de consciência, viu, Juca? Acho que a gente ouve muito falar de mudança do clima, crise climática, ebulição climática, mas na hora do dia a dia, na hora de consumir, na hora de comer, na hora de andar, na hora de voltar, todo mundo esquece. Então, esse é o primeiro ponto. Então, acho que a tomada de consciência por parte das pessoas, dos indivíduos, mas principalmente das organizações, é o primeiro elemento. Então, poucas organizações, de fato, possuem esse olhar, essa estratégia integrada na sua atuação... Por outro lado, o setor privado de Salvador, acho que participa pouco desse processo de fortalecimento dos EIS. Eu acho que são raros os exemplos, de fato, de atores que investem, incentivam e acreditam nesse processo...”

ENTREVISTADO 5, 2024	“Apoio financeiro, acho que poderia ter, por exemplo, editais específicos para essa área, realmente direcionado, que permitisse a participação desses atores, que focassem nos seus objetivos, nesse tipo de solução. Eu acho que falta articulação entre esses atores. É muito interessante como a grande maioria não se conhece, não sabe o que o outro está fazendo. Ou já ouviu falar, mas nunca se aproximou...”
ENTREVISTADO 6, 2024	“Construir lideranças políticas, comunitárias, empresariais, comprometidas com a cidade, sustentável. Eu acho que nós não temos isso ainda. Esse arranjo, o que eu quero dizer é o seguinte, você tem pessoas bem intencionadas, movimentos muito relevantes, mas nós temos que ter capacidade de diálogo. Nós temos que ter um espaço onde as diferenças sejam reduzidas e o espaço do diálogo seja um espaço de convergências. Porque a gente não consegue fazer nesse ecossistema se a gente não tiver um espaço comum de desaguar consensos.”
ENTREVISTADO 7, 2024	“Eu acho que a desinformação é o grande problema. E para a gente conseguir avançar nisso, eu acho que investir na educação como agente de transformação... Eu acho que essa educação ambiental hoje, ela não pode ser aquela educação romantizada, como se colocava, mas tem que ser uma educação já voltada para o mercado de trabalho...”
ENTREVISTADO 8, 2024	“A transparência de informação acho que é muito difícil, muitas vezes, a gente ter acesso aos dados, como licenciamento que não estão disponíveis direito, nem na prefeitura de Salvador, nem no Governo do Estado... A gente está até tentando fazer uma análise das informações sobre a política pública na área do clima e é difícil ter informação...”
ENTREVISTADO 9, 2024	“ Com muitos eventos climáticos já acontecendo, vejo que muitas pessoas ainda são céticas e desinformadas sobre o tema das mudanças climáticas e muitas vezes são induzidas e ludibriadas por gestores comprometidos com atividades econômicas que degradam o meio ambiente e aumentam o aquecimento do planeta, esses gestores, hoje, não estão preocupados com o EIS e a justiça climática...”
ENTREVISTADO 10, 2024	“As pessoas entenderem hoje que meio ambiente é a bola da vez. Na minha época de estudo, a matéria de direito ambiental era optativa e hoje ela é obrigatória. E hoje entender de que se existe uma pauta transversal que conversa com segurança pública, conversa com saúde, com educação, com transporte, com turismo, com agricultura familiar, é meio ambiente...É fazer com que os gestores públicos entendam a importância que se tem hoje para o meio ambiente e comecem a aplicar políticas públicas efetivas voltadas à preservação, conservação e melhoria ambiental”.

Fonte: Elaboração própria (2024).

A partir das respostas apresentadas, notamos que existe um consenso dos entrevistados que o maior desafio é conscientizar as pessoas, os gestores públicos e empresários da importância de mitigar os efeitos da crise climática, falta transparência de informações e incentivos econômicos para educação ambiental, conservação da biodiversidade e combate ao aquecimento global.

4.2.4 Entendimento das Políticas e Ações para Fortalecimento dos EIS de Salvador

Neste subitem, conforme as respostas dos entrevistados, sobre as políticas e ações para o fortalecimento dos EIS de Salvador, eles entendem que a fragilidade está na formação e pouca visibilidade das pessoas e organizações que atuam sobre o tema, falta investimento em tecnologia, inovação social e editais e chamam a

atenção para a urgente implementação e revisão de políticas, planos correlatos ao tema estudado, esses são pontos estratégicos para serem priorizados para o fortalecimento dos EIS, cujos dados são apresentados no Quadro 11:

Quadro 11 - Entendimento das Políticas e Ações para Fortalecimento dos EIS de Salvador

Entrevistado	Entendimento das Políticas e Ações para Fortalecimento dos EIS de Salvador
ENTREVISTADO 1, 2024	“Um diagnóstico climático como primeiro projeto, necessário ver como a cidade vai se afetada com o aumento da temperatura , avaliar regimes de chuvas para redimensionar a drenagem da cidade, pensar políticas públicas integradas entre os governos para implementação de um plano diretor de arborização para a cidade, plano de recuperação das bacias hidrográficas urbanas, incentivo para aquisição de carros elétricos e energia solar em habitação popular, recuperação e ampliação de parques e corredores ecológicos urbanos.”
ENTREVISTADO 2, 2024	“Acho que o melhor investimento que teria que se fazer são nas pessoas. Quem atrai gente, além da beleza natural, mas sobretudo são as pessoas. Você pode ter um lugar com uma beleza natural enorme, mas se esse lugar for uma cidade extremamente degradada ambientalmente e com a população tão vulnerável como nós temos, onde cerca de trezentas mil pessoas vivem com menos de quinhentos reais, em torno de dez a treze por cento da população de Salvador, isso é um dado do Observatório das Metrópoles (...) O bem viver não é desenvolvimento alternativo, é uma alternativa ao desenvolvimento.”
ENTREVISTADO 3, 2024	“Estamos trabalhando agora para montar um edital com nossos pesquisadores, desenvolvendo tecnologia semelhante aquilo que cabe na nossa realidade... tecnologia eficiente, de custo baixo, que a gente possa massificar e levar para nossas diversas associações e cooperativas de catadores. Se você apoia os catadores na coleta seletiva, empodera, você vai estar desafogando um aterro, pois você vai deixar de emitir o metano, que é um gás super poluente, essa cadeia precisa de apoio. Já é uma justiça ambiental e climática, porque são pessoas em vulnerabilidade, em situação, muitas vezes, até de rua, catadores em rua, que estão desenvolvendo renda com isso. Mas vamos lá, a gente está fazendo um software para eles, que é o Uber do catador.”
ENTREVISTADO 4, 2024	“Em ecossistemas de inovação muito consolidados tem na sua origem um forte investimento público.... O poder público precisa dar escala a essas iniciativas... A mobilidade ativa, uma parte importante da cidade, ou caminha, ou anda de bicicleta, porque não tem dinheiro para pegar ônibus ou transporte. Ou se você dota a cidade de uma infraestrutura de ciclovária, por exemplo, com segurança, com sinalização, com qualidade, é possível que você tenha mais pessoas, por um lado, que já usam, que já fazem uso disso, com mais segurança...”
ENTREVISTADO 5, 2024	“PEMARC, que foi um plano de mitigação e adaptação à mudança climática, que deveria já ter virado um projeto de lei. Inclusive, o grupo de pesquisa que eu atualmente coordeno fez a análise, há dois anos atrás, creio, de uma proposta de projeto de lei para regular o plano de mitigação e adaptação da cidade de Salvador, mas que eu saiba até o momento que isso está na gaveta. Então eu acho que esse projeto de lei seria um projeto muito importante. Eu lembro que a gente fez diversas sugestões, inclusive voltadas à justiça ambiental e climática, para serem incorporadas no plano.”

ENTREVISTADO 6, 2024	“Mas assim, se a gente for para o subúrbio, ferroviário, se a gente for para os bairros populares, a dificuldade de acesso ao ambiente é significativa, a falta de praças, de locais de sociabilidade, você passa em bairros populares, como Sussuarana Velha, as pessoas saem, ficam lá de fora das suas casas, qual o espaço de convivência coletivo que existe? Eu acho que do ponto de vista socioambiental, um tema relevante a se pensar em uma lógica de política ambiental da atual gestão municipal. É uma lógica de não tratar de questões centrais que invocam as políticas ambientais por meio da criação de unidades de conservação, políticas participativas, desenvolvimento do cidadão, das organizações sociais, das ONGs, na perspectiva de pensar a cidade”.
ENTREVISTADO 8, 2024	“A gente tem um projeto que a gente chama de Resiliência Climática, buscando boas práticas para adaptação na questão climática. E estamos trabalhando em quatro territórios baianos... Estamos também envolvidos nas problemáticas do Abaeté, das praias, dos parques, a gente é membro do conselho do Parque de Pituaçu, na cidade estamos sempre discutindo vários projetos de Salvador, mas deveria ter um plano municipal de Mata Atlântica, a gente falou do PEMARC, que está engavetado, o que foi elaborado é até interessante para fazer ações de conservação e recuperação da mata atlântica que é de fundamental importância para o município, mas tudo é muito complicado, pois as políticas são mais predatórias do que de conservação objetivamente.” (ENTREVISTADO 8, 2024).
ENTREVISTADO 9, 2024	“A Implementação da política de pagamento por serviços ambientais, programas de recuperação de áreas degradadas e hortas urbanas, política de assistência técnica para habitação social, tudo isso promove o ecossistema de inovação para melhores condições para a população se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas...”
ENTREVISTADO 10, 2024	“Para a cidade de Salvador, é preciso se pensar não só no PDDU, por ser área urbana, mas se pensar no PDDU verde. Não o verde do ponto de vista de cobrança, mas um verde do ponto de vista de desenvolvimento, de importância ambiental que a cidade tem, pela localização que ela tem. A gente tem hoje um enorme litoral, nós temos a Bahia, o maior litoral do país, e Salvador tem uma importante visibilidade nesse sentido. Então a importância de que tem que se dar. Um tratamento especial para o Baía de Todos os Santos, um tratamento especial para a linha de praia do estado de cidade de Salvador, uma importância para as áreas de parque, áreas urbanas e áreas de convivência, envolvimento do terceiro setor e das comunidades, trazendo a comunidade por centro dessa responsabilidade, colocando nos espaços de convivência, áreas verdes, provendo educação ambiental, tudo isso é de importância, porque a gente só vai conseguir ter agentes multiplicadores ambientais se isso for construído desde o berço. E como a responsabilidade de educação primária é de responsabilidade da prefeitura, ela precisa inserir isso desde o berçário.”
ENTREVISTADO 11, 2024	“... Enquanto sociedades estão preocupadas com a redução do aquecimento do planeta até 2030, por outro lado, nós precisamos produzir algo para eliminar as desigualdades sociais, para reduzir as injustiças climáticas e colocar em 2030 cidades, por exemplo, como Salvador, olhando para o campo de conhecimento como cidades que estão em processo de resiliência climática (...) A revisão do PDDU de Salvador é fundamental para melhor adaptação aos eventos climáticos extremos da cidade”.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Face ao exposto, analisando as respostas dos entrevistados sobre políticas e ações para o fortalecimento dos EIS de Salvador, evidencia-se que precisamos ouvir as demandas para fortalecer a sociedade que está sofrendo com os processos de vulnerabilização socioambiental, senão podemos correr o risco de não solucionar os problemas daqueles que estão vivenciando as injustiças, conforme discorrem Wagner

e Holwaldt (2024):

Os desafios mais prementes da nossa sociedade no século XXI não podem ser resolvidos pela abordagem tradicional de cima para baixo que usamos nas últimas décadas. Agora, vemos que a maioria das abordagens que usamos no passado não funcionou. Em alguns casos, contribuíram para criar novas questões que agora devem lidar. Problemas como as alterações climáticas, a pobreza, a poluição, a fome, a violência forçada migração e as mudanças no mercado de trabalho têm causas e efeitos complexos que os governos e a sociedade não podem resolver com soluções simples. Na verdade, resolver estes problemas espinhosos exige forte colaboração entre vários parceiros, mesmo aqueles com diferentes perspectivas de como agir (WAGNER; HOLWALDT, 2024).

4.3 PRINCIPAIS PERCEPÇÕES SOBRE O CAMPO

Após realizar a análise de conteúdos dos documentos aplicados nesta pesquisa de campo, por meio das entrevistas semiestruturadas para 12 macro-atores, com respostas a perguntas abertas, bem como a aplicação do questionário para 53 Organizações, conseguimos realizar uma escuta ampla e qualificada, visando compreender como o fortalecimento dos EIS contribui para a mitigação e adaptação dos efeitos extremos das mudanças climáticas, caracterizando e identificando atores da cidade do Salvador/BA, a partir dos problemas socioambientais que eles buscam resolver com respeito à justiça ambiental e climática, como demonstra o Quadro 12, a seguir:

Quadro 12 - Instituições e empreendimentos pesquisados divididas por categorias, considerando os problemas públicos que os mesmos buscam resolver

Categoria	Instituições e Empreendimentos
Educação , cultura e meio ambiente	<ul style="list-style-type: none">• Instituto Cultural Steve Biko• Instituto Aliança• Acedec - Associação Comunitária Educacional e Cultural• Nordesteusou• O que fazer no nordeste de amaralina• Aganju• Projeto Criar Arte• Associação de Surf de Amaralina• Coletivo Vai e Faz• Naum Banda
Trabalho e renda	<ul style="list-style-type: none">• WHEEL - Movimentando Pessoas• RH de Favela• Bahia Turismo e Arte• Sociedade Mulheres na Feira Ltda• Colônia de Pesca Z01 Rio Vermelho• Studio Arandela• Instituto Luciana Galeão

Conservação e preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Carbono14 • SOS Buracão • Coletivo Stella Maris • Germen • Coletivo SOS Vale Encantado • Fórum Permanente de Itapuã • Gambá • Lideranças Climáticas - Núcleo BA • Fórum Clima Salvador • DAL socioambiental • CAJAVERDE • SMAD
Gestão de resíduos e reciclagem	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperativa de Catadores Agentes Ecológicos de Canabrava • Cooperativa Canore • Instituto Amaralimpa • Paciência Viva • Movimento Onda de Plástico • Coletivo Lixo Zero Salvador • CAMAPET • ECOLOY • Cooperguary • COOPMARC • SO+MA Vantagens
Direitos humanos, justiça e cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Juspopuli Escritório de Direitos Humanos • Coletivo de Entidades Negras - CEN • Observatório da Mobilidade de Salvador • Coletivo Negritude Sussuarana • INARV - Instituto Nacional Resgatando Vidas • Coletivo de Mulheres Amam • Organização Filhos do Mundo • Cufa Bahia • Federação das Associações de Bairros de Salvador- FABS • Bahia Cidadã • Associação de Moradores e Amigos do Rio Vermelho • AMA Jaguaribe • Conselho Beneficente dos Moradores da Rua Miguel Lemos, Eulálio de Oliveira

Fonte: Elaboração própria (2024).

Conforme informações do Quadro 12, constatamos que do universo pesquisado, temos os seguintes dados: 13 instituições que atuam com um foco na temática dos direitos humanos, justiça e cidadania; 12 delas com atuação mais focada na conservação e preservação ambiental; outras 11 com atuação direta na gestão de resíduos e reciclagem; 10 organizações atuando na temática da Educação, Cultura e Meio Ambiente e 7 com atuação direta na geração de trabalho e renda.

Apesar dessa divisão temática, levando em consideração também uma aproximação com os ODS, as instituições pesquisadas na sua grande maioria, tem uma atuação que se articula também com os outros temas citados de uma forma mais indireta, mas é importante ressaltar que todas que foram pesquisadas estão, de

alguma forma, promovendo justiça climática, mesmo muitas vezes sem entender que estão atuando em prol dessa causa.

Quanto à caracterização desse ecossistema de inovação de Salvador, constatamos que ele ainda é incipiente, pois muitos atores não se reconhecem enquanto partícipes e não compreendem bem o conceito dos EIS, apesar de atuarem numa lógica de gerar impacto socioambiental nas suas atividades, tentando resolver os problemas socioambientais das suas comunidades.

Apesar do EIS de Salvador ainda estar em fase inicial, percebemos um grande potencial de crescimento, com ampla diversidade de atores que empoderados possivelmente conseguirão promover uma transformação socioambiental na cidade. Porém, a rede está desarticulada, pois não existe uma entidade que mapeie, coordene, articule, integre, potencialize e publicize as ações e iniciativas dos atores, como temos o exemplo do OBISF que é uma referência na temática dos EIS no Brasil. Ele é uma plataforma digital e colaborativa que mapeia as redes que se mobilizam em torno dos problemas públicos da cidade, incluindo atores de suporte, iniciativas de inovação social e suas interações (OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS, 2023).

Outra resposta importante desta pesquisa foi a identificação de atores sociais, governamentais e de negócios de impacto do EIS de Salvador, conforme demonstra a seção 4.1. Nela, identificamos parte desses atores, e começamos a entender os problemas socioambientais que eles buscam resolver sobre o tema da justiça climática, que apesar ser um conceito novo, o tema tem uma boa compreensão dos respondentes, que demonstram uma preocupação sobre os efeitos devastadores dessa crise climática, principalmente nas comunidades periféricas e vulneráveis da cidade, conforme dados já apresentados na análise dos questionários e no Quadro 7 respondido pelos entrevistados: o entendimento sobre Justiça Climática.

No Gráfico 6 - Causas socioambientais sobre as quais as instituições atuam, apresentado anteriormente, citamos algumas ações dos atores dos EIS na cidade de Salvador que estão contribuindo para a promoção de resiliência e justiça climática, mas esses dados não são mapeados e analisados pela falta de um observatório de inovação local, que faça a gestão desses resultados e levante os indicadores de impacto dessas organizações.

Outra análise importante para o fortalecimento dos EIS foi que eles podem contribuir para a mitigação e adaptação dos efeitos extremos das mudanças climáticas, promovendo a resiliência e justiça climática na cidade de Salvador, são as respostas aos principais desafios e ações sugeridas na análise dos dados, bem como as respostas dos macros-atores entrevistados nos Quadros 8 e 9 , que indicam,

respectivamente, os principais desafios e as políticas e ações para o fortalecimento dos EIS de Salvador.

Através dessas proposições dos EIS pesquisado, representado pelos segmentos da sociedade abordados nesta pesquisa (Governo, Empresas, Sociedade Civil e Academia) que atuam na resolução dos problemas socioambientais para promoção da justiça climática em Salvador, elaboramos a Tecnologia de Gestão Social (TGS) que é o documento: **“Salvador no Clima: Diretrizes para promoção da justiça climática e ambiental para atores do Ecossistema de Inovação Socioambiental da cidade de Salvador”**, a fim de fortalecer e empoderar os atores envolvidos, numa perspectiva de orientar e apontar rumos para eles alcançarem insumos, instruções ou indicações para vislumbrarem uma política, plano, programa, projeto ou ação que esteja conectada com o tema desta pesquisa e que possa ser desenvolvida de maneira coletiva por tais atores, pela lente, dos problemas da arena públicas das cidades, conforme citam os autores: “EIS refere-se a um conjunto de redes composto pela associação de múltiplos atores, instituições e artefatos, de diferentes setores, que se formam em torno dos problemas socioambientais [...]”. (ADION; ALPERSTEDT; GRAEFF, 2020).

Nesta pesquisa, os entrevistados e respondentes relatam experiências extremamente relevantes para deliberar e subsidiar diretrizes para a temática, indicando prioridades para formulação e implementação de políticas públicas tanto pelos governos quanto pela sociedade, conforme apresenta a TGS, na próxima seção.

5 A TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A Tecnologia de Gestão Social de Desenvolvimento Territorial (TGS.DT) deve ocorrer com base na análise de problemas públicos e coletivos nos territórios, desenvolvendo métodos e aplicando instrumentos e técnicas que resultem em geração de soluções e de impactos sociais, ambientais, econômicos, culturais, políticos, organizacionais e institucionais, pois é resultante de um processo de pesquisa aplicada e implicada, voltada para um objeto específico da gestão social do desenvolvimento referente a um processo de mudança social nos territórios, governos e organizações.

Para os resultados deste trabalho, a TGS.DT requer uma aproximação com o conceito de Gestão Social e Inovação Social com o qual escolhemos dialogar, entendendo que toda e qualquer tecnologia que apóia ou fundamenta processos de tomada de decisão coletiva e sem coerção, prima por uma linguagem de fácil compreensão por parte de todas as atores sociais envolvidos, estimulando os diálogos permanentes e participativos, promovendo impactos voltados para o interesse público e coletivo, bem como estimulando aprendizagens dos atores para aplicar a gestão social na busca de soluções para o enfrentamento de problemas relacionados ao desenvolvimento territorial, conforme instruções e regulamento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS, 2023).

Nesse sentido, a ideia que trazemos como TGS-DT para essa pesquisa é uma cartilha denominada **“Salvador no Clima: Diretrizes para promoção da justiça climática e ambiental para atores do Ecossistema de Inovação Socioambiental da cidade de Salvador”**, a fim de fortalecer e empoderar os atores dos EISda cidade de Salvador, em uma perspectiva de orientar e apontar rumos para que eles possam alcançar insumos, instruções ou indicações para vislumbrarem um plano, programa, projeto ou ação que esteja conectada com o tema desta pesquisa e que possa ser desenvolvida de maneira coletiva por eles.

Esta cartilha foi elaborada considerando o aporte teórico levantado para a construção da dissertação, bem como pelos dados empíricos coletados nas duas etapas (questionários eletrônicos e entrevistas semiestruturadas). A partir das escutas realizadas, um dos objetivos dessa dissertação dialogava especialmente

com a identificação de ações possíveis dentro dos EIS de Salvador para fortalece-loe contribuir para a promoção da Justiça Climática na cidade e na região.

Dessa forma, considerando as informações colhidas e após análise baseada no referencial teórico consultado, foi possível identificar cinco categorias principais de temas gerais abordados dentro dos EIS de Salvador: a) educação/cultura/meio ambiente; b) gestão/políticas públicas; c) captação de recursos; d) conservação e preservação ambiental; e) direitos humanos/justiça/cidadania. Para cada categoria foram identificadas demandas, desafios e possibilidades.

A par disso, a TGS.DT aqui produzida conseguiu reunir essas cinco categorias e apresentar, além de suas características gerais, propostas e diretrizes de ações que podem ser realizadas pelos EIS de Salvador para fortalecimento deles, bem como para a promoção da justiça climática. Assim, a cartilha encontra-se disponível no **Apêndice C** desta dissertação e será, posteriormente, compartilhada com os participantes da pesquisa e com a sociedade em geral, por meio de atores que compõe os EIS de Salvador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as manifestações do aquecimento global e eventos extremos cada vez mais intensos e frequentes, é possível perceber que o tempo é curto para deter o avanço da crise climática e garantir uma transição justa para um modelo de desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa e resiliente às mudanças do clima. Nesse processo é necessário promover a justiça climática às pessoas que mais precisam e que, muitas vezes, são as mais prejudicadas. Isso se aplica, neste estudo, à cidade de Salvador, foco da pesquisa e com potencial para melhorias em seus EIS, de acordo com os princípios que norteiam a transição social, ecológica e econômica.

Fazendo uma reflexão da conjuntura apresentada nesta pesquisa, é possível perceber que pessoas, grandes empresas e países mais ricos estão colapsando o mundo com suas enormes emissões de gases de efeito estufa. Ao mesmo tempo, as pessoas que vivem na pobreza, que sofrem marginalização e os países do Sul Global são os mais afetados. Pessoas em vulnerabilidade social, povos e comunidades tradicionais, aqueles que vivem nas periferias e outros grupos vítimas de discriminação estão particularmente em desvantagem, como já constatamos neste estudo.

As consequências do colapso climático são sentidas em todas as partes do mundo, inclusive na cidade de Salvador, em que uma grande parcela da sociedade soteropolitana tem um perfil de renda baixa, de grandes desigualdades sociais. O mundo precisa de uma transformação igualitária. Só uma redução drástica da desigualdade, uma ação climática inovadora e uma transformação nos objetivos econômicos como sociedade podem salvar o planeta e, ao mesmo tempo, garantir uma sociedade mais justa e igualitária (OXFAM, 2023).

Nesse sentido, reduzir radicalmente as desigualdades é uma pré-condição para acabar com o colapso climático e a pobreza. A nossa economia deve ser redesenhada e reinventada, com um foco principal nos objetivos que conectem uma prosperidade humana e planetária.

Como uma estratégia de promover justiça social, ambiental e climática os EIS se apresentam como uma agenda alternativa, que, por meio de seus atores e impulsionadores, irão compartilhar conhecimentos, recursos e experiências. À medida que esses ecossistemas se tornam mais robustos, mais oportunidades surgem para enfrentar desafios socioambientais de maneira inovadora e eficaz, fortalecendo o desenvolvimento de ações, projetos para a resolução de problemas nas arenas públicas.

Com relação aos objetivos desta dissertação, todos foram atendidos. O objetivo específico a) caracterizar o Ecossistema de Inovação Social na cidade de Salvador/ BA permitiu entender o cenário local e a dinâmica incipiente e em fase de organização dos EIS.

O segundo objetivo específico, b) identificar atores dos EIS da cidade do Salvador-Bahia, a partir dos problemas socioambientais que eles buscam resolver com respeito à justiça climática e ambiental, permitiu identificar um grupo de 53 instituições e iniciativas, além de ser possível, com base na metodologia proposta e nas análises realizadas, conhecer cinco eixos temáticos principais de atuação desses atores: (a) Educação/cultura/meio ambiente; b) Gestão e políticas públicas; c) Captação de recursos; d) Conservação e preservação ambiental; e) Direitos humanos, justiça e cidadania, conforme descrito ao longo do Capítulo 4 deste trabalho.

Já o terceiro objetivo específico, c) descrever ações dos atores do ecossistema de inovação social na cidade de Salvador/BA que contribuem para a promoção de resiliência e justiça climática, foi atingido na medida em que foi possível identificar ações realizadas, seja em parceria com outros atores ou de forma individual, que contribuem de alguma forma para a promoção da justiça climática, tanto em ações de conscientização sobre clima e meio ambiente, educação e formação para a sustentabilidade e direitos humanos, bem como aquelas focadas na coleta de resíduos, limpeza de praias e espaços públicos, dentre outras atividades.

Durante a pesquisa, foi possível perceber que os EIS de Salvador são incipientes, pois muitos atores ainda não se reconhecem enquanto partícipes e não compreendem bem o conceito dos EIS, apesar de atuarem numa lógica de gerar impacto socioambiental positivo nas suas atividades, tentando resolver os problemas socioambientais das suas comunidades.

Considerando os aspectos observados em relação com a pergunta que orientou este trabalho de pesquisa – “De que forma os EIS podem contribuir para a promoção da justiça social e climática na cidade de Salvador?” –, fica evidente que eles se viabilizam como uma estratégia importante para redução das desigualdades e fortalecimento da promoção da justiça climática local. As inovações sociais desempenham um papel crucial na resolução de problemas complexos e na promoção do bem-estar social.

Um Ecossistema de Inovação Social, composto por uma variedade de atores, é fundamental para a criação e implementação de soluções efetivas e sustentáveis. Através da troca de conhecimentos e recursos, as partes interessadas podem trabalhar juntas para gerar um impacto social positivo, refletindo a importância de ecossistemas colaborativos na promoção da justiça climática

Retomando o objetivo geral deste estudo, destacamos que, apesar dos EIS de Salvador ainda estarem em fase inicial, percebemos um grande potencial de crescimento, com ampla diversidade de atores que, empoderados, possivelmente conseguirão promover uma transformação socioambiental mais efetiva na cidade.

Porém, percebemos que a rede ainda está desarticulada, pois não existe uma entidade que mapeie, coordene, articule, integre, potencialize e publicize as ações e iniciativas dos atores, como temos o exemplo do OBISF que é uma referência na temática dos EIS no Brasil.

Assim sendo, neste estudo, através da TGS.DT desenvolvida a partir de escutas e análises dos dados empíricos, indicamos proposições e diretrizes para promoção da justiça climática e ambiental para atores EIS da cidade de Salvador, a fim de fortalecer e empoderar esses atores, numa perspectiva de orientar e apontar rumos para a construção de uma política pública.

Dentre essas proposições e diretrizes destacamos, como uma alternativa prioritária, a criação do Observatório de Inovação Social de Salvador, como acontece em Florianópolis. Essa entidade teria como objetivo que mapear, articular, integrar, potencializar, publicizar e monitorar as ações e iniciativas dos atores, essa plataforma sendo adaptada para a realidade local, pode contribuir para o fortalecimento do cenário local.

O Observatório poderá ser capitaneado por uma universidade, articulando pesquisa, ensino e extensão, por meio de uma plataforma digital, colaborativa que mapeia as redes que se mobilizam em torno dos problemas públicos da cidade, incluindo atores de suporte, iniciativas de inovação social e suas interações, que dialogam com os setores públicos, privados e da sociedade civil.

Como limitações principais deste estudo, a abordagem utilizada e o número de instituições participantes não permitem generalização dos resultados. No entanto, permitem inferir características gerais e pensar em estratégias para fomentar e fortalecer os EIS de Salvador a partir das experiências mapeadas e identificadas. De outra parte, como outro fator limitador, o tempo demandado para realização da pesquisa, considerando que foi curto o período das atividades do mestrado profissional e também em função de demandas pessoais e profissionais, pode ter impacto também nos resultados.

Diante do exposto, e considerando a complexidade e a dinâmica inerente a criação de um Observatório de Inovação Social em Salvador, sugere-se a continuidade dessa linha de pesquisa. Futuros estudos podem se aprofundar na adaptação dessa plataforma ou a criação de outra ferramenta que se conecte com o diferente contexto social, cultural e econômico da cidade, para explorar estratégias específicas para lidar com os desafios futuros.

Além disso, a investigação sobre o impacto da viabilidade dessa proposta pode ser objeto de estudo e uma tese doutorado ou em outras pesquisas, visando continuar o mapeamento e a promoção de interação e a aprendizagem coletiva nos EIS de Salvador, bem como se aprofundar nos problemas que os atores buscam resolver, considerando as complexidades das arenas públicas.

Outra iniciativa promissora que pode ser pesquisada é a identificação de formas de integração de políticas, projetos e ações relacionadas ao desenvolvimento territorial sustentável e mudanças climáticas já implementadas pelo poder público, organizações da sociedade civil e as empresas na cidade de Salvador. Após esse exercício, comparar os resultados de estudos com outras cidades da Bahia, do Brasil e do exterior sobre inovações socioambientais e sua interface com as políticas públicas que se relacionam com os EIS.

Portanto, uma transformação igualitária, sustentada por políticas econômicas, sociais e ambientais que combatam tanto a desigualdade como a crise climática, pode estar ao nosso alcance. No entanto, será necessária visão, vontade política e, acima de tudo, um compromisso de colocar as necessidades de muitos à frente da ganância de poucos.

REFERÊNCIAS

ANDION, C. et. al. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 51, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/sM48Ppm4gsfY3DkswsMJp6N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio. 2023.

ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D.; GRAEFF, J. F. Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**, n. 54, v. 1, Jan./fev., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/W8HPVFsSQwhNGzRVF6WddxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

ANDION, C.; ALPERSTEDT, G.; GRAEFF, J. Ecossistemas de inovação social e sua incidência nas arenas públicas da cidade: um estudo na cidade de Florianópolis, Brasil. In: LATIN AMERICA AND EUROPEAN MEETING ON ORGANIZATIONS STUDIES, 7., 2017, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires, 2017.

BAHIA. **Lei nº 14.762 de 13 de agosto de 2024**. Institui o Programa Agente Jovem Ambiental – AJA. Salvador: Governo da Bahia, [2024].

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da Administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021. ISSN 1982-1115.

BRASIL. **Guia geral de análise socioeconômica de custo-benefício de projetos de investimento em infraestrutura**. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade. Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/comite-interministerial-de-governanca/arquivos/guia-geral-de-analise-socioeconomica-de-custo-beneficio.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos Ebape.br**, v. 9, p. 681-703, 2011.

CHOMSKY, N.; POLLIN, R.; POLYCHRONIOU, C. J. **Crise Climática e o Green New Deal Global**. Editora Roça Nova 2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DOWBOR, L. Inovação social e sustentabilidade. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 1, n. 1, p. 109-125, 2009

DOWBOR, L. Tendências da gestão social. **Saúde e Sociedade**, v. 8, p. 3-16, 1999.

DOWBAR, L. **A Era do Capital Improdutivo**. Editora Autonomia Literária. São Paulo 2017.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Organizações e interorganizações na gestão do desenvolvimento socio-territorial. **Revista Organizações e Sociedade**, v. 11, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. de; EYNAUD, P. **Solidariedade e Organizações:** pensar em outra gestão. Salvador: Edufba, 2020.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Governo do Estado lança programa Agente Jovem Ambiental para capacitação em sustentabilidade**. 2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/noticias/346123/governo-do-estado-lanca-programa-agente-jovem-ambiental-para-capacitacao-em-sustentabilidade>. Acesso em: 10 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População em áreas de risco no Brasil. Relatório Técnico. Rio de Janeiro: [s.n.], 2018. Disponível em: <http://portalods.com.br/wp-content/uploads/2018/07/liv101589.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@ | Bahia | Salvador | Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 10 maio 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Vulnerabilidade Social. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br> Acesso em: 10 maio. 2023.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2023. Summary for Policymakers. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. A Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. Geneva: IPCC, 2023.

KRENAK, A. **A Vida não é útil**. Campinas: Companhia das Letras, 2020.

KOSLOSKY, M. A. N.; SPERONI, R. de M.; GAUTHIER, O. Ecossistemas de inovação: uma revisão sistemática da literatura. **Revista ESPACIOS**, v. 36, n. 3, , 2015.

LOUBACK, A. C.; LIMA, L. M. R. T. Quem precisa de justiça climática no Brasil? 2022. Disponível em: https://generoeclima.oc.eco.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2022/08/ESTUDO_Quem-precisa-de-justicca-climatica.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

MARGULIS, S. **Mudanças do Clima**: tudo que você queria e não queria saber. Rio de Janeiro: Konrad, 2020.

MILANEZ, B.; FONSECA, I. F. Justiça climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no Brasil. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 82–100, 2011. DOI: 10.5216/teri.v1i2.17842. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/17842>. Acesso em: 5 abr. 2024.

MATOS, G. A relação entre a inovação social e os ecossistemas de inovação: uma revisão bibliométrica internacional. **Risus - Journal on Innovation and Sustainability**, v. 14, n. 3, 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Biodiversidade. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade#:~:text=O%20Brasil%20ocupa%20quase%20metade,e%20tr%C3%AAs%20grandes%20ecossistemas%20marinhos>. Acesso em: 20 set. 2023.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Quem precisa de justiça climática no Brasil?** Disponível em https://www.oeco.br/wpcontent/uploads/2022/08/Quem_precisa_de_justica_climatica-DIGITAL.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

OBSERVATÓRIO DE FLORIANÓPOLIS. Sobre. Disponível em: <https://observafloripa.com.br/ubuntu#toppage>. Acesso em: 20 set. 2023.

PESSOTI, G. C. et. al. A economia de Salvador entre 2021 e 2030: tendências estruturais, análise conjuntural e resiliência setorial pós-pandemia. **Revista Nexos Econômicos**, v. 14, n. 1, p. 69-109. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/38503>. Acesso em: 20 set. 2023.

PIPE Social no Brasil. Mapa de Impacto 2023. Disponível em <https://blog.pipe.social> Acesso em: 20 set. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Plano de Mitigação e adaptação às mudanças do clima em Salvador. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2020. Disponível em: https://sustentabilidade.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Versao_Completa_PMAMC.pdf. Acesso em: 20 maio. 2023.

PNUD BRASIL. **O que são os ODS?** (2024). Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 10 out. 2024.

Oxfam GB para Oxfam International em novembro 2023. DOI: 10.21201/2023.000001. Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK.

RAMMÊ, R. S. Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos [recurso eletrônico] : conjecturas políticos-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

ROBINSON, M. **Justiça Climática**: esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável. São Paulo: Civilização Brasileira, 2021.

SEIXAS, C. S.; PRADO, D. S.; JOLY, C. A.; MAY, P. H.; NEVES, E. M. S. C.; TEIXEIRA, L. R. Governança ambiental no Brasil: rumo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 25, n. 81, 2020. DOI: 10.12660/cgpc.v25n81.81404. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/81404>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SOMA VANTAGENS. Sobre. Disponível em? <https://somasoma.com.br/#/inicio>. Acesso em: 10 maio. 2024.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. A. Governança ambiental: da destruição das florestas até os objetivos de descarbonização. **Revista USP**, São Paulo, n. 134, p. 143–162, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i134p143-162. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/202384>. Acesso em: 5 abr. 2024.

WEGNER, D.; HOWALDT, J. **Developing Social Innovation Digital Ecosystems (SIDE)**: recommendations for practitioners and policymakers. New York: College for Social Sciences and Humanities, 2024.

Qual o tipo do sua Instituição/ empreendimento social? *

- ☐ Associação
- ☐ Cooperativa
- ☐ Empresa registrada
- ☐ Startup
- ☐ Instituição de Ensino
- ☐ Organização Informal
- ☐ Outro:

A origem da sua Instituição/ empreendimento é de uma comunidade em situação de vulnerabilidade social. *

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

Quanto tempo seu empreendimento possui de atuação ?

- ☐ 0-3 anos
- ☐ 4-6 anos
- ☐ 7-10 anos
- ☐ 10 ou mais
- ☐ Outros...

Escala de atuação *

- ☐ internacional
- ☐ nacional
- ☐ estadual
- ☐ intermunicipal
- ☐ municipal

Nome do responsável:

Texto de resposta curta

E-mail de contato *

Se você assinalou sim na questão anterior, indique qual comunidade:

Texto de resposta curta

Quais são as formas de financiamento que o seu empreendimento utiliza? *

- ☐ Público
- ☐ Privado
- ☐ Público e Privado
- ☐ Outros...

Indique quais as causas socioambientais sobre as quais a sua Instituição/ empreendimento atua.

Escolha até 3 causas.

(Causas socioambientais - temas principais de atuação do seu empreendimento que se relacionam com o problema socioambiental e público-alvo atingidos)

- ☐ 1. Agricultura urbana
- ☐ 2. Assistência social
- ☐ 3. Inovação Social
- ☐ 4. Conservação e preservação ambiental
- ☐ 5. Consumo Consciente
- ☐ 6. Cultura , arte e meio ambiente
- ☐ 8. Desenvolvimento urbano/cidades sustentáveis
- ☐ 9. Educação Ambiental
- ☐ 10. Gestão de águas e saneamento
- ☐ 11. Gestão de resíduos e reciclagem
- ☐ 12. Racismo Ambiental
- ☐ 13. Saúde e meio ambiente
- ☐ 14. Segurança alimentar e nutricional
- ☐ 15. Trabalho e renda
- ☐ 16. Justiça Climática
- ☐ Outros...

Com base nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), identifique a seguir até três (3) objetivos para os quais a sua instituição já contribui ou pode contribuir.



☒ Múltipla escolha

- | | |
|--|---|
| <input type="radio"/> Não se aplica. | X |
| <input type="radio"/> Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares | X |
| <input type="radio"/> Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a ... | X |
| <input type="radio"/> Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades | X |
| <input type="radio"/> Assegurar a educação ambiental inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportu... | X |
| <input type="radio"/> Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas | X |
| <input type="radio"/> Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos | X |
| <input type="radio"/> Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para to... | X |
| <input type="radio"/> Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e... | X |
| <input type="radio"/> Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e ... | X |
| <input type="radio"/> Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles | X |
| <input type="radio"/> Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustent... | X |
| <input type="radio"/> Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis | X |
| <input type="radio"/> Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos | X |
| <input type="radio"/> Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o ... | X |
| <input type="radio"/> Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de fo... | X |
| <input type="radio"/> Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporci... | X |

Qual (ais) o (s) Principal (ais) Problema (s) Socioambientais que sensibilizam / mobilizam o seu empreendimento? *

Texto de resposta longa

Qual (ais) a(s) ação (es) de mitigação aos efeitos das mudanças climáticas que a sua Instituição/ empreendimento promove? *

Texto de resposta longa

O que você entende por justiça climática? *

Texto de resposta longa

Sua Instituição / empreendimento desenvolve ações de inovação social que contribuem para a promoção de resiliência e justiça climática na cidade de Salvador?

Conceito: *Justiça climática faz o vínculo entre os direitos humanos e o desenvolvimento, visando alcançar uma abordagem centrada no ser humano, de forma a salvaguardar os direitos das pessoas mais vulneráveis e compartilhar os encargos e os benefícios das mudanças climáticas e seus impactos de forma justa e equitativa. (Mary Robinson, 2021).*

Texto de resposta longa

Você percebe dificuldades ou barreiras para desenvolver ações que busquem responder a problemas climáticos e promover justiça climática na cidade de Salvador?

Texto de resposta longa

Indique os atores que dão suporte/apoio (Órgãos públicos, Organizações da Sociedade Civil, ONGs, Universidades, Incubadoras, aceleradoras, financiadores, etc) para o seu empreendimento.

Texto de resposta longa

Questão final: O que você percebe como necessário para ampliar as ações que ajudem a responder os problemas socioambientais e climáticos na cidade de Salvador?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro de perguntas para entrevista com macro-atores do Ecossistema de Inovação Social de Salvador:

1- Nome:

2- Instituição:

3- Função/Cargo:

4- O que você entende por Justiça climática e ambiental?

5- Você conhece atores e ações do Ecossistema de Inovação Social na cidade de Salvador–BA? Pode citar alguns/as?

6- A instituição que você representa é considerada como partícipe do Ecossistema de Inovação de Salvador?

7- A instituição que você representa tem ações que fortalecem os ecossistemas de inovação social de Salvador para promover justiça climática e ambiental na cidade? Qual(ais)?

8- Você consegue identificar atores dos EIS da cidade do Salvador-Bahia, que a partir dos problemas socioambientais que os mesmos buscam resolver, promovem a justiça climática e ambiental? Se sim, pode citar alguns.

9- Quais políticas, planos, projetos e ações você considera importante para o fortalecimento de ecossistemas de inovação social para promoção da justiça climática em Salvador? Você tem sugestões?

10- Em sua opinião, quais as maiores dificuldades encontradas pelos atores dos EIS, para promoverem justiça climática em Salvador?

APÊNDICE C – A TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Tipo: Cartilha

Título: **Salvador no Clima: Diretrizes para promoção da justiça climática e ambiental para atores do Ecossistema de Inovação Socioambiental da cidade de Salvador.**

Autoria: João Paulo Pereira Ribeiro

Público envolvido: atores do ecossistema de inovação socioambiental de Salvador.

Local de abrangência da TGS.DT: Salvador, Bahia.



Salvador no Clima

**Diretrizes para promoção da justiça
climática e ambiental para atores
do Ecossistema de Inovação
Socioambiental da cidade de Salvador**

2024





Sumário

Apresentação	5
Sobre o Autor	7
Introdução	9
O que se entende por Justiça Climática	11
O que são Ecossistemas de Inovação Social (EIS)?	13
Ecossistemas de Inovação Social de Salvador	15
Agora vamos ouvir a sociedade!	21
Pensar o Futuro	33
Referências	34

Apresentação



As mudanças climáticas representam uma ameaça existencial à humanidade e à vida no planeta terra. Os riscos oriundos dessas mudanças são exacerbados se não reduzirmos rapidamente as emissões de gases de efeito estufa (GEE), conforme a previsão do último relatório Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) publicado em 2023.

Para promover o avanço transversal da agenda de meio ambiente, é imprescindível incluir os direitos ambientais na agenda dos direitos humanos e dos direitos civis, por meio da elaboração de políticas para migrações climáticas, combate às desigualdades sociais, raciais e de gênero, fortalecimento de ecossistemas de inovação social e a ascensão do conceito de justiça climática.

Meio ambiente e clima não podem ser dissociados dos debates sobre desenvolvimento, combate à pobreza, inovação social, saúde, energia, renda, segurança alimentar, planejamento urbano e de direitos humanos, dentre outros que impactam diretamente no bem-estar das populações. Somente assim será possível construir uma realidade em que todos os temas sejam vistos de forma interconectada e priorizados na elaboração de políticas públicas (LOUBACK; LIMA, 2022).

Nesse sentido os Ecossistemas de Inovação Socioambiental (EIS) vêm ganhando um destaque importante em várias regiões do mundo e diversas áreas do conhecimento, inclusive podendo ser uma rede de colaboração importante para que as cidades promovam transformações no seu modelo de desenvolvimento e na construção de soluções que possam fazer face à complexidade dos problemas públicos contemporâneos, como os efeitos da crise climática (ADION, DIAS, FURLANETTO, 2020).

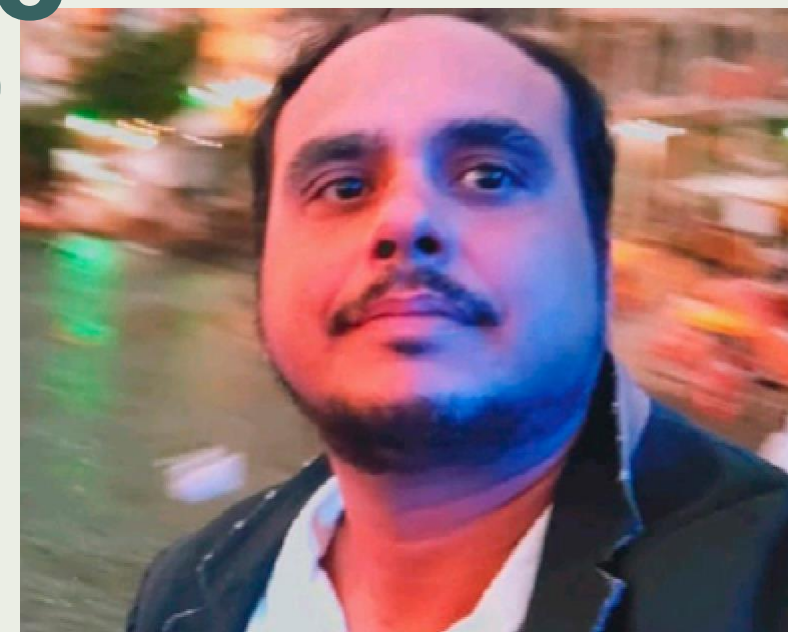
É neste contexto que surge a proposta dessa cartilha, que é um documento contendo diretrizes para promoção da justiça climática e ambiental para atores do Ecossistema de Inovação Socioambiental da cidade de Salvador.

Essa cartilha tem o intuito de fortalecer e empoderar o Ecossistema de Inovação Socioambiental da cidade de Salvador, sob uma perspectiva de orientar e apontar rumos para os EIS da cidade alcançarem insumos, instruções ou indicações para vislumbrarem a construção de uma política, plano, programa, projeto ou uma ação que esteja conectada com o tema dessa pesquisa e que possa ser desenvolvida de maneira coletiva entre os atores que compõem os três segmentos da sociedade: Público, Privado e Sociedade Civil.

A partir do exposto, é importante ressaltar que este material representa uma proposta de produto, fruto de um projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS), na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Müller e autoria de João Paulo Pereira Ribeiro.

Palavras-chave: Justiça Climática. Ecossistemas de Inovação Socioambiental. Salvador.

Quem é João Paulo Ribeiro (Juca)



Mestrando em Desenvolvimento e Gestão Socioambiental (UFBA), Administrador, Especialista em Gestão em Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Coordenador da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia, com larga experiência na participação, formulação e execução de políticas públicas com ênfase em Gestão Socioambiental. Vale destacar, também, sua militância em movimentos sociais, teve atuação na Ama Jaguaribe, Bahia Cidadã e atualmente na Central Única das Favelas (CUFA) em Salvador/BA, onde ocupa a posição de coordenador, realizando trabalhos socioambientais nas periferias.

Desenvolveu juntamente com outros colaboradores a parceria do Bahia Cidadã com a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA), implementando em 2021, uma Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade - ACCS, que buscou, promover ações de apoio e fomento aos diferentes grupos de atores integrantes do ecossistema de Inovação Socioambiental de Salvador.

Introdução



A Justiça Climática é um conceito que surge a partir do desdobramento do paradigma da Justiça Ambiental, que é utilizado para se referir a disparidades em termos de impactos sofridos e responsabilidades no que tange aos efeitos e às causas das mudanças do clima, pois aqueles que são os menos responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa serão aqueles que mais sofrerão com os impactos das mudanças climáticas.

Para tentar minimizar esses problemas, se propõem que sejam colocadas em prática iniciativas e políticas que busquem tratar das dimensões éticas de direitos humanos das mudanças climáticas de forma a reduzir a vulnerabilidade de grupos sociais desproporcionalmente afetados pelas mudanças do clima (MILANEZ; FONSECA 2011).

Alguns dos atores envolvidos neste processo estão no campo do poder público, das organizações privadas como um todo, de organizações da sociedade civil, instituições de ensino, dentre outros. Assim, considerando estes atores, pode-se perceber que os Ecossistemas de Inovação Socioambiental podem contribuir para a promoção da justiça climática nas regiões onde se constituem, conforme apresentado nas próximas seções.

Parque São Cristóvão



O que se entende por Justiça Climática?

“Justiça climática faz o vínculo entre os direitos humanos e o desenvolvimento, visando alcançar uma abordagem centrada no ser humano, de forma a salvaguardar os direitos das pessoas mais vulneráveis e compartilhar os encargos e os benefícios das mudanças climáticas e seus impactos de forma justa e equitativa” (ROBINSON, 2021, p. 27).

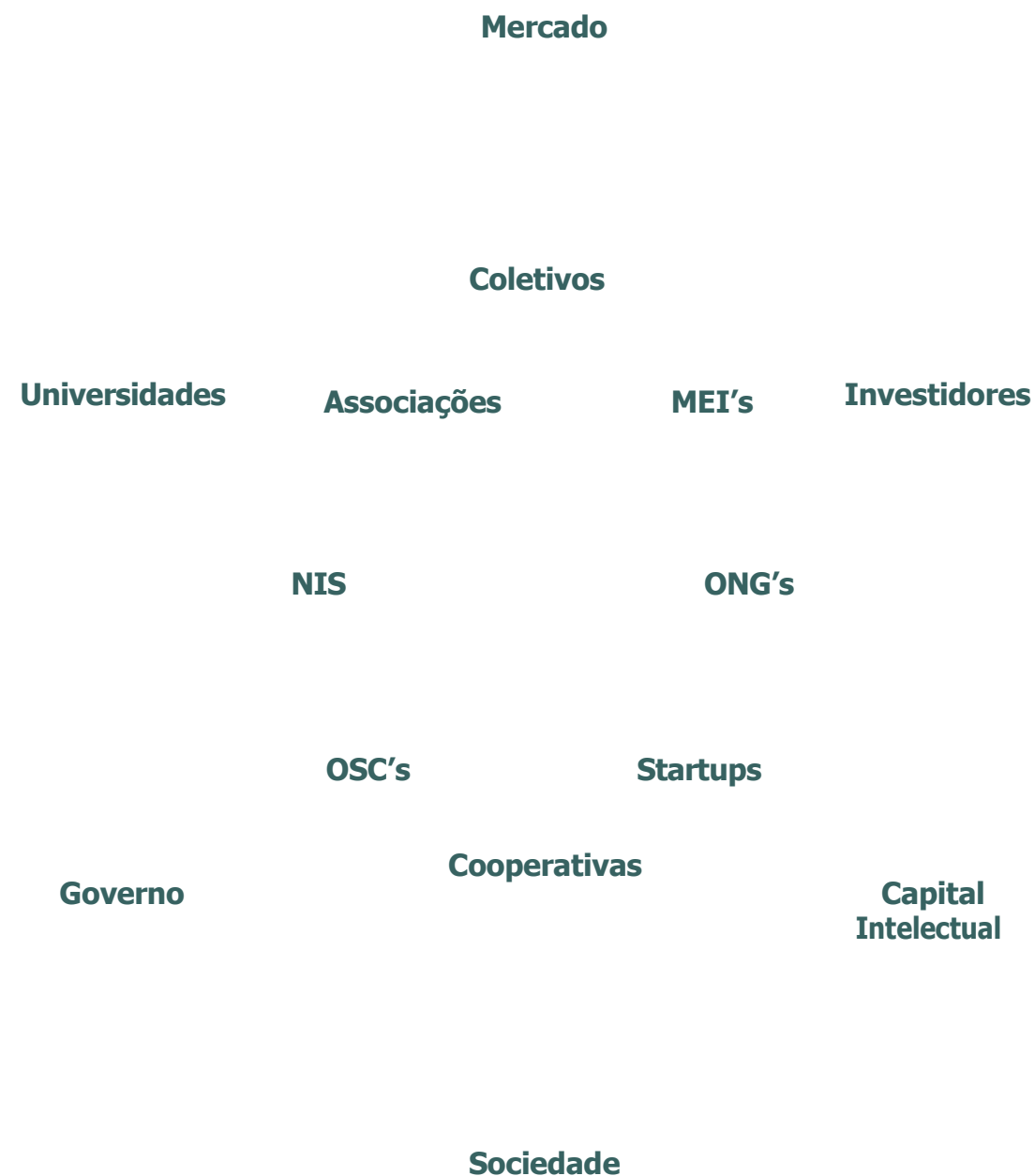
“A justiça climática é considerada um eixo transversal do novo Plano Clima ao considerar que a descarbonização da economia precisa levar a uma transição justa que impulse o desenvolvimento sustentável, enfrente as desigualdades e promova a resiliência do País” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA).

Nesse sentido, políticas de inclusão social, cooperação internacional e recursos financeiros, principalmente para regiões mais vulneráveis são importantes para promoção da justiça climática. As perdas e os danos que as comunidades mais vulneráveis já estão sofrendo com efeitos das crises climáticas, precisam ser reparadas garantindo os direitos humanos das pessoas mais vulneráveis, através de uma transição justa e equitativa, promovendo um estado de bem-estar social para as comunidades desassistidas.

Fazenda Grande do Retiro



Ecosystema de Inovação

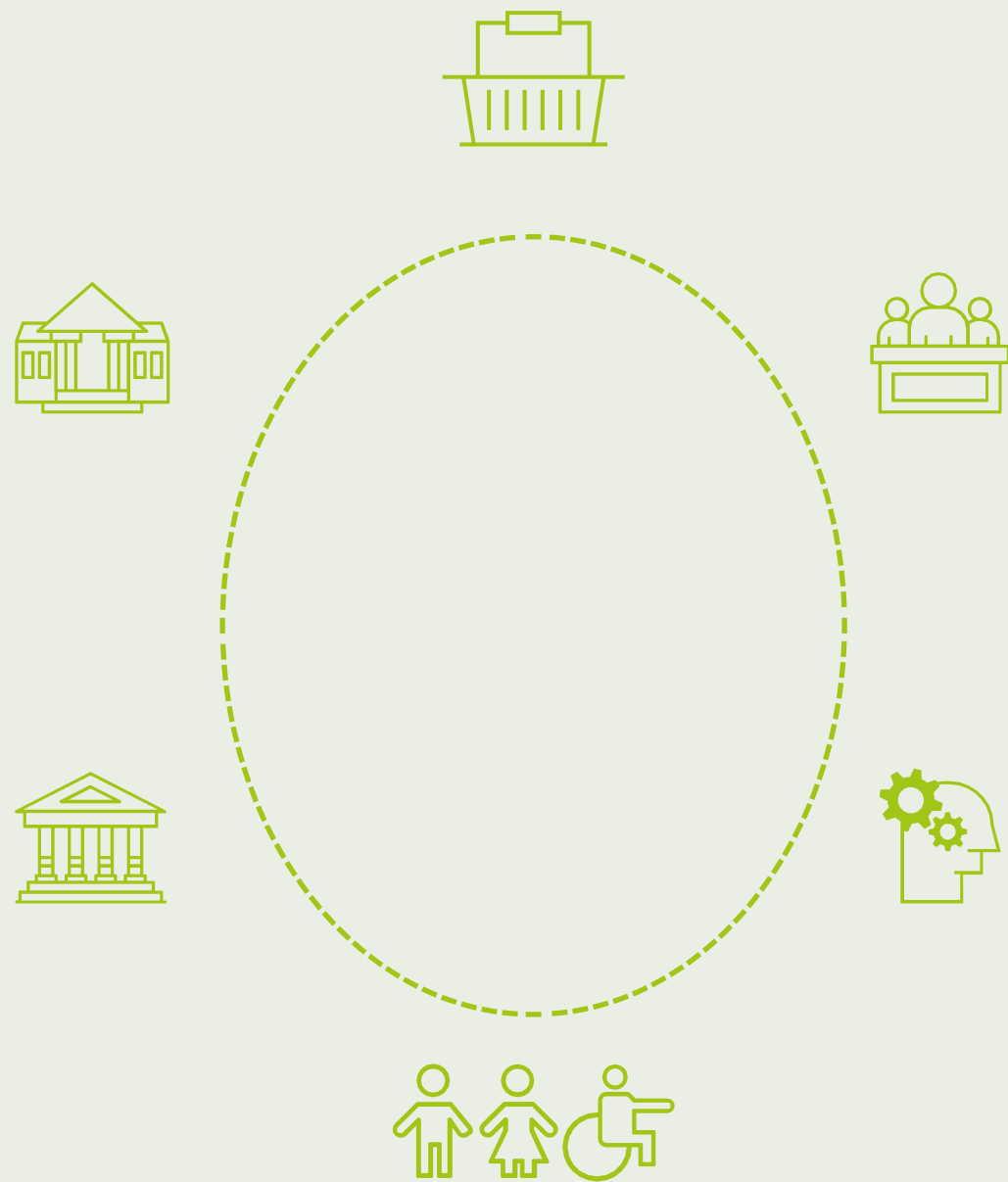


O que são Ecossistemas de Inovação Social (EIS)?

"EIS se configuram como redes compostas por uma pluralidade de agentes, tais como atores de suporte, iniciativas de inovação social (governamentais, empresariais e da sociedade civil) e cidadãos, em interação que "performam" a inovação social". (ANDION; ALPERSTEDT; GRAEFF, 2017, p.8)

Verifica-se que um sistema de inovação contém organismos inovadores em ambientes e redes de interações sociais entre uma ampla e diferenciada comunidade de atores, reforçam as dinâmicas de experimentação para a democracia e para a sustentabilidade das cidades e apontam caminhos para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, os ecossistemas de inovação social são ambientes capazes de promover articulações entre distintos setores e atores que entendem a inovação como elemento capaz de contribuir para o desenvolvimento social e econômico das sociedades, abordando dentro de suas ações, também, questões voltadas para a sustentabilidade e um desenvolvimento que respeite as condições ambientais de cada localidade, tendo a possibilidade objetiva de influenciar nas trajetórias de desenvolvimento do território.





Ecosystemas de Inovação Social de Salvador

Na cidade de Salvador, Bahia, o setor terciário tem a maior participação na composição do PIB do município, com uma economia voltada para os serviços. Entre os segmentos do setor terciário que se destacam em Salvador estão as atividades relacionadas ao turismo, serviços financeiros, comércio e administração pública (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020).

Com mais de 2,8 milhões de habitantes, Salvador é o município mais populoso do Nordeste e o quarto do Brasil e, por outro lado, Salvador convive com problemas estruturais relativos, sobretudo, ao mercado de trabalho. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019c), a taxa de informalidade no mercado de trabalho na capital baiana atingia a marca de 40,3%, o equivalente a 587 mil pessoas. Isto significa dizer que, de cada dez trabalhadores soteropolitanos, quatro estavam na informalidade. Por sua vez, as mulheres representavam a maioria desse contingente – 63,3%, contra 37,7% do gênero masculino.

A mesma pesquisa apontou que, em maio de 2019, o município de Salvador apresentou uma taxa de 24,9% de desempregados em relação à População Economicamente Ativa (PEA), o equivalente a 489 mil pessoas. E ao se analisar esse contingente considerando o recorte cor e raça, observa-se que os negros compunham 93% dos desempregados. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020).

Considerando o levantamento do diagnóstico de risco das Mudanças Climáticas na cidade, nos próximos anos existe uma previsão de aumento da temperatura, ondas de calor, deslizamento de encostas e inundações. Estes fenômenos serão agravados pela falta de esgotamento sanitário, destinação incorreta dos resíduos, associado a uma cidade com alta desigualdade, em que as famílias mais ricas possuem renda 61 vezes maior do que as famílias mais pobres (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

No contexto do debate em relação às mudanças climáticas, as cidades merecem destaque por serem os territórios que concentram mais de dois terços das emissões globais de GEE, além disso, apresentam maior risco climático, devido a maior concentração de pessoas em vulnerabilidade e atividades econômicas suscetíveis a sofrerem os impactos das mudanças do clima, conforme apontado pelo Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC), criado na cidade de Salvador, Bahia (PMAMC, 2020).

Nesse contexto, pensar estratégias e atores que possam interpor ações para minimizar os danos e impactos do clima se torna ação primordial para pensar a sociedade contemporânea e as mudanças no clima. A esse respeito, organizações governamentais, da sociedade civil e privadas podem atuar em diversas frentes. Dentre esses atores, organizações que se enquadram nas categorias de atuação com foco em desenvolvimento socioambiental e inovação social (IS), por exemplo, podem trazer grandes contribuições.

A inovação social (IS) pode expressar uma resposta às condições locais de exclusão e marginalização de grupos vulneráveis. Os desafios sociais enfrentados pela sociedade atual são diversos e incluem, entre outros, pobreza, insegurança alimentar, desigualdade social, refugiados pelas mudanças climáticas e transição energética. Os ecossistemas de inovação que apoiam a inovação social são fundamentais para que as várias iniciativas de IS sejam desenvolvidas de forma colaborativa (MATOS, 2023).



O Ecossistema de Inovação Socioambiental de Salvador ainda está em fase inicial. Após estudos na área, percebemos um grande potencial de crescimento, com ampla diversidade de atores. Se os mesmos forem empoderados, visibilizados, observados e monitorados por uma plataforma, possivelmente conseguirão promover uma maior transformação e resolução de problemas socioambientais da cidade.

De acordo com a nossa pesquisa de campo, foram citados pelos respondentes dos questionários, bem como pelos entrevistados, diversos grupos de atores, dentre eles: organizações públicas, privadas e da sociedade civil, atores de suporte, instituições de ensino e outras instituições que atuam no EIS de Salvador.

Os atores de suporte atuam como entidades gestoras, financiadoras, incubadoras, certificadoras, formadoras e etc. Também foram indicados e pesquisados empreendimentos e organizações sociais que atuam no EIS da cidade de Salvador, conforme demonstram os quadros a seguir:

Quadro 1 - Atores citados que compõem o EIS de Salvador

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (ABES-BA) - ASSOCIAÇÃO NACIONAL CULTURAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BANTU (ACBANTU) - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB) - CENTRO DE ARTE E MEIO AMBIENTE (CAMA) - CANTEIROS COLETIVOS - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (CAR) - CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU) - CASA DE OXUMARÊ - CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CESOL) - CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (CIAGS) - COLABORE - CENTRO SOCIAL URBANO (CSU) - DIASPORA BLACK - FUNDO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA (FAPESB) - FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (FLEM) - FÓRUM LIXO CIDADANIA - FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA (FUNCEB) - GOVERNANÇA PARA SUSTENTABILIDADE E GESTÃO DE BAIXO CARBONO (GpS) - HUB SALVADOR - INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE (ICS) - INCUBADORA DE NEGÓCIOS SOCIAIS (IN PACTO) - INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (ITES) - INSTITUTO BÚZIOS - INSTITUTO DE PERMACULTURA DA BAHIA (IPB) - IYALETA - LIGA DO BEM - MERCADO IAÔ - MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (MPE) - OBSERVATÓRIO RACISMO AMBIENTAL - PARQUE SOCIAL - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PDGS) - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (PMS) - QUABALES - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA BAHIA (SDR) - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEADES) - SEBRAE ECOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA (SECIS) - SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA (SECTI) - SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANO (SEDUR) - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DA BAHIA (SEMA) - SENAC - SENAI CIMATEC - SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO E RENDA (SETRE) - SOLOS - UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA) - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB) - UNIÃO DE NEGROS E NEGRAS PELA IGUALDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEGRO) - UNIVERSIDADE SALVADOR (UNIFACS) - CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS (UNISOL).

Fonte: Elaboração própria (2024).

De outra parte, esta pesquisa também identificou dentre os respondentes atores que atuam de alguma maneira no EIS de Salvador. Aqui, foi realizada uma catalogação desses atores e divididos em cinco grupos temáticos: i) Educação, cultura e meio ambiente; ii) trabalho e renda; iii) conservação e preservação ambiental; iv) gestão de resíduos e reciclagem; e v) direitos humanos, justiça e cidadania. Assim, os atores participantes desta pesquisa são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2: Instituições e empreendimentos pesquisados divididos por categorias, considerando os problemas públicos que os mesmos buscam resolver

CATEGORIA	INSTITUIÇÕES E EMPREENDIMENTOS
Educação, cultura e meio ambiente	<ul style="list-style-type: none">• INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO• INSTITUTO ALIANÇA• ACEDEC - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL E CULTURAL• NORDESTEUSOU• O QUE FAZER NO NORDESTE DE AMARALINA• AGANJU• PROJETO CRIAR ARTE• ASSOCIAÇÃO DE SURF DE AMARALINA• COLETIVO VAI E FAZ• NAUM BANDA
Trabalho e renda	<ul style="list-style-type: none">• WHEEL - MOVIMENTANDO PESSOAS• RH DE FAVELA• BAHIA TURISMO E ARTE• SOCIEDADE MULHERES NA FEIRA LTDA• COLÔNIA DE PESCA Z01 RIO VERMELHO• STUDIO ARANDELA• INSTITUTO LUCIANA GALEÃO
Conservação e preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none">• CARBONO14• SOS BURACÃO• COLETIVO STELLA MARIS• GERMEN• COLETIVO SOS VALE ENCANTADO• FÓRUM PERMANENTE DE ITAPUÃ• GAMBÁ• LIDERANÇAS CLIMÁTICAS - NÚCLEO BA• FÓRUM CLIMA SALVADOR• DAL SOCIOAMBIENTAL.• CAJAVERDE• SMAD
Gestão de resíduos, reciclagem e economia circular	<ul style="list-style-type: none">• COOPERATIVA DE CATADORES AGENTES ECOLÓGICOS DE CANABRAVA• COOPERATIVA CANORE• INSTITUTO AMARALIMPA• PACIÊNCIA VIVA• MOVIMENTO ONDA DE PLÁSTICO• COLETIVO LIXO ZERO SALVADOR• CAMAPET• ECOLOY• COOPERGUARY• COOPMARC• SO+MA VANTAGENS

Direitos humanos, justiça e cidadania

- JUSPOPULI ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS
- COLETIVO DE ENTIDADES NEGRAS - CEN
- OBSERVATÓRIO DA MOBILIDADE DE SALVADOR
- COLETIVO NEGRITUDE SUSSUARANA
- INARV - INSTITUTO NACIONAL RESGATANDO VIDAS
- COLETIVO DE MULHERES AMAM
- ORGANIZAÇÃO FILHOS DO MUNDO
- CUFA BAHIA
- FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE SALVADOR- FABS
- BAHIA CIDADÃ
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO RIO VERMELHO
- AMA JAGUARIBE
- CONSELHO BENEFICENTE DOS MORADORES DA RUA MIGUEL LEMOS, EULÁLIO DE OLIVEIRA

Fonte: Elaboração própria (2024).

No ecossistema estudado, conforme a descrição do quadro acima, pesquisamos o seguinte público: Organizações da Sociedade Civil, Cooperativas, Startups, Coletivos, Grupos informais, Associações, Negócios de Impacto Socioambiental, Microempreendedores Individuais, ONGs etc.

Constatamos que desse universo de iniciativas temos os seguintes dados: 13 instituições que atuam com um foco na temática dos direitos humanos, justiça e cidadania; 12 instituições com atuação mais focada na conservação e preservação ambiental; 11 instituições com atuação direta na gestão de resíduos e reciclagem; 10 instituições atuando na temática da Educação, Cultura e Meio Ambiente e 7 instituições com atuação direta na geração de trabalho e renda.

Apesar dessa divisão temática, levando em consideração também uma aproximação com os ODS, as instituições pesquisadas na sua grande maioria, tem uma atuação que se articula também com os outros temas citados de uma forma mais indireta, mas é importante ressaltar que todas que foram pesquisadas, estão de alguma forma promovendo justiça climática, mesmo muitas vezes sem entender que estão atuando em prol dessa causa.





Agora vamos ouvir a sociedade!

A partir dos diálogos realizados com os respondentes, tornou-se possível identificar e propor algumas estratégias e ações que podem ser realizadas pelos atores do EIS de Salvador e também por outros atores, não identificados aqui, mas que podem contribuir para o desenvolvimento do cenário local no que se refere à justiça climática e fortalecimento do EIS já existente.

Vale ressaltar que esse documento foi elaborado considerando o resultado de uma pesquisa exploratória e qualitativa de atores dos EIS de Salvador, pois foram entrevistados(as) especialistas, gestores, professores(as), ativistas e pesquisadores(as) do tema, bem como foram aplicados questionários para instituições de diversas naturezas jurídicas.

As proposições e diretrizes foram elaboradas com base nas respostas dos questionários e entrevistas realizadas na pesquisa e estão divididas em 5 eixos temáticos do EIS de Salvador para promoção da Justiça climática:

- a) Educação / cultura / meio ambiente;
- b) Gestão e políticas públicas;
- c) Captação de recursos;
- d) Conservação e preservação ambiental;
- e) Direitos humanos, justiça e cidadania.

A seguir, portanto, são apresentadas as principais estratégias e ações.



RESPEITE A NATUREZA

Educação / cultura / meio ambiente

1. Oportunizar o acesso às ferramentas da educação ambiental, para dar visibilidade aos conteúdos, através das mídias comunitárias de Salvador que atuam nas periferias, com apoio do poder público e privado;
2. Propagar conteúdos educativos nas escolas, através de feiras, seminários, workshops e que proporcione oportunidades para que os alunos visitem universidades, museus, parques urbanos e outros espaços culturais e sociais que abordem a temática da educação ambiental e climática voltada para os jovens;
3. Melhorar a qualidade da educação e promover o acesso dos estudantes e jovens para promoção do ativismo ambiental por meios permeáveis a população mais vulnerável, sobre política pública, cidadania e cultura e meio ambiente;
4. Elaborar programa de educação ambiental e coleta seletiva na cidade, com a participação das cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis, promovendo a inclusão socioeconômica desse segmento;
5. Priorizar políticas educacionais e de preservação ambiental, visando conscientizar a população através de programas de meio ambiente e mudanças climáticas, com foco na justiça ambiental e climática, priorizando as articulações e parcerias entre os governos, empresas, sociedade civil e organismos internacionais.

Diretrizes: Integrar políticas, programas e ações de meio ambiente, educação, cultura e juventude que envolvam a Prefeitura Municipal de Salvador e Governo do Estado, com um olhar para inclusão social e formação da Juventude.

Nesse sentido destacamos uma recente iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente da Bahia, o Programa Agente Jovem Ambiental – AJA Bahia, que visa promover a inclusão e participação social de jovens em ações de educação ambiental e climática. O programa foi instituído pela Lei 14.762 de 13 de agosto de 2024 e se apresenta como um alicerce para a capacitação de jovens que atuarão como protagonistas na busca por soluções inovadoras e sustentáveis, tornando-se agentes de mudança em suas comunidades.

O programa visa estimular o pensamento crítico, a empatia, a criatividade e a cidadania ambiental. Esses jovens devem ser integrantes de famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino do Estado da Bahia. Os estudantes selecionados receberão uma bolsa no valor de R\$315,00 e o primeiro Edital do Programa será para selecionar mil jovens no Território Metropolitano de Salvador. Serão contemplados bolsistas para atuar em Escolas Públicas, Parques Urbanos, Centros Sociais Urbanos, Museus, dentre outros, promovendo um grande impacto na formação de jovens que serão agentes multiplicadores ambientais na cidade de Salvador (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DA BAHIA, 2024).

Gestão e Políticas Públicas



1. Formular políticas públicas específicas para o fortalecimento dos ecossistemas de inovação social e o empreendedorismo de impacto socioambiental para promoção da justiça climática;
2. Criação de um Observatório de Inovação Social que mapeie, articule, fomente e apoie as experiências de inovação social da cidade e sua interação com as políticas públicas, colocando os problemas socioambientais e climáticos como prioridade;
3. Promover uma gestão participativa e o controle social e a participação popular na implementação das políticas públicas de educação ambiental, meio ambiente, inovação e mudanças climáticas, reativando e fortalecendo o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM);
4. Implementar o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC) de Salvador;
5. Revisar e atualizar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, para garantir acesso livre às praias, impedindo o impacto das construções no sombreamento da faixa de areia da praia e controlando a verticalização generalizada de prédios na orla de Salvador para promover a justiça climática.

Diretrizes: Entendemos a necessidade da articulação e implementação das Políticas de inovação e meio ambiente, bem como a efetivação do PMAMC de Salvador. Uma cooperação técnica entre esses atores ajudará no fortalecimento do Ecossistema de Inovação Socioambiental da cidade para promoção da justiça climática. Os recursos podem ser oriundos dos Fundos de Inovação e de Meio Ambiente e dos Programas de Incentivos à Inovação (PMS) e Inova Cidade da SECTI-BA.

Nesse sentido, como uma alternativa, indicamos a criação do Observatório de Inovação Social de Salvador, como acontece em Florianópolis. Essa entidade tem como objetivo que mapear, articular, integrar, potencializar, publicizar e monitorar as ações e iniciativas dos atores, como temos o exemplo do Observatório de Inovação de Florianópolis (OBISF), que é uma referência na temática dos EIS no Brasil, essa iniciativa sendo adaptada, pode contribuir para o fortalecimento do cenário de Salvador.

O Observatório seria uma plataforma digital e colaborativa que mapeia as redes que se mobilizam em torno dos problemas públicos da cidade, incluindo atores de suporte, iniciativas de inovação social e suas interações, que dialogam com os setores públicos, privados e da sociedade civil.



Captação de recursos

1. Ampliar e simplificar o acesso, mantendo a isonomia e transparência, das chamadas públicas e privadas de apoio financeiro, através de EDITAIS para o fomento das iniciativas propostas pelas organizações sociais e empreendimentos de impacto socioambiental em prol do fortalecimento do EIS e para promoção da justiça climática;
2. Fomentar e orientar as organizações sociais e empreendimentos de impacto socioambiental para acessar recursos destinados pelos diversos fundos socioambientais: Fundo Nacional Sobre Mudanças Climáticas (FNMC), Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERHBA), Fundo Estadual de Meio Ambiente (FERFA), Fundo Municipal de Recursos para o Meio Ambiente (FMMA);
3. Difundir e instrumentalizar os atores do EIS sobre como acessar recursos dos seguintes fundos de Inovação: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT), Fundo Tecnológico (FUNTEC), Fundo de Inovação e Pesquisa (FINEP), INOVATEC BA, Fundo Municipal de Inovação (FMI);
4. Pautar os governos para promoverem políticas públicas, através de mecanismos de incentivo fiscal para apoio e benefícios ao Ecossistema de Inovação Socioambiental em prol da justiça climática;
5. Acessar as fontes de financiamento internacionais, como por exemplo o Fundo de Perdas e Danos, deliberado na COP 27, a fim de tornar acessível os investimentos nos governos e sociedade, em prol da justiça climática.

Diretrizes: Existem muitas fontes de financiamento, tanto público, quanto privado, locais, nacionais e internacionais para financiamento de atores dos EIS para promoção da justiça climática.

No entanto, além da necessidade de ampliar os orçamentos, existe uma grande dificuldade das organizações conseguirem captar os recursos já disponíveis por falta de conhecimento e qualificação para acessar essas fontes de financiamento.

Existe uma complexidade e uma série de condicionantes ao acesso aos recursos, que muitas vezes inviabilizam o financiamento das entidades. É preciso flexibilizar e democratizar o acesso aos recursos dos Fundos Públicos, Privados e Internacionais, pois muito poucas organizações conseguem o êxito de serem contempladas.

Nesse sentido, ações de difusão dessas fontes de financiamento, bem como ações de capacitação dos atores do EIS de Salvador, podem contribuir para a melhoria no acesso à recursos e, conseqüentemente, no desenvolvimento de mais ações e projetos para promoção da justiça climática e para fortalecimento do ecossistema de inovação socioambiental de Salvador.

An aerial photograph of a city, likely Salvador, Brazil, showing a dense urban area with colorful buildings. In the foreground, there is a large, lush green park with a winding river or canal. The river has a sandy beach area with palm trees. The title 'Conservação e preservação ambiental' is overlaid on the left side of the image in large, white, bold letters.

Conservação e preservação ambiental

1. Revitalizar os rios urbanos e suas matas ciliares com plantio de espécies nativas e garantindo o saneamento ambiental, baseado em princípios da ecologia da paisagem e biologia da conservação, através de recuperação de áreas degradadas, implantação de corredores ecológicos que integrem os parques urbanos e as áreas de reserva de mata atlântica da cidade;
2. Promover o controle e monitoramento do meio ambiente urbano, fortalecendo os instrumentos de licenciamento e fiscalização ambiental, através da criação de um sistema de informações ambientais do município, para assegurar controle social e transparência;

3. Implementar os principais instrumentos de planejamento ambiental da cidade, como o Plano de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas, o Plano Municipal de Mata Atlântica, o Plano Municipal de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos, Plano de Arborização a fim de promover justiça climática.
4. Revitalizar e ampliar as áreas de Unidades de Conservação da cidade, visando garantir maior permeabilidade das águas das chuvas no solo urbano, diminuir as ondas de calor, para mitigação da emissão dos gases de efeito estufa e fortalecimento da justiça climática;
5. Ampliar e implantar ciclovias nas áreas periféricas da cidade, bem como subsidiar a alocação placas fotovoltaicas para casas populares e favelas, incentivar os moradores a realizarem a coleta seletiva com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, a fim de mitigar a emissão dos gases de efeito estufa e promover justiça climática.

Diretrizes: A implementação e articulação das políticas de meio ambiente, mobilidade urbana, mudanças climáticas, saneamento, uso do solo, resíduos sólidos e arborização, precisam ser uma prioridade na gestão municipal, para reduzir o impacto ambiental negativo na cidade e melhorar os índices de qualidade do ar e das águas, ondas de calor, a gestão de resíduos sólidos, a fim de mitigar a emissão dos gases de efeito estufa.

Nesse sentido, é importante a criação de um programa de revitalização das bacias hidrográficas urbanas, para formular diretrizes e estratégias, assim como viabilizar um conjunto de ações integradas de preservação, conservação e recuperação dos rios da cidade para promover o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e o aumento da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, para os mais diversos usos.

Outro instrumento importante é a criação da política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no município, no qual a gestão é baseada na valoração econômica da natureza e, conseqüentemente, na distribuição de incentivos financeiros aos responsáveis pela preservação ambiental, com foco na redução da geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reuso de resíduos, condicionado a inclusão socioproductiva dos catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Portanto, entendemos que a política ambiental deve ser uma agenda prioritária do governo municipal, influenciando nas principais decisões e formulações de políticas públicas, através de um planejamento integrado, a fim de promover qualidade de vida, justiça social, ambiental e climática na cidade.



Direitos humanos, justiça e cidadania

1. Promover a universalização do saneamento básico, esgotamento sanitário e acesso à água potável de qualidade na cidade e implementar estratégias locais de redução de risco de desastres.
2. Fortalecer os movimentos antirracistas que promovam ações de combate ao racismo ambiental e atuem em prol da justiça climática;
3. Promover uma política de urbanização sustentável garantindo acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, que priorizem mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade social;
4. Criar hortas comunitárias em áreas de convivência públicas para promover a segurança alimentar e nutricional e geração de renda;
5. Fomentar, através da Prefeitura Municipal de Salvador, a contratação das cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis para realizar a coleta seletiva na cidade, bem como implementar a política de pagamento por serviços ambientais pelos serviços ecossistêmicos prestados pelos catadores/as.

Diretrizes: A partir dos estudos realizados para a realização dessa pesquisa, foi possível perceber que a gestão social pode ser uma solução para resolver os paradigmas da gestão ambiental, pois a discussão e possibilidade de uma gestão democrática e participativa é de fundamental importância nas relações de caráter produtivo, pois a crise climática já é uma realidade.

Nesse sentido, proporcionar uma política de urbanização sustentável, adotando soluções de energia renovável, sistemas de transporte mais ecológicos, os assentamentos humanos a tornarem-se espaços mais inclusivos e sustentáveis, igualdade de oportunidades para todos, combate ao racismo ambiental, a implementação de melhores iniciativas verdes e de conectividade através de uma política de assistência técnica para habitação social, são ações que podem contribuir para este cenário. Esse conjunto de ações tem o potencial de fortalecer o ecossistema de inovação social para melhores condições da população se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas.

Assim, ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa a riscos e impactos resultantes da mudança do clima e desastres naturais, a partir de uma gestão que englobe as pessoas mais impactadas pelas mudanças climáticas, é possível melhorar o panorama da justiça climática e ainda promover maior equidade social.



Para pensar o futuro

Fazendo uma reflexão dessa conjuntura apresentada neste estudo, é possível perceber que pessoas, empresas e países mais ricos estão colapsando o mundo com suas enormes emissões de gases de efeito estufa. Ao mesmo tempo, as pessoas que vivem na pobreza, que sofrem marginalização e os países do Sul Global são os mais afetados. Pessoas em vulnerabilidade social, povos e comunidades tradicionais, pessoas que vivem nas periferias e outros grupos vítimas de discriminação estão particularmente em desvantagem.

As consequências do colapso climático são sentidas em todas as partes do mundo, inclusive na cidade de Salvador em que uma grande parcela da sociedade soteropolitana tem um perfil de renda baixa, com grandes desigualdades sociais. O mundo precisa de uma transformação igualitária. Só uma redução drástica da desigualdade, uma ação climática inovadora e uma transformação nos objetivos econômicos como sociedade podem salvar o planeta e, ao mesmo tempo, garantir uma sociedade mais justa e igualitária (OXFAM, 2023).

Nesse sentido, os Ecossistemas Inovação Social se viabilizam como uma estratégia importante para redução das desigualdades e fortalecimento da promoção da justiça climática em Salvador, pois estas não são crises separadas. Reduzir radicalmente as desigualdades é uma pré-condição para acabar com o colapso climático e a pobreza. A nossa economia deve ser redesenhada e reinventada, com um foco principal nos objetivos que conectem uma prosperidade humana e planetária.

Assim sendo, nessa cartilha denominada de **Salvador no Clima**, indicamos proposições e diretrizes para promoção da justiça climática e ambiental para atores do Ecossistema de Inovação Socioambiental da cidade de Salvador, a fim de fortalecer e empoderar os atores do EIS da cidade de Salvador, numa perspectiva de orientar e apontar rumos para a construção de uma política pública, com foco em 5 eixos temáticos: a) Educação / cultura / meio ambiente; b) Gestão e políticas públicas; c) Captação de recursos; d) Conservação e preservação ambiental; e) Direitos humanos, justiça e cidadania.

Portanto, uma transformação igualitária, sustentada por políticas econômicas, sociais e ambientais que combatam tanto a desigualdade como a crise climática, pode estar ao nosso alcance. No entanto, será necessário visão, vontade política e, acima de tudo, um compromisso de colocar as necessidades de muitos à frente da ganância de poucos.

Referências

ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D.; GRAEFF, J. F.. Ecosistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**, n. 54, v. 1. jan/fev. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/W8HPVFsS-QwhNGzRVF6WddxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: Setembro, 2023.

ANDION, C.; ALPERSTEDT, G.; GRAEFF, J. Ecosistemas de inovação social e sua incidência nas arenas públicas da cidade: um estudo na cidade de Florianópolis, Brasil. **Anais do LAE-MOS**. Buenos Aires, 2017.

BAHIA. Lei Nº 14.762 DE 13 DE AGOSTO DE 2024, Institui o Programa Agente Jovem Ambiental – AJA.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Governo do Estado lança programa Agente Jovem Ambiental para capacitação em sustentabilidade**. 2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/noticias/346123/governo-do-estado-lanca-programa-agente-jovem-ambiental-para-capacitacao-em-sustentabilidade>.

IPCC, 2023. Summary for Policymakers. In: **Climate Change 2023**: Synthesis Report. A Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. Geneva: IPCC, 2023.

LOUBACK, A. C.; LIMA, L. M. R. T. **Quem precisa de justiça climática no Brasil?** 2022. Disponível em: https://generoeclima.oc.eco.br/wpcontent/uploads/dlm_uploads/2022/08/ESTUDO_Quem-precisa-de-justicca-climatica.pdf. Acesso em: Agosto, 2023.

MILANEZ, B.; FONSECA, I. F. Justiça climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no Brasil. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 82–100, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/17842>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Biodiversidade. 2023. Disponível em :<https://www.gov.br/mma/ptbr/assuntos/biodiversidade#:~:text=O%20Brasil%20ocupa%20quase%20metade,e%20tr%C3%AAs%20grandes%20ecossistemas%20marinhos>. Acesso em: Setembro, 2023.

PESSOTI, G. C. et. al. A economia de Salvador entre 2021 e 2030: tendências estruturais, análise conjuntural e resiliência setorial pós-pandemia. **Revista Nexos Econômicos**, v. 14, n. 1, p. 69-109. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/38503>.

ROBINSON, M. **Justiça Climática**: esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável. 2021.



Salvador noClima

2024